

SÉRIE

SOCIEDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

VOL. 6



UNIFAN
CENTRO UNIVERSITÁRIO ALFREDO NASSER



Reitor

Prof. Alcides Ribeiro Filho

Vice-reitor

Prof. Me. José Carlos Barbosa Soares

Pró-reitor Acadêmico

Prof. *PhD.* Carlos Alberto Vicchiatti

Pró-reitor de Relações Institucionais

Prof. Msd. Luiz Antonio de Faria

Pró-reitor de Desenvolvimento

Prof. Msd. Divino Eterno de Paula Gustavo

Pró-reitor Financeiro

Prof. Esp. Leandro Júlio dos Santos Faria

Pró-reitor de Controladoria

Marcello Oliveira Ferreira

Pró-reitor Jurídico

Wallace Braz Francisco

Pró-reitor de Apoio Estudantil

Prof. Me. Claudio Everson da Silva e Souza



EXPEDIENTE

Editora-chefe

Prof^a. Dr^a. Michele Giacomet

Editor-adjunto

Peterson Daniel Vieira

Bibliotecárias

Ana Márcia Santana Lima

Eliana Batista Pires e Silva

Francisca Rodrigues da Silva

Layout e diagramação

Peterson Daniel Vieira

Capa

Cleyton Nascimento

Sociedade, saúde e meio ambiente [Recurso eletrônico] / Organização: Humberto César Machado; Juliane Aparecida Ribeiro Diniz. 1. ed. - / Aparecida de Goiânia: Editora Alfredo Nasser: Centro Universitário Alfredo Nasser, 2023. (Série Sociedade, Saúde e Meio Ambiente, Volume 6).

E-BOOK. Inclui bibliografia. 176 páginas.

ISBN: 978-65-89165-11-8

1. Armazenamento de embalagens. 2. Impactos ambientais. Agrotóxicos. 3. Instituto Nacional de Processamento de Embalagens - INPEV. 4. Rotulagem de alimentos transgênicos. 5. Enfermagem assistência e prevenção de transmissão vertical do vírus HIV. 6. Documento Curricular na Educação Infantil na Rede Municipal de Trindade. Educação ambiental. 7. Narcisismo na perspectiva da metáfora do estágio do espelho. 8. Reflexões sobre a obra *O Retrato de Dorian Gray*, Oscar Wilde. 9. Hanseníase. 10. Semiótica dentro do Direito. 11. Inquisição a demonização da figura feminina durante a Idade Média. 12. Atividade física, nutrição e tratamentos estéticos. 13. Angústia crítica autocrítica do personagem-escritor, Graciliano Ramos. Análise literária. I. Título. II. *Giacomet, Michele*.

CDU: 316:614:504(001.89+167)(817.3)

ORGANIZAÇÃO:

Humberto César Machado

Juliane Aparecida Ribeiro Diniz

SOCIEDADE, SAÚDE E MEIO AMBIENTE

1ª Edição

Volume 6

Aparecida de Goiânia

Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN)

2023

PREFÁCIO

Saber, conhecimento, sapiência, cognição, ciência. Palavras sinônimas, segundo o dicionário¹, mas, especificamente a última, derivada do latim *scientia*, traz intrinsecamente um significado mais abrangente em relação às outras. O próprio dicionário a aponta como “conhecimento atento e aprofundado de algo”. Com base no conceito de Freire-Maia (1998)², a ciência é composta por definições, explicações, conjecturas, normas, padrões... com objetivo de conhecer parte da verdade.

É um “conhecimento demonstrativo”, conforme exposição filosófica aristotélica; um saber que pode ser evidenciado por meio de testes e ensaios. Nesse prisma, a ciência, em sua essência, só tem sentido se apresentada, exposta, publicada.

Face ao mencionado, reforça-se aqui a relevância da pesquisa nas variadas áreas do conhecimento, pois sua finalidade maior é produzir soluções de problemas importantes para as pessoas. A prerrogativa da pesquisa é essa: propiciar aos indivíduos mais qualidade, melhorias, evolução, desenvolvimento em quaisquer aspectos.

Nesse contexto e no que concerne às abordagens disciplinares na Educação Superior, Queluz (2003)³ esclarece que as Instituições têm uma função significativa na vida dos estudantes, nos âmbitos profissional, cultural e social. Assim, é essencial que a IES evidencie o ensino e o aprendizado quanto ao investigar, e estimule professores e estudantes, de maneira equilibrada, à formação de novas habilidades, mediante a complexa realidade. Estímulo esse, inclusive, em pesquisar e enfatizar essa ação para que se torne um diferencial nas rotinas dos indivíduos que a executam.

Nessa seara, assevera-se que pluralidade, interação, coletividade, integração e diálogo são características da pesquisa. Foi nesse ambiente interdisciplinar que se fez esta obra, *Sociedade Saúde e Meio Ambiente*, e é esta a justificativa para que mais um volume desta Série tenha se concretizado, bem como os anteriores e os que virão.

Em contraponto, alguns fatos, no cenário nacional, “discordam” do que foi dito aqui sobre ciência e pesquisa:

¹ *Oxford Languages*.

² FREIRE-MAIA, Newton. **A ciência por dentro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

³ QUELUZ, A. G. **Educação sem fronteiras**: em discussão o ensino superior. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

a) a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)⁴, de 1996, não prevê a formação de pesquisadores e, no máximo, sugere no Art. 43, inciso III, sobre “incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica...” e, inciso IV, acerca de “promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos...”.

b) recentemente, o governo brasileiro cortou as verbas pertinentes à pesquisa, que já não eram tão expressivas;

c) os investimentos em pesquisa, principalmente do setor privado, visam a lucratividade e deixam em segundo plano a finalidade maior acima salientada;

d) em 200 anos de história, de um país que se denomina “independente”, a educação e, conseqüentemente, a pesquisa nunca foram prioridades de governos imperiais e republicanos do Brasil, o que é comprovado por fatores como professores mal remunerados e desestimulados; infraestrutura, móveis e equipamentos ruins de creches, escolas, colégios e universidades; índices altos de analfabetismo ou analfabetismo funcional, dentre outros; e,

e) dados negativos de áreas como Segurança, Saúde, Saneamento, Mercado de Trabalho, por exemplo, são reflexos de políticas públicas que não focam em Educação/Pesquisa.

Ao se considerar esse cenário, a pesquisa no Brasil tornou-se mais do que um desafio: é um “atrevimento”. Estudantes, Professores e Instituições, que se propõem ao enfrentamento dos fatos elencados anteriormente, são sim “atrevidos”, por não se conformarem com essa realidade brasileira involutiva, nos quesitos educacional e científico; e, por compartilharem seus estudos, com vistas ao que foi pontuado no terceiro parágrafo deste Prefácio. Atitudes como essa, de pessoas (e organizações) “atrevidas”, inquietas, que não se contentam com a zona de conforto, precisam de enaltecimento.

Diante disso, o Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN), por meio de sua Editora, no exercício do incentivo e do reconhecimento às produções acadêmico-científicas, alicerçado no tripé ensino-pesquisa-extensão, torna público o volume 6 da Série *Sociedade, Saúde e Meio Ambiente*; exalta os “atrevidos” autores/pesquisadores e organizadores, que contribuíram para sua composição; e, instiga a cada leitor: “atreva-se!”.

PETERSON DANIEL VIERA
Editor adjunto / Assessor da Pró-Reitoria de Relações Institucionais
Centro Universitário Alfredo Nasser (UNIFAN)

⁴ Jusbrasil.

SUMÁRIO

ARMAZENAMENTO DE EMBALAGENS, SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS E A ATUAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS (INPEV) - Cinthya Amaral Santos; Renata Assumpção Marmorì Crucchioli; Ana Valéria de Jesus Miranda Ribeiro; Humberto César Machado	8
EU COMO, TU COMES, MAS NÓS NÃO SABEMOS O QUÊ: direito à informação na rotulagem de alimentos transgênicos - Cássia Luana Pires Aguiar; Thiago Henrique Costa Silva	23
A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO VÍRUS HIV - Fabrícia Luiz Barbosa; Francislene Lavôr Batista	45
MEDO DE VOAR: uma questão que foge à racionalidade - Pablo Rodrigues Pereira; Tammyse Araújo da Silva	57
UMA ANÁLISE DO DOCUMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE TRINDADE: em foco a educação ambiental - Isabel Cristina Ferreira Lima; Nyuara Araújo da Silva Mesquita	75
O NARCISISMO NA PERSPECTIVA DA METÁFORA DO ESTÁGIO DO ESPELHO: reflexões sobre a obra “O retrato de Dorian Gray” de Oscar Wilde - Débora Helena Gonçalves; Fernanda Franco Tiraboschi	94
HANSENÍASE: manifestação clínica e diagnóstico - Letícia Palma de Andrade Pereira; Francislene Lavôr Batista	113
A SEMIÓTICA DENTRO DO DIREITO - Patrícia Luciene Braz Francisco de Souza; Lizandro Poletto	125
INQUISIÇÃO: a demonização da figura feminina durante a Idade Média - Rocksany Gusson; Leusa Alves de Moura Silva	141
ATIVIDADE FÍSICA E NUTRIÇÃO ALIADAS AOS TRATAMENTOS ESTÉTICOS - Laysa Aliane Freitas Moraes; Renata Maria Neves Mendes Vieira; Valéria Geralda Monteiro Queiroz; Yasmim Alves de Medeiro; Sabrina Fonseca Ingênito Moreira Dantas	152
ANGÚSTIA: crítica e autocrítica do personagem-escritor - Michele Giacomet	167

**ARMAZENAMENTO DE EMBALAGENS, SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS
E A ATUAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE
EMBALAGENS VAZIAS (INPEV)**

Cinthya Amaral Santos

Renata Assumpção Marmori Crucchioli

Ana Valéria de Jesus Miranda Ribeiro

Humberto César Machado

1 INTRODUÇÃO

O tema tem grande importância de estudo, tendo em vista que a realidade do armazenamento das embalagens de agrotóxicos vem se desenvolvendo em caráter progressivo. Tenta-se assim, que a legislação brasileira que normatiza a utilização dos agrotóxicos seja cumprida de forma integral, no aspecto da obrigatoriedade de que os agricultores após usarem os agrotóxicos façam a correta devolução às revendedoras ou aos postos de coletas, onde houver.

O objetivo geral da pesquisa é analisar o armazenamento das embalagens de agrotóxicos, utilizados na atividade agrícola e seus impactos ambientais. A partir desse objetivo surgiram objetivos específicos tais como: examinar a atuação do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV) e especificar o trabalho realizado pela mesma no que diz respeito ao acondicionamento de embalagens por todo o Brasil. Compreender em que medida a mudança pela Lei n. 9974/2000 na Lei n. 7.802/89 interferiu na atuação dos produtores frente à devolução das embalagens de resíduos sólidos.

Dividiu-se o texto em três partes. A primeira tratou do uso de agrotóxicos, seguido do estudo da Sustentabilidade e, por fim, a atuação do INPEV: estrutura, histórico e objetivos. Foi uma pesquisa que trouxe vários ensinamentos e mostrou um desenvolvimento promissor em relação ao armazenamento de embalagens, no intuito de proteção ambiental e preservação para as gerações presentes e futuras.

2 METODOLOGIA

A metodologia caracterizou-se pela pesquisa bibliográfica, opiniões de diversos autores, através de materiais já elaborados sobre o assunto proposto. Na fase exploratória o objetivo primordial é a formulação de questões ou de um problema levantado. Nesse procedimento pode ser utilizada uma gama imensa de procedimentos, quais sejam: observação, análise de conteúdo, para assim atingir um estudo de forma intensiva (MARCONI; LAKATOS, 2006).

3 DO USO DE AGROTÓXICOS

Essa primeira abordagem irá refletir acerca da veiculação do uso de defensivos. Fará uma reflexão sobre o contexto histórico e a legislação brasileira que normatizou regras para comercialização e reutilização no país. Por fim, será estudado sobre os impactos ambientais que podem ser causados pelo uso excessivo e indiscriminado dos defensivos agrícolas.

3.1 Histórico de uso no mundo e no Brasil

Alves Filho (1998, p. 23) reflete que existem registros do uso de agrotóxicos em escrituras romanas e gregas com mais de 3000 anos de existência, quando se usava o arsênico para o controle de insetos. Também no extremo Oriente registra-se que os chineses há cerca de 2000 anos usavam a piretrina, composto orgânico extraído das flores de crisântemos, (*Chrysanthemum sp*), como inseticidas.

Os Povos do Deserto armazenavam os cereais colhidos em tendas e os protegiam com o pó de *Piretros*, que tinha a função de repelente de insetos e mosquitos, sobre os grãos ou dependurando as próprias flores na entrada das tendas. Esses povos viviam em tribos nômades, tais como *berabish* do Mali; maure, angelinos, nefusa da Líbia; povos da Mauritânia e habitavam, principalmente no deserto do Saara, na África.

A partir do século XVI até fins do século XIX ficou registrado o uso de agrotóxicos na Europa para controle dos insetos nas lavouras. No século XX começaram os estudos com chumbo, cobre, mercúrio, cádmio, em que se pesquisou o uso dessas substâncias inorgânicas para a fabricação de produtos que combatessem as pragas nas lavouras (LUNA; SALES, SILVA, 2010).

No início da década de 1950, o Brasil passou substituir o Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) por inseticidas fosforados, sendo o Parathion o primeiro fosforado introduzido no país. Aconteceu que essa substituição teve consequências trágicas, pois quando o agricultor tentava manusear o Parathion tinha morte súbita, tendo em vista o seu caráter letal, pois o manuseio era feito diretamente com as mãos sem nenhuma proteção e a contaminação era por contato direto com a pele (MACHADO, 2009).

O Brasil em 2008 assumiu a liderança no que se refere ao consumo mundial de agrotóxicos. Martins (2009) analisou os seguintes dados. Nesse ano, o país assume a liderança mundial. Cresce a venda de defensivos, em que quase 800 milhões de toneladas são comercializadas, segundo dados da SINDAG – Sindicato Nacional de Aviação agrícola. O Brasil passou a superar a marca Americana, que é o maior produtor de alimentos do mundo.

O desempenho da agricultura em âmbito nacional nos anos de 2001/2006 teve uma expansão média de 4,32% ao ano. Esse aumento fez com que as entidades representativas de empresas do ramo dos agrotóxicos lutassem para que houvesse alteração na legislação no sentido de facilitar o registro dos produtos, sob argumento de que haveria uma significativa redução nos custos dos agrotóxicos e, conseqüentemente, uma redução nos custos de produção (TERRA; PELAEZ, 2008).

Sendo assim, em 4 de janeiro de 2002, foi publicado um novo decreto, de número 4074, que instituiu, como mais importante modificação, o estabelecimento do registro simplificado para produtos técnicos equivalentes. Estabeleceu-se, ainda, que o registro seria feito a partir de critérios determinados no mercado internacional e através de algumas normas complementares que, de forma eventual seria editada por órgãos responsáveis pelos setores do meio ambiente, agricultura e por fim da saúde (BRASIL, 2002).

3.2 Os agrotóxicos e as legislações reguladoras

Em 1989, o Poder Executivo apresentou no Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) n. 1924, que tinha como objetivo a regulamentação dos registros e usos dos agrotóxicos. A ementa original dispunha sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem. Especificava ainda sobre o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, utilização, importação e exportação dos agrotóxicos. A ementa referia-se também ao destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, inspeção e por fim, a fiscalização dos agrotóxicos, seus componentes e afins (BRASIL, 2009).

Em 11 de julho de 1989, o PL acima especificado foi aprovado e deu origem à Lei n. 7.802/89. A primeira ementa apresentada refere-se ao Projeto de Lei n. 1924 ainda resumido. Após a discussão, votação e tramitação no Congresso Nacional, aquele PL é sancionado e promulgado, entrando no mundo jurídico como Lei n. 7.802/89, com a ementa definitiva, segunda ementa acima apresentada, tornando-se a lei reguladora dos agrotóxicos.

Em 06 de junho de 2000, foi sancionada e promulgada a Lei n. 9.974/2000, que alterou dispositivos da Lei n. 7.802/89 e especificou, de maneira expressa, a destinação das embalagens vazias de agrotóxicos, normas que ficam bem específicas nos §§ 2º e 5º. Os produtores e usuários de defensivos devem fazer a devolução das embalagens usadas a estabelecimentos comerciais onde foram comprados. E acrescentou que também pode ser realizado esse retorno em postos ou centros de coletas, desde que autorizados e que sejam fiscalizados pelos órgãos competentes.

Essa mudança na legislação ainda sancionou que as empresas produtoras sejam as responsáveis pela destinação que darão as embalagens vazias dos produtos que são por elas fabricados. Quando os agricultores e outros usuários as devolverem cabe a elas a reutilização, reciclagem ou inutilização, obedecendo assim às normas e instruções dos órgãos de registro, bem como sanitários e ambientais competentes para a fiscalização.

Um dos objetivos da legislação dos agrotóxicos é proteger o meio ambiente contra os impactos que podem ser causados pela má utilização dos defensivos, o uso excessivo e o não armazenamento das embalagens. Alves (2006) observa que o propósito específico da legislação dos agrotóxicos é controlar o uso desses produtos, fazer o registro adequado, penalizar os agricultores que descumprirem preceitos legais, sempre com o objetivo de tentar evitar a contaminação do meio ambiente.

Os procedimentos habituais dos agricultores, que fazem o uso inadequado dos recipientes, incinerando ou enterrando podem causar danos ambientais. No próximo tópico serão expostos os principais tipos de contaminação que podem ser ocasionados pelos agrotóxicos.

Ainda na seara da legislação brasileira é importante frisar o Decreto n. 4.074/2002, que regulamentou a Lei n. 7.802/1989, trazendo as regras a respeito do manuseio das embalagens de agrotóxicos e outros assuntos. O artigo 1º faz uma abordagem conceitual sobre o que se entende por centrou ou central de recolhimento, que são os estabelecimentos mantidos ou credenciados, por um ou mais fabricantes e que se destinam especificadamente ao armazenamento provisório de recipientes vazios de defensivos, tantos dos comércios distribuidores, postos ou dos próprios usuários.

O decreto ainda destaca, em seus artigos 52, 53 e 54, as diretrizes a respeito da devolução e acondicionamento das embalagens de agrotóxicos, que especificam: “A destinação de embalagens vazias e de sobras de agrotóxicos e afins deverá atender às recomendações técnicas apresentadas na bula ou folheto complementar” (BRASIL, 2022, p. 1). Nesse primeiro artigo regulamentador, ficou estipulado que tanto as embalagens vazias quanto as sobras dos agrotóxicos utilizados nas lavouras deverão atender todas as recomendações que são apresentadas em suas bulas ou nos folhetos complementares.

O artigo 53, dividido em seis parágrafos, traz outras recomendações, tais como o prazo de até seis meses para a devolução a ser contato após o término do prazo de validade. O usuário pode escolher qualquer unidade de recebimento, que seja licenciada por órgão ambiental competente, bem como no estabelecimento comercial. Outra regra para quem utiliza os agrotóxicos é manter os comprovantes de devolução sempre à disposição dos órgãos fiscalizadores.

Os parágrafos 4º, 5º e 6º complementam as regulamentações nos termos seguintes:

§ 4º No caso de embalagens contendo produtos impróprios para utilização ou em desuso, o usuário observará as orientações contidas nas respectivas bulas, cabendo às empresas titulares do registro, produtoras e comercializadoras, promover o recolhimento e a destinação admitidos pelo órgão ambiental competente.

§ 5º As embalagens rígidas, que contiverem formulações miscíveis ou dispersíveis em água, deverão ser submetidas pelo usuário à operação de tríplex lavagem, ou tecnologia equivalente, conforme orientação constante de seus rótulos, bulas ou folheto complementar.

§ 6º Os usuários de componentes deverão efetuar a devolução das embalagens vazias aos estabelecimentos onde foram adquiridos e, quando se tratar de produto adquirido diretamente do exterior, incumbir-se de sua destinação adequada.

O decreto ainda especifica em seu artigo 54 sobre a obrigatoriedade de que haja instalações adequadas para que se receba as embalagens vazias e se não houver que seja feito um credenciamento entre os estabelecimentos comerciais e os postos de recolhimento e armazenamento. Legaliza que caso esses locais não tenham condições propícias de realizar deverão, os mesmos, credenciar outros locais, que sejam previamente licenciados. Além de constar na nota fiscal de venda dos produtos o endereço para a devida restituição (BRASIL, 2010).

3.3 O uso de defensivos e os impactos ambientais

Aplicações realizadas pelo ar (aviões e pulverização com tratores) quando efetuadas sem os devidos cuidados poluem gravemente o ar e, além disso, podem afetar as populações

de cidades próximas. Outro ambiente muito prejudicado e que pode ser afetado pelo uso dos defensivos agrícolas é o meio aquático. As melhores indicações da poluição das águas por agrotóxicos são dadas pelas análises dos resíduos em peixes (RUEGG *et al.*, 1986).

Os agrotóxicos além de contaminarem os recursos hídricos também podem poluir o ar. A sua dispersão por via aérea pode causar a morte das espécies – alvo, fungos, pragas, mas também podem matar outras espécies dos ecossistemas, como pássaros, e até mesmo as espécies predadoras das pragas. A matança dos predadores por agrotóxicos pode causar, quando usados a longo prazo, uma incapacidade de controlar as pragas. Quando a dispersão dos agrotóxicos ocorre por transporte aéreo o problema pode agravar (TERRA; PEDLOWSKI, 2009).

Scorza Júnior (2003) destaca que, quando são diretamente aplicados nas plantas, o destino final acaba sendo o solo, pois quando se lavam as folhas com a irrigação ou ação da chuva, os produtos caem na terra. Quando chegam ao subsolo, logo são capazes de se infiltrar em camadas mais profundas, podendo inclusive atingir o lençol freático, o que é chamado de processo de lixiviação, sendo essa a principal fonte de contaminação de águas subterrâneas.

Carvalho (2000) expõe as principais formas de contaminação por agrotóxicos nos vários ambientes. A autora nos ensina que na atmosfera a contaminação acontece, pois, os praguicidas que possuem alta tensão se volatizam com muita facilidade. Quando se faz a aspersão por meio terrestre ou aéreo o defensivo evapora e fica flutuando na atmosfera por longo tempo e podem ser levados pela corrente aérea a locais bem distantes. Na água a poluição pode ser verificada da seguinte forma: pesticidas que são lançados nos rios ou lagoas através de resíduos industriais ou quando da aplicação direta por praguicidas, jogados direto na água para combater larvas.

A grande maioria dos agrotóxicos utilizados nas lavouras acaba atingindo o solo e as águas. No Brasil não existe praticamente uma fiscalização dos sistemas aquáticos, nem ao menos qualquer tipo de monitoramento que proteja a água que é bebida por seres humanos e animais no sentido de detectar e/ou eliminar os agrotóxicos que são jogados nos rios. Segundo Luna *et al.* (2009), existem evidências muito grande de que algumas dessas substâncias são transportadas a grandes distâncias através da volatilização, o que faz com que haja o retorno juntamente com a precipitação, acarretando contaminação inclusive em solos urbanos.

Os recursos hídricos são agentes integradores em qualquer região no que diz respeito aos processos biogeoquímicos. Nesse sentido, quando se estuda sobre o impacto dos defensivos agrícolas no ambiente os recursos hídricos aparecem como destino final destes

compostos. Os agrotóxicos espalham-se pelo meio líquido e se torna muito difícil conter a sua dispersão (MACHADO *et al.*, 2003).

Tomita e Beyruth (2002) ainda acrescentam que os invertebrados e peixes podem ter em seus organismos agrotóxicos acumulados em concentrações muito acima daquelas que são encontradas nas águas em que eles vivem. Isso pode se dar pelo fato de que esses animais ingerem a água e vão acumulando esses resíduos em seus organismos.

Esta situação era também observada desde a década de 1980, quando Fellenberg (1980, p. 133) ensina que o uso contínuo desse tipo de produto que tenha ação prolongada, pode levar o acúmulo deles no solo, afetando ou exterminando organismos úteis a manutenção da estrutura da terra, como minhocas e microrganismos. Além da chuva que arrasta esses venenos para as águas gerando um risco de contaminação, principalmente quando o solo não é semeado.

A Lei n. 9.974/2000 especificou a obrigatoriedade de que os usuários de agrotóxicos, e de produtos afins deverão efetuar a devolução das embalagens vazias nos estabelecimentos comerciais, pois essas embalagens quando enterradas, queimadas ou jogadas em lugares impróprios podem acarretar a contaminação do solo, dos recursos hídricos, bem como dos animais, pois em seu interior ainda ficam resíduos tóxicos e contaminantes. Normatizou também que essa devolução pode ser intermediada por postos de recolhimento autorizados.

Com essa possibilidade de intermediação foi criado o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias que se adequou aos preceitos da lei em vigor e cumpre as normas legais. Nesse processo foi necessário criar postos de coleta em várias localidades do país. No próximo tópico será feita uma análise do INPEV, suas características, postos de coleta no Brasil e outras especificações.

4 DO INPEV E SUA ATUAÇÃO

Este tópico fará uma análise específica sobre a criação e funcionamento do Instituto no Brasil. Mostrará como o mesmo funciona e os parceiros e filiados que o ajudam na manutenção do meio ambiente na tentativa de evitar possíveis desgastes ambientais.

4.1 Do Instituto Nacional de processamento de Embalagens Vazias

Em 14 de dezembro de 2001, foi fundado o Instituto de Processamento de Embalagens Vazias (INPEV), que entrou em funcionamento apenas em março de 2002. É uma entidade nacional sem fins lucrativos que foi fundada e idealizada para gerir a destinação final das embalagens vazias de agrotóxicos e que também representa a indústria fabricante de produtos fitossanitários, no sentido específico de que essas empresas assumam a responsabilidade ambiental e social de conferir a correta destinação final das embalagens vazias dos produtos utilizados na agricultura brasileira (INPEV, 2009). Faz necessário antes de avaliarmos as funções do INPEV, demonstrar o histórico de sua fundação.

No início dos anos 90, a Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), juntamente com a indústria fabricante de defensivos, inicia a procura por uma solução mais definitiva para as embalagens vazias de agrotóxicos. Em 1992 firmou-se uma parceria entre a ANDEF, a Secretaria da Agricultura de São Paulo, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP) e a Coplana (Cooperativa dos Plantadores de Cana da Zona de Guariba. Dessa parceria surge a primeira unidade piloto de recolhimento de embalagens vazias de recebimento.

Em 1994, inicia seu funcionamento em Guariba, o primeiro posto piloto de coleta de embalagens vazias. Três anos depois, a ANDEF começa a perceber a necessidade de se ter uma equipe de profissionais para trabalhar apenas na destinação final das embalagens vazias de defensivos agrícolas e, nesse momento, é prevista a criação de uma entidade nacional.

Em 2001, cria-se o INPEV, quando se contrata uma consultoria especializada para avaliar os principais trabalhos, em relação ao descarte de embalagens e chega-se a conclusão da necessidade de se criar uma entidade que fosse capaz de gerenciar esse trabalho de coordenação e destinação final das embalagens vazias. A partir da criação o Instituto começa a montar e operacionalizar as normas que fariam parte do Decreto n. 4.074/2002.

A missão institucional do INPEV é dar apoio e orientação às indústrias, bem como aos agricultores locais para se cumprirem as normas instituídas na Lei n. 9.974/2000. A lei ainda prima por promover a educação e a consciência que se deve ter na preservação do meio ambiente, à saúde humana e ao desenvolvimento tecnológico de embalagens de fitossanitários.

O objetivo do INPEV é assegurar uma maior agilidade, eficiência e segurança no processamento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, desde a sua retirada até a correta destinação final. O instituto promove essa tarefa através de processo básico que

engloba toda a gestão do processo de destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários no Brasil, e que é subdividido em 6 subprocessos quais sejam: recebimento, armazenamento nos postos, transporte dos postos às centrais, armazenagem nas centrais, transporte das centrais à destinação final.

Existe ainda o processo chamado de suporte que:

Compreendem as atividades de apoio e orientação aos agentes envolvidos no sistema quanto ao cumprimento de suas responsabilidades legais, a promoção da educação e consciência de proteção ao meio ambiente e a saúde humana e o apoio no desenvolvimento tecnológico de embalagens de produtos fitossanitários (INPEV, 2021).

Para garantir a eficiência no seu desempenho o instituto busca eficiência em todos os processos e suas etapas, investindo em pesquisa, desenvolvimento, conscientização e na educação ambiental. Eles possuem uma gestão integrada, que abre caminho para a prestação de serviços na área dos resíduos sólidos e conta com parcerias em todo o Brasil (INPEV, 2021).

Por conta do programa, na atualidade a reciclagem abrange 93% de todo o volume recebido. Mesmo com sede em São Paulo, o programa gerencia 45 das 411 unidades de recebimento que estão espalhadas por todo o território brasileiro. Além das mais de 100 empresas de fabricantes de defensivos, distribuidores e agricultores a ele filiados.

A partir do próximo tópico o artigo fará uma abordagem sobre a atuação do órgão diretamente na condução do programa por ele empreendido chamado de Sistema Campo Limpo. Mostrará através de gráficos o desempenho até o ano de 2020, ano em que se iniciou a pandemia, não tendo sido possível ainda a realização do relatório de 2021.

4.2 Da atuação no Brasil – Sistema Campo Limpo

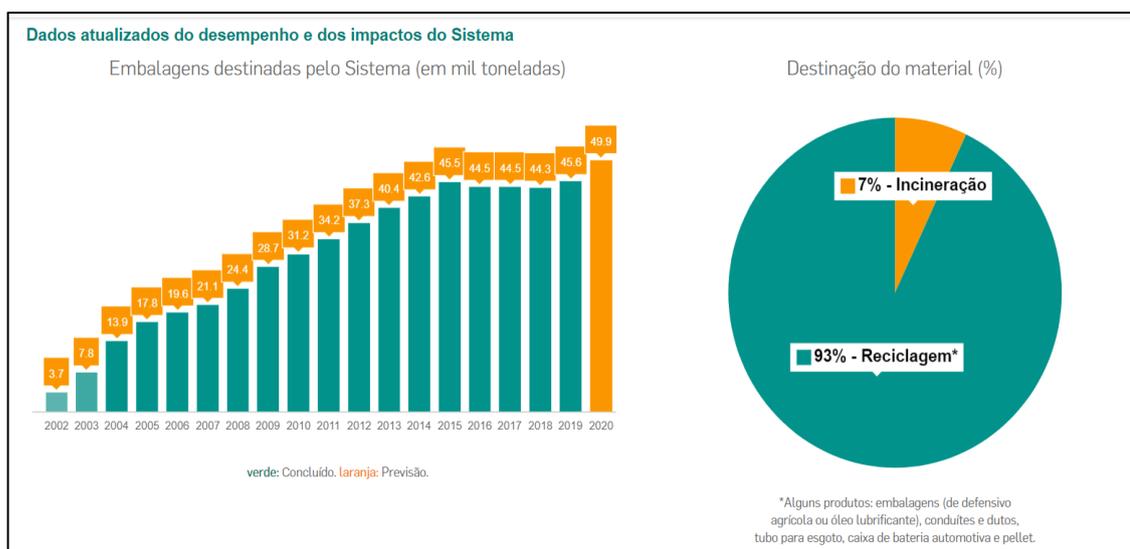
O INPEV tem um programa de logística reversa de embalagens vazias de defensivos agrícolas, chamado de Sistema Campo Limpo. O instituto é um núcleo de inteligência e todas as regiões do país são suas ramificações. Todos os postos ou unidades devem seguir o conceito de responsabilidade compartilhada, em que se une agricultores, a indústria produtora, os canais de distribuição e por fim, o Poder Público (INPEV, 2021).

O Brasil é referência na destinação dos invólucros vazios, tendo uma média anual de 94% das embalagens plásticas primárias comercializadas. Esse programa também acompanha

a evolução da agricultura e do agronegócio, seguimento que cresce acima da média de outros setores como o industrial e o de serviços.

Dados em gráficos coletados pelo INPEV, podem ser analisados na figura 1.

Figura 1 – Gráficos do Desempenho do INPEV até 2020

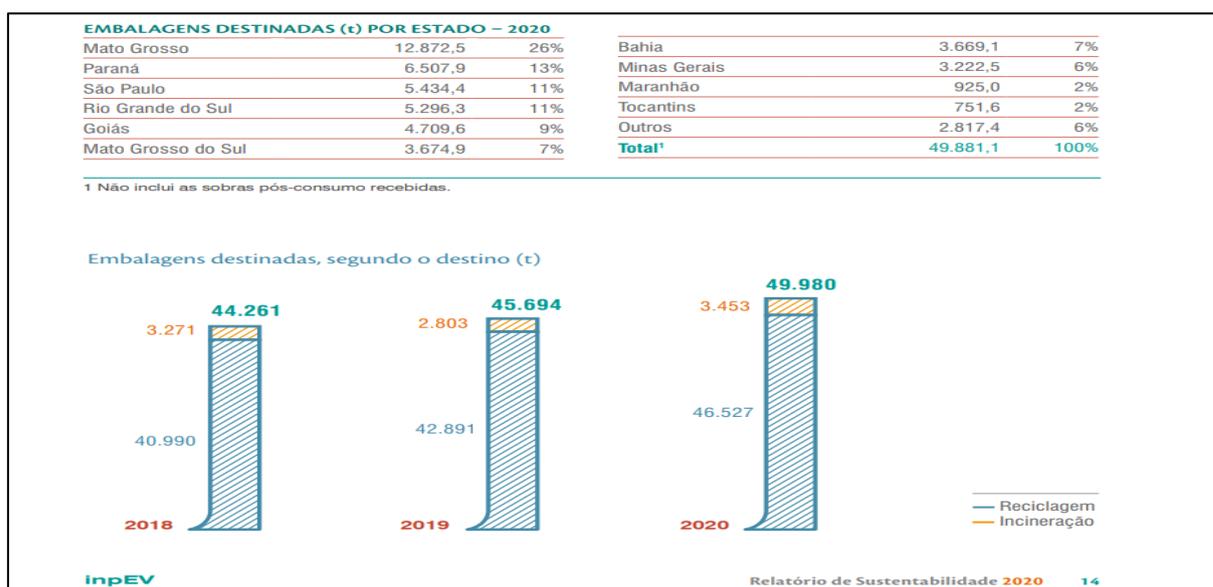


Fonte: Site do INPEV.

Os gráficos da figura 1 demonstram que está havendo um grande avanço na reciclagem das embalagens recolhidas. Em 2020 foram mais de 45 mil toneladas de frascos coletados, sendo que 93% foram destinados para a reciclagem e 7% para a incineração.

A seguir, a figura 2 trará o quantitativo por Estados.

Figura 2 - Quantitativo por Estados



Fonte: Site do INPEV.

Dando-se destaque para Goiás, que terá um estudo sobre suas centrais e postos no tópico abaixo, a figura 02 mostra a quantidade em toneladas de embalagens devolvidas, que quase chegou a 5 mil toneladas, que equivale a 9% do total. O Estado que mais devolveu, até pela maior produção agrícola do país, foi Mato Grosso, com um quantitativo de 26%.

Com o trabalho realizado pelo órgão o meio ambiente se vê protegido. Sem a gestão correta dos resíduos, com certeza o contrário estaria acontecendo e os impactos ambientais seriam iminentes. Quando os recipientes são abandonados no ambiente, ou descartadas sem cumprir as normas da legislação infraconstitucional, podem, como visto no tópico anterior, contaminar o solo, as águas da superfície e os lençóis freáticos.

Hoje cerca de 95% do material que é recebido por esse sistema tem a capacidade de retornar ao ciclo de produção como matéria-prima de outros produtos. Esse percentual é equivalente à média de embalagens que são passíveis de reciclagem, aquelas laváveis e que tenham sido corretamente lavadas após a utilização. Equivale também as de papelão e metálicas. As não laváveis, que são apenas 5% do total comercializado, e as que não foram lavadas são encaminhadas para incineradores devidamente credenciados.

4.3 Das Unidades de Recebimento

Participam hoje desse projeto mais de 400 unidades de recebimento, espalhadas pelos 26 Estados da Federação, mais o Distrito Federal – DF e que são geridas por associações. Conforme o porte e o tipo de serviço prestado podem ser divididos em centrais ou postos. Quando criadas devem seguir as normas técnicas específicas e passar por um processo de licenciamento ambiental, que é o que lhes dará autorização para recebimento das embalagens.

As Centrais, conforme dados fornecidos pelo Site do INPEV, devem adquirir o licenciamento pela Resolução n. 465 do Conama, ter uma área mínima de 160 m², e podem ser geridas tanto por associações, quanto pelo próprio Instituto. As funções específicas giram em torno do recebimento de embalagens tanto dos agricultores, postos e comércio especializados.

Também fazem a inspeção e classificação dos recipientes, entre lavadas e não lavadas. Tem a função de emitir o recibo de entrega e devem fazer a separação por tipos, separando as Coex, Pead Mono, metálica e papelão. Emitem, por fim, a ordem de coleta para que o próprio INPEV providencie o transporte até o destino final, que poderá ser a reciclagem ou incineração.

As unidades também devem receber o licenciamento prévio, mas em relação a metragem do local, basta ter no mínimo 80 m². Esses locais serão geridos pela própria associação de distribuidores ou alguma cooperativa. Por serem menores tem menos funções, sendo elas o recebimento dos invólucros lavados ou não. A inspeção e classificação, apenas no sentido da lavagem ou não. Emissão dos recibos aos agricultores e envio para os postos centrais a que estejam interligados.

Para maior compreensão de como se fez essa divisão em unidades postos, também chamadas de unidades de recebimento e unidade central ou centros de recebimento, especifica-se abaixo a conceituação dos termos utilizados, definidos pelo Decreto n. 4074/2002. Para o ato normativo, a central é um

Centro ou central de recolhimento: estabelecimento mantido ou credenciado por um ou mais fabricantes e registrantes, ou conjuntamente com comerciantes, destinado ao recebimento e armazenamento provisório de embalagens vazias de agrotóxicos e afins dos estabelecimentos comerciais, dos postos de recebimento ou diretamente dos usuários;

Posto de recebimento: estabelecimento mantido ou credenciado por um ou mais estabelecimentos comerciais ou conjuntamente com os fabricantes destinados a receber e armazenar provisoriamente embalagens vazias de agrotóxicos e afins devolvidas pelos usuários (BRASIL, 2009).

O Estado de Goiás já possui centrais e postos espalhados por todo o território. A tabela abaixo mostra quais são as centrais e as unidades que ajudam na proteção ambiental quando do recolhimento das embalagens vazias de agrotóxicos.

Quadro 1 - Distribuição dos locais no Estado de Goiás

Centrais	Postos
Goianésia	Acreúna
Goiânia	Anápolis
Jataí	Bom Jesus de Goiás
Luziânia	Catalão
Mineiros	Cristalina
Quirinópolis	Iporá
Rio Verde	Itumbiara
Vicentinópolis	Paraúna
	Piracanjuba
	Santa Helena de Goiás

Esses postos para serem montados, segundo determina o INPEV e conforme delimita Perosso e Vicente (2007), devem se adequar dotando os locais de equipamentos e instalações especiais para o manuseio correto dos recipientes que chegam. Significa que devem existir células modulares para separar e armazenar os invólucros, conforme o tipo de material.

Também é necessário que se treine a equipe de trabalho, os supervisores e operadores diretos para o uso de equipamentos de proteção individual quando da execução das atividades de recebimento, inspeção, triagem e acondicionamento.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo mostrar como o uso de agrotóxicos pode degradar o meio ambiente. Mas foi importante também avaliar como esses impactos podem ser minimizados com a atuação de um órgão chamado Instituto Nacional de processamento de embalagens vazias.

O artigo fez uma abordagem bibliográfica em que se pesquisou sobre o uso de agrotóxicos e como podem os mesmos acabar com a terra, a água e o ar se suas embalagens não tiverem uma destinação correta. A partir do conceito de sustentabilidade é que se cria esse instituto que tem como missão a contribuição para a conservação ambiental, por meio da gestão autossustentável da destinação final de embalagens vazias de produtos fitossanitários.

Pelos dados coletados percebe-se que essa empresa vem tendo um desempenho considerável para cumprir o que propôs em 2001, quando de sua criação. Com vários postos de coleta espalhados por todo o Brasil, o programa por ela idealizado, Sistema Campo limpo, vem reciclando mais de 94% dos recipientes que chegam a sua sede, provenientes de várias partes do país.

Dentre os Estados que estão vinculados ao INPEV destaca-se Goiás que também faz o seu trabalho, nas principais regiões do território em que a agricultura se destaca, com grande acúmulo de uso de defensivos e produtos fitossanitários. O que se concluiu é que vem se cumprindo a legislação que normatizou esses aspectos, pensando em um futuro sustentável, minimizando os impactos ao ambiente em que se vive.

Outro objetivo pretendido e alcançado pela pesquisa foi em relação às mudanças empreendidas pela Lei n. 9.974/00 em relação à Lei n. 7.802/89. O levantamento bibliográfico mostrou que esta lei, lei ambiental dos agrotóxicos, normatiza o conceito de agrotóxicos, bem como seu registro e os modos de experimentação.

Após a publicação dessa lei percebeu-se a necessidade de se implantar mudanças no sentido de encontrar uma solução para as embalagens vazias dos agrotóxicos, que ficavam jogadas em locais impróprios ou eram queimadas na própria propriedade o que acarretava a contaminação do meio ambiente. Isto posto é publicada a Lei n. 9.974/00 que traz normas específicas em relação ao armazenamento das embalagens de agrotóxicos, o procedimento a ser seguido e a obrigatoriedade de devolução por parte dos agricultores.

Com a obrigatoriedade de armazenamento das embalagens surge a norma de regulamentação Decreto n. 4074/02, que legaliza a criação dos postos de armazenamento, seu funcionamento e tipos de postos. Conclui-se que o Estado através das mudanças na legislação ambiental vem organizando a devolução das embalagens de agrotóxicos como medida de proteção da contaminação.

Conclui-se que a lei federal, devidamente cumprida pelo instituto, postos e centrais de coleta, ao longo do território brasileiro, avançou muito e apresenta grande nível de amadurecimento e cuidado com o Meio Ambiente. Mas ainda é preciso trabalho de orientação e maior conscientização dos agricultores no uso dos agrotóxicos, quanto às responsabilidades de devolução e cumprimento das normas.

REFERÊNCIAS

AGRODEFESA. **Agrotóxicos**. Disponível em:
http://www.agrodefesa.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=54. Acesso em: 30 out. 2010.

ALVES, Henrique. Na defensiva. **Safra Revista do Agronegócio**, Goiânia, v. 3, n. 34, 2006.

ALVES FILHO, José Prado. **Uso de agrotóxicos no Brasil**: controle social e interesses corporativos. São Paulo: Annablume, 1998.

BARBOSA, Layse Goretti Bastos. Gestão do sistema de devolução e destinação final de embalagens vazias de agrotóxicos para o estado do Pará. **Revista Pará Desenvolvimento**, v. 3, 2009.

BELTÃO, Antônio Figueiredo Guerra. **Manual de direito ambiental**. São Paulo: Método, 2008.

BRASIL. IBGE. **Conservação Internacional**. 2009. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_mpressao.php?id_noticia=1347. Acesso em: 21 abr. 2009.

BRASIL. **Decreto n. 4.074, de 04 de janeiro de 2002.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 10 jan. 2010.

BRASIL. **Lei n. 9.974, de 06 de junho de 2000.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 15 dez. 2009.

BRASIL. **Lei n. 7.802, de 12 de julho de 1989.** Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>. Acesso em: 30 maio 2009.

FERRARI, Antenor. **Agrotóxicos: a praga da dominação.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

FERREIRA, Francisco Roberto Brandão. Métodos e técnicas de geoprocessamento aplicados à obtenção de parâmetros geomorfológicos fluviais. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 1, p. 45-71, jan./abr. 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS (INPEV). **O InpEV.** Disponível em: <http://www.inpev.org.br/institucional/inpev/inpev.asp>. Acesso em: 12 nov. 2021.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro.** 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MACHADO, Sergio Luiz de Oliveira *et al.* Os recursos hídricos e a lavoura arrozeira. **Revista Ciência Ambiente**, Santa Maria, v. 27, p. 97-106, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TOMITA, R. Y.; BEYRUTH, Z. **Toxicologia de agrotóxicos em ambiente aquático.** Disponível em: http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2684942&orden=0. Acesso em: 14 nov. 2021.

**EU COMO, TU COMES, MAS NÓS NÃO SABEMOS O QUÊ:
direito à informação na rotulagem de alimentos transgênicos**

Cássia Luana Pires Aguiar

Thiago Henrique Costa Silva

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte da premissa da existência de uma discussão sobre a caracterização dos produtos alimentares transgênicos como prejudiciais e nocivos, pois provocam ameaças à saúde e vida humana, além de causarem prejuízos ao meio ambiente. Assim sendo, pelo benefício da dúvida, a população tem o direito a ter conhecimento das consequências que podem surgir pelo uso de tais produtos e, sobretudo, que está ingerindo alimentos geneticamente modificados.

Nessa perspectiva, o objetivo geral do presente trabalho é compreender os riscos inerentes à plantação e consumo de transgênicos, confrontando-os com os direitos constitucionais envolvidos, sobretudo o direito à informação.

Inicialmente, cumpre ressaltar que os avanços da biotecnologia permitiram a criação dos alimentos transgênicos, sendo estes oriundos de modificação genética, inserindo genes advindos de outro organismo, podendo ser de igual espécie ou de espécie distinta (LEITE, 2000). A finalidade da transgenia é propiciar uma melhora na qualidade do produto e aumentar a produção, além de contribuir para o desenvolvimento econômico. Ocorre que, na produção dos transgênicos, as modificações fogem do controle, especialmente no que tange às consequências para o meio ambiente e para a vida humana, dentre elas alergias, doenças diversas, má formação fetal, mortandade e animais, e outros, conforme apontam pesquisas (GUERRA; NODARI, 2003).

Devido à escassez de estudos satisfatórios sobre a comercialização desses produtos, os riscos advindos de seu consumo serão conhecidos apenas ao longo do tempo, o que leva a um crescimento da desconfiança acerca dos transgênicos, bem como do número de pesquisas que apontam seus malefícios. Em virtude desse cenário, para se colocar um alimento geneticamente modificado no mercado brasileiro, é necessário um estudo rigoroso e abrangente, analisando-se os possíveis efeitos ambientais e sobre a saúde humana (ROCHA; PASSOS; MORAES, 2013).

Vale ressaltar que este artigo tem como base a garantia fundamental prevista na Constituição Federal de 1988, consubstanciada no direito à informação (BRASIL, 1988). Além do mais, conforme a Lei n. 12.527/11, todos possuem o direito à informação, sendo dever dos órgãos e entidades públicas ou privadas passar informações de interesse particular ou coletivo à sociedade civil (BRASIL, 2011). Não obstante, o direito de ser informado é direito básico e fundamental do consumidor, relacionado à sua dignidade, saúde e segurança, além de resguardar seus interesses econômicos e proporcionar uma melhoria na sua qualidade de vida.

Sendo assim, esta pesquisa visa, através de pesquisas bibliográficas, documentais e jurisprudenciais, subsidiadas pelo método dedutivo e dialético e levando em consideração os diferentes argumentos científicos, discutir se a ausência de informação na rotulagem de alimentos transgênicos contraria o ordenamento jurídico brasileiro, colocando em xeque a saúde humana e o meio ambiente. Assim, será possível discutir a existência tanto dos benefícios como dos malefícios causados pela transgenia alimentícia no mundo hodierno, especialmente em relação ao seu consumo crescente pela população.

Para isso, a primeira seção terá como objetivo mostrar com clareza o que são alimentos transgênicos, a forma como são produzidos, como eles surgiram, qual a sua finalidade, bem como os riscos que surgem a partir do uso desses produtos. Além disso, essa seção traz uma abordagem histórica sobre o tema e sua ligação com algumas leis propostas no Brasil a respeito dos produtos geneticamente modificados.

A segunda seção abordará alguns preceitos fundamentais do direito sobre a problemática proposta neste artigo, como o direito à informação e a alimentação adequada como um direito humano.

Já na terceira seção, busca-se demonstrar a necessidade e obrigatoriedade de se colocar informações úteis na rotulagem de alimentos transgênicos, além de mostrar que a ausência de tais informações viola direito fundamental amparado constitucionalmente. Esta seção também busca verificar se há um controle por parte do Estado na produção e consequente comercialização dos alimentos transgênicos, para que os mesmos possam ser produzidos e colocados no mercado da maneira correta. Para isso, far-se-á um paralelo com o Código de Defesa do Consumidor, além de se abordar a dificuldade de fiscalização em face dos interesses econômicos.

Por fim, esclarece-se que não é o objetivo deste trabalho esgotar a discussão do tema, muito menos encontrar uma solução e apregoá-la como última saída ao problema em questão.

Ao contrário, o que se pretende é levantar os diferentes argumentos acerca do tema e trazer novos elementos científicos para a discussão.

2 ALIMENTOS TRANSGÊNICOS: aportes teóricos e históricos

Sabe-se que, historicamente, a ciência vem passando por uma série de evoluções consideráveis, e isso diz respeito tanto a fatores positivos, como por exemplo, controle de epidemias e doenças através de prevenções e tratamentos eficazes, mas também é possível constatar que muitas vidas são afetadas negativamente em razão de avanços científico-tecnológicos.

É nesse cenário de contrastes que se localiza a discussão sobre transferência de genes entre as espécies, pois, por um lado, ela permite a criação de organismos mais resistentes e, por outro, causa insegurança e desconforto a parte da população, haja vista que trata-se de uma técnica que contraria uma ordem natural. O tópico a seguir discute a utilização destes organismos geneticamente modificados especificamente quanto à questão alimentícia.

2.1 Um breve histórico dos transgênicos

O contexto do surgimento dos alimentos transgênicos se deu mediante a percepção da necessidade da melhoria no processo de produção alimentícia, pois se fazia imprescindível uma estrutura genética que proporcionasse uma mutação artificial em conjunto com uma seleção artificial.

Diante disso, através de técnicas de engenharia genética, alterar-se especificamente o DNA dos organismos, gerando assim uma estrutura mais forte e funcional. Partindo dessa premissa, o ácido desoxirribonucleico de determinadas espécies foi combinado com o intuito de se formar uma nova constituição, permitindo assim avanços tecnológicos na produção de alimentos (ZANONI, 2011).

Na tentativa de baratear os custos de produção, de resolver o problema da fome mundial, de diminuir o uso de agrotóxicos, além de visar o oferecimento de produtos de qualidade superior e ao mesmo tempo potencialmente mais nutritivos e mais resistentes a pragas, surgem então os alimentos transgênicos (LEITE, 2000).

Para compreender melhor a temática, faz-se necessário tratar da conceituação de diversos termos importantes. Para tanto, a Lei n. 11.105/2005 traz em seu artigo 3º as seguintes definições:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – organismo: toda entidade biológica capaz de reproduzir ou transferir material genético, inclusive vírus e outras classes que venham a ser conhecidas;

II – ácido desoxirribonucléico - ADN, ácido ribonucléico - ARN: material genético que contém informações determinantes dos caracteres hereditários transmissíveis à descendência;

III – moléculas de ADN/ARN recombinante: as moléculas manipuladas fora das células vivas mediante a modificação de segmentos de ADN/ARN natural ou sintético e que possam multiplicar-se em uma célula viva, ou ainda as moléculas de ADN/ARN resultantes dessa multiplicação; consideram-se também os segmentos de ADN/ARN sintéticos equivalentes aos de ADN/ARN natural;

IV – engenharia genética: atividade de produção e manipulação de moléculas de ADN/ARN recombinante;

V – organismo geneticamente modificado - OGM: organismo cujo material genético – ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética;

VI – derivado de OGM: produto obtido de OGM e que não possua capacidade autônoma de replicação ou que não contenha forma viável de OGM (BRASIL, 2005, p. 1).

No Brasil, com a Revolução verde¹ na década de 1970, revolução esta que disseminava a ideia do avanço da tecnologia na agricultura, ganhou força a utilização de sementes criadas em laboratório, isto é, geneticamente modificadas. Além disso, simultaneamente, a automatização dos meios de produção também ganhou força no intuito de aumentar a produção (ROSA, 1998).

Diante deste novo cenário, a agricultura brasileira modificou-se, adotando as práticas características da Revolução Verde. Durante o Regime Militar, a implementação desses novos conceitos se tornou um dos pilares para a melhoria da economia (ROSA, 1998).

Sendo assim, o Brasil se tornou um dos maiores exportadores no setor agrícola, pois teve a sua produção ampliada em larga escala. Nesse sentido, instituíram-se agências de fomento e pesquisa visando o aumento da tecnologia e dos lucros, como por exemplo, a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), fundada em 1973 (BARROS, 2010).

¹ A Revolução Verde tem sua origem após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a fome era um problema real em países da África subsaariana e da Ásia meridional. A Revolução consistiu em usar a melhor tecnologia para produzir mais alimentos no mesmo espaço de terra. Deste modo, se desenvolveram sementes de plantas geneticamente modificadas que produziam mais, tinham melhor resposta a fertilizantes e maior resistência a pragas. Além disso, foram aplicados os métodos modernos de gerenciamento das fábricas ao campo. Para isso, começou-se a pesquisar a melhor forma de equalizar as limitações do terreno, como falta de irrigação, maior desempenho de implementos agrícolas como plantadeiras e colheitadeiras (BARROS, 2010).

Diversos ativistas da transgenia alimentar defendem que os organismos geneticamente modificados aplicados na produção de alimentos possuem benefícios claros para o progresso econômico, avanço tecnológico, alimentação segura e de qualidade, diminuição do uso de agrotóxicos e contribuição para a erradicação da fome (COLLI, 2011).

Não obstante, além de todos os aspectos mencionados, é preciso salientar que a utilização desses organismos transgênicos para a alimentação, principalmente da população de baixa renda, deve possuir um viés social, favorecendo o agricultor, o meio ambiente entre outros.

Contudo, há de se observar que existe uma gama de divergências quanto aos benefícios e malefícios gerados pelos transgênicos. Para aqueles que se opõem ao uso de alimentos geneticamente modificados, o foco é sem dúvida o meio ambiente e os possíveis danos que ele sofrerá, enquanto o fator de maior relevância para a vertente de apoio a estes alimentos é o fator econômico.

O fato é que o aspecto econômico torna-se insuficiente diante da agressão causada ao meio ambiente pela produção de alimentos transgênicos. Além disso, e mais delicado ainda, há a questão de não sabermos precisar os males que tais alimentos poderão causar ao organismo e como ele reagirá com o seu uso. Nesse sentido, diz Oliveira (2011, p. 915):

Sendo necessária a imposição de restrições às pesquisas científicas e à disponibilidade de produtos no mercado, oriundos dessas investigações, por tratar-se de assunto inclusive de “segurança pública”, uma vez que, ainda não se tem uma avaliação concreta das consequências para o meio ambiente e à saúde, gerando riscos e incertezas que não são de todo conhecidos ou ao menos foram esclarecidos, por tratar-se de uma novidade tecnológica.

Portanto, diante dessa explanação histórica e conceitual sobre os transgênicos, pode-se perceber a necessidade de obtenção de meios para possibilitar ao consumidor ter acesso à informação sobre os alimentos que estão ingerindo, pois trata-se de uma questão de saúde pública.

2.2 Do direito à informação acerca dos alimentos transgênicos

A legislação brasileira que versa sobre os alimentos transgênicos é composta por uma série de dispositivos jurídicos. Dentre eles, pode-se destacar a Lei n. 8.974/95, que estabelece normas para o uso das técnicas de engenharia genética e liberação no meio ambiente de Organismos Geneticamente Modificados, a Medida Provisória n. 2.191-9/2001 e o Decreto n.

1752/95, que criou a CTNbio, cuja comissão tem elaborado instruções normativas analisando projetos de experimentação. Essas regras jurídicas alargam o alcance do Direito sobre os produtos transgênicos, bem como regulam a sua produção.

Percebe-se, então, a extrema importância de normatizar juridicamente este tema tão relevante. Diante desse arcabouço jurídico, o direito à informação ganha especial destaque. O Decreto n. 4.680/2003, que regulamenta o direito à informação, abarca os gêneros alimentícios, como está positivado em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis.

Art. 2º Na comercialização de alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, com presença acima do limite de um por cento do produto, o consumidor deverá ser informado da natureza transgênica desse produto (BRASIL, 2003a, p. 1).

Assim sendo, o Decreto Federal n. 4680/03 disciplina especificamente a rotulagem dos produtos destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados e a rotulagem dos alimentos vendidos. Nesse sentido, a Portaria n. 2.658/2003 do Ministério da Justiça criou o símbolo que deve compor a embalagem dos produtos geneticamente modificados. Trata-se de um T envolvido por um triângulo (BRASIL, 2003b).

Tendo em vista que o consumidor tem o direito de ser informado quanto ao produto que está adquirindo, essa premissa tem uma grande magnitude no que diz respeito à sua alimentação e saúde. Investido dessa assertiva, a legislação brasileira dá sua contribuição, visando proteger os direitos fundamentais dos consumidores (NUNES, 2000).

Ademais, os Estados membros, na forma legal, também sentiram a necessidade de criar legislações em âmbito estadual a fim de preceituar sobre os produtos transgênicos. Nesse diapasão, pode-se salientar algumas leis que surgiram no cenário nacional, dentre elas: Lei n. 11.403/2000 de Santa Catarina, Projeto de Lei n. 16/99 do Rio Grande do Sul, Lei n. 10.761/03 de São Paulo e a Lei n. 14.274/2010 de São Paulo.

A Lei n. 14.274/2010 de São Paulo merece um estudo específico, pois visa a ratificar o Decreto Federal n. 4680/03 e a Lei n. 11.105/05, além de trazer em seu bojo um aprofundamento maior sobre a questão do direito à informação e rotulagem dos produtos geneticamente modificados. Para tanto, em seus dez artigos, trata de matéria inerente à

comercialização dos produtos transgênicos. Diante do exposto, é indispensável a exposição, a seguir, de cada um dos seus artigos (SÃO PAULO, 2010).

Em seu artigo primeiro, a referida lei aborda a obrigatoriedade da rotulação de tais mercadorias, trazendo formalidades e estipulando limites na comercialização. Já no artigo segundo, a lei define um local específico para que haja a venda de tais produtos, a fim de não deixar dúvidas aos consumidores quanto à origem dos produtos (SÃO PAULO, 2010).

O artigo terceiro versa sobre o transporte e a comercialização, fixando que é necessário haver a informação da procedência do gênero. Não obstante, os artigos quarto e quinto estipulam a fiscalização e os órgãos responsáveis por tal tarefa. O artigo sexto diz respeito ao ônus de se manter notas fiscais a fim de possível e provável inspeção por parte dos órgãos competentes (SÃO PAULO, 2010).

Outrossim, o artigo sétimo estabelece o prazo para enquadramento das empresas para se emoldurarem aos dispositivos novos. As penalidades pelo descumprimento de qualquer um dos artigos anteriores ficam por conta do artigo oitavo. Já o artigo nono determina o método de como a administração pública assegurará as despesas decorrentes da execução dos atos previstos. E, finalmente, o décimo e último artigo decreta a publicação da Lei n. 14.274/2010 (SÃO PAULO, 2010).

Diante do exposto, cumpre destacar que a aludida lei já sofreu uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4619), proposta pela Confederação Nacional da Indústria contra a norma. Sobre isto já se manifestou a Procuradoria Geral da República no tocante à constitucionalidade da supramencionada (BRASIL, 2019).

Além disso, é de suma relevância ressaltar a questão da importância do direito à informação. Nessa lógica, Nunes (2000, p. 44) esclarece o seguinte, citando trechos da Carta Constitucional:

‘A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição’ [...] ‘É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, e de comunicação, independentemente de censura e licença’. Esses dispositivos, todavia, não são absolutos, uma vez que o direito de informar encontra limites no próprio texto constitucional.

Sendo assim, para se proteger um direito fundamental, o legislador brasileiro criou uma norma para dispor sobre o direito de se informar, haja vista a notabilidade do assunto em tela. Isto posto, o Código de Defesa do Consumidor, artigo 6º, III, determina que:

São direitos básicos do Consumidor: a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem (BRASIL, 2015, p. 1).

Enfim, pode-se compreender que o dever de informar, além de garantir o direito do consumidor à devida informação, neste caso também protege o seu direito à alimentação adequada, zelando assim pelo bem estar da sociedade em geral.

3 DO DIREITO À ALIMENTAÇÃO, À SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: o direito à informação enquanto essência

Sabe-se que a vida é um dos bens jurídicos fundamentais inerentes à pessoa humana. Assim sendo, não é possível ter uma vida de qualidade sem uma alimentação adequada. Nesse sentido, percebe-se que para que a vida seja resguardada, é indispensável que o ser humano se alimente de forma nutritiva (ROCHA, 2004).

Hodiernamente, a sociedade se depara com a fome global e com a miséria, razões pelas quais muitos não têm sequer condições de se alimentar. Assim, um dos intuitos do surgimento dos alimentos transgênicos é solucionar esse dilema mundial. Entretanto, esbarra-se no debate de que estes produtos podem trazer sérios e inúmeros malefícios à saúde humana (VAZ, 2010).

Ademais, tendo-se em vista o princípio da segurança alimentar², é correto afirmar a defesa da vida, e, diante disso, torna-se fundamental uma alimentação apropriada, conforme será discutido a seguir.

3.1 Alimentação adequada como direito humano e fundamental: em busca da segurança e da soberania alimentar

De início, vale lembrar a grande preocupação gerada a respeito da alimentação adequada, pois ela diz respeito a uma necessidade essencial de todos os seres vivos, além de ser um direito humano fundamental (VAZ, 2010). Portanto, é um tema que exige uma proteção jurídica específica.

² O conceito de segurança alimentar foi introduzido na Europa a partir da I Grande Guerra. Sua origem esteve profundamente ligada à ideia de segurança nacional e à capacidade de cada país produzir sua própria alimentação, de forma a não ficar vulnerável a possíveis cercos, embargos ou boicotes de motivação política ou militar (PARANÁ, 2006).

O direito à alimentação adequada foi um dos temas tratados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 25º (ONU, 1948). Já no Brasil, a Constituição Federal de 1988 reconheceu em seu artigo 6º o direito em tela, incluindo-o como um direito fundamental e assegurando-o como um direito social (BRASIL, 1988).

Diante da previsão expressa no texto constitucional sobre o direito à alimentação adequada, este passou a ser objeto de políticas sociais em todas as esferas dos entes federativos, passando a fazer parte da saúde pública, a exemplo o Programa Fome Zero, instituído em 2003 (ROCHA, 2004).

Vale ressaltar também que a Lei n. 11.346/2006 estabelece, em seu artigo 2º, o direito fundamental à alimentação adequada:

[...] do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

§1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, econômicas, regionais e sociais.

§3º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade (BRASIL, 2006, p. 1).

Mediante esta percepção, pode-se afirmar que o direito à alimentação adequada é inerente a todos os seres humanos, pois se trata de direito à dignidade da pessoa humana, sendo indispensável tanto o acesso, como a quantidade e qualidade dos alimentos a favor da vida (ERHARDT, 2015).

Nesse diapasão, pode-se perceber que não se trata somente do direito de se alimentar, mas de se ter uma alimentação adequada, capaz de satisfazer as necessidades fisiológicas e nutritivas, possibilitando a sobrevivência de indivíduos sadios, gerando assim dignidade promovendo uma segurança alimentar.

Ademais, é possível notar, pelo menos, dois critérios que o direito visa a tutelar no tocante a este tema de extrema importância. De um lado, entende-se a necessidade da erradicação da fome. De outro, compreende-se a imprescindibilidade de uma alimentação adequada. Dessa forma, é essencial a efetivação de ambos os parâmetros acima citados para se concretizar a eficácia do bem jurídico tutelado como direito fundamental, isto é, a alimentação devida.

À vista disso, é dever do Estado a promoção de ações para a efetivação desse direito crucial a toda sociedade, objetivando, assim, a proteção dos direitos e garantias fundamentais do ser humano, tal como o direito à alimentação adequada (ROCHA, 2004).

Para além de que se garanta o direito a uma alimentação equilibrada, deve-se garantir aos indivíduos o direito de escolher o que produzir e o que consumir. Diante disso, é imprescindível analisar a ideia de soberania alimentar, e, nesse diapasão, Maniglia (2009, p. 137) dispõe:

A segurança alimentar e as questões ambientais estão se tornado discussões de primeira ordem internacional e têm aglutinado os mais diferentes grupos e movimentos sociais. Muitos deles querem, inclusive, substituir o nome ‘segurança alimentar’ por ‘soberania alimentar’, o que na doutrina é visto com maus olhos, por igualar noções com estatutos distintos: soberania e os objetivos da segurança alimentar e nutricional.

Valendo-se disso, pode-se afirmar que uma das formas para que haja a proteção estatal sobre os alimentos é a rotulagem, visando assim à segurança e soberania alimentar e proporcionando uma maior seguridade para os consumidores. Esta ação deve começar desde a produção e ir até o destinatário final (NUNES, 2000).

Em suma, para haver o estrito cumprimento do direito à alimentação adequada, é necessário, por parte do Estado, estabelecer diretrizes e parâmetros legais visando à segurança alimentar, pois, como visto neste tópico, trata-se de um direito fundamental do ser humano.

3.2 Da informação obrigatória: saber e comer

Um dos direitos fundamentais para que haja uma vida com dignidade é o direito à informação. Trata-se de um direito personalíssimo e uma prerrogativa resguardada a todo cidadão, sendo vinculado a relações jurídicas de consumo, e, neste caso, às relações de consumo alimentícias, visto que ela é essencial para que a alimentação ocorra de modo saudável e correto (VAZ, 2010).

Para tanto, uma das maneiras que se tem de controle é a rotulagem dos alimentos, tendo em vista a segurança alimentar. Para uma maior compreensão do assunto, faz-se necessária a conceituação legal de segurança alimentar, trazida pela Lei n. 11.346/06, em seu artigo 3º, que traz também o direito à informação:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente,

sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006, p. 1).

Portanto, para a implementação da segurança alimentar, bem como a preservação ambiental, é de total indispensabilidade a regulamentação da rotulagem dos produtos, contemplando-se, da mesma forma, o direito à informação sobre os produtos alimentícios, que devem ser seguros e apropriados.

Sendo assim, percebe-se a extrema importância da rotulagem, pois ela serve de intermediador para a escolha do consumidor sobre determinado produto. Além disso, vale ressaltar a essencialidade da rotulagem dos alimentos, uma vez que ela tem o dever de informar aos consumidores o que estão adquirindo e consumindo (ERHARDT, 2015).

Diante da preocupação com o consumo adequado e seguro dos alimentos, Agência Nacional de Vigilância Sanitária publicou, em 2002, a Resolução n. 259, dispondo sobre a regulamentação de rotulagem em produtos embalados, visando o estabelecimento de normas obrigatórias nos rótulos dos alimentos:

Art. 1º Aprovar o Regulamento Técnico sobre Rotulagem de Alimentos Embalados.
Art. 2º As empresas têm o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data da publicação desta Resolução para se adequarem à mesma.
Art. 3º O descumprimento aos termos desta Resolução constitui infração sanitária sujeita aos dispositivos da Lei n.º 6437, de 20 de agosto de 1977 e demais disposições aplicáveis.
Art. 4º Fica revogada a Portaria SVS/MS n. 42 de 14 de janeiro de 1998, publicada no D.O.U de 16 de janeiro de 1998.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação (ANVISA, 2002, p. 1).

Salienta-se também que a Resolução n. 259 da ANVISA discorre sobre nove pontos para a promoção da rotulagem. No primeiro ponto, versa sobre âmbito de aplicação da referida resolução, ou seja, sua aplicabilidade. Já no segundo tema, trata de definições sobre vários aspectos relevantes, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas sobre a regulamentação. O terceiro tópico traz os princípios gerais sobre a segurança alimentar, descrevendo os aspectos que as rotulagens deveriam ou não conter (ANVISA, 2002).

O quarto quesito diz respeito ao idioma em que devem ser escritas as rotulagens, bem como o tamanho da fonte ou realce de caracteres contidos na embalagem. O quinto ponto (cuja temática é a de maior relevância, diga-se de passagem) traz uma lista de informações obrigatórias (ANVISA, 2002). Veja-se, então, a sua transcrição:

5. INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA

Caso o presente Regulamento Técnico ou um regulamento técnico específico não determine algo em contrário, a rotulagem de alimentos embalados deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes informações:

Denominação de venda do alimento

Lista de ingredientes

Conteúdos líquidos

Identificação da origem

Nome ou razão social e endereço do importador, no caso de alimentos importados

Identificação do lote

Prazo de validade

Instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário.

(ANVISA, 2002, p. 1).

No sexto tópico, a resolução dispõe a respeito da forma e da apresentação da informação obrigatória descrita no item anterior. O sétimo conteúdo a ser tratado é a respeito da rotulagem facultativa em casos específicos, desde que não estejam em contradição com o item três e os requisitos obrigatórios. Já o oitavo ponto ocupa-se em expor a apresentação e a distribuição da informação obrigatória. E, por fim, o nono item dedica-se à explanação de determinados casos particulares tratados pela resolução (ANVISA, 2002).

Portanto, de acordo com Maniglia (2009), percebe-se que alimentar-se é um ato que projeta mais que sobrevivência; é uma permissão a uma vida saudável e ativa, dentro dos padrões culturais de cada país, com qualidade que propicie nutrição e prazer. Portanto, os produtos alimentícios devem ser inspecionados por órgãos responsáveis, que devem zelar continuamente por sua oferta e sua segurança às populações.

Nesse mesmo sentido, Ana Paola de Castro Lins (2007, p. 123) ressalta:

[...] no passado remoto, a alimentação era um ato natural, ou seja, o homem trabalhava algumas horas para conseguir os alimentos necessários a si. A evolução trouxe a divisão do trabalho e a troca entre produtores, o que começou a transformar este ato natural. Esse aspecto se aprofundou com o capitalismo, através da mercantilização. Com ele, não basta só trabalhar para comer, o trabalho significa salário e este é transformado em produtos no mercado, onde os preços, qualidade e quantidade de mercadorias disponíveis sofrem processos complexos de determinação. O ato da alimentação, portanto, não mais se faz de forma natural e isso talvez seja irreversível. A frase bíblica “comerás o pão com o suor do teu rosto”, deixou de ser uma verdade. Para a grande maioria da população do planeta, o ato de alimentação depende de complexos mecanismos de decisão dos produtores capitalistas, do papel de intervenção do Estado, dos subsídios da agricultura, do grau de concentração da terra e do capital investido na indústria alimentar, entre outros.

Diante da importância da informação obrigatória, e tendo em vista o direito fundamental à informação, compreende-se que a rotulagem é de extrema notoriedade nos dias atuais, sendo um mecanismo indispensável para que haja o efetivo direito à segurança alimentar.

4 O DIREITO À INFORMAÇÃO E À ROTULAGEM DE ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

Diante do exposto, faz-se necessário demonstrar a necessidade e obrigatoriedade de se colocar informações úteis na rotulagem de alimentos transgênicos, bem como mostrar que a ausência de tais informações viola direito fundamental amparado constitucionalmente. Além disso, é importante como verificar se há um controle por parte do Estado na produção, e conseqüentemente, na comercialização dos alimentos transgênicos, para que os mesmos possam ser produzidos e colocados no mercado da maneira correta.

Para tanto, pode-se observar que nas relações de consumo há certa vulnerabilidade por parte do consumidor, ressaltando-se ainda que a sociedade hodierna é predominantemente capitalista e consumista, sendo fortemente influenciada por mecanismos como o marketing e a publicidade (NUNES, 2000). Estes, por sua vez, são responsáveis por moldar a sociedade, fazendo com que cada vez mais os consumidores procurem e desejem consumir. Isso é desencadeado em razão do próprio desenvolvimento e expansão comercial, que possuem um elo integral e vinculado ao oferecimento de crédito fácil e acessível, objetivando a obtenção de lucro e a proliferação desenfreada do consumo (NUNES, 2000).

Sendo assim, é de suma importância a análise, o conhecimento e a exploração dos dispositivos legais pertinentes aos consumidores tutelados nas relações jurídicas de consumo, em especial no ramo alimentício, já que corriqueiramente ocorrem abusos e violações do direito à informação, tendo em vista a fragilidade do consumidor na relação consumerista.

4.1 Direito do consumidor e a regulamentação da rotulagem

Diante do cenário em que se dão as relações consumeristas, pode-se destacar que o consumidor fica exposto diante da magnitude comercial da maioria das empresas, fazendo-se necessária sua proteção jurídica por parte do Estado. Para tanto, a criação de normas, como o Código de Defesa do Consumidor é fundamental neste campo de relações sociais.

Nota-se que, na relação de consumo de produtos alimentícios, diversos fatores podem levar à insegurança desse vínculo, prejudicando assim o direito a uma alimentação adequada, pois a deficiência na correta informação do produto, bem como a insuficiência na regulamentação e fiscalização dos rótulos dos alimentos podem gerar danos à segurança alimentar (BITTAR, 2003).

Percebe-se assim a tamanha importância da rotulagem dos produtos alimentícios, que se mostra de grande valia para se manter o direito à informação, sendo este um direito fundamental, gerando, não obstante, uma alimentação adequada, priorizando os direitos humanos, e, por conseguinte, a saúde pública (VAZ, 2010).

Na atualidade, a sociedade tem sofrido inúmeras transformações no que se diz respeito à alimentação, pois a industrialização de produtos ficou cada vez mais comum no decorrer do tempo. A tecnologia foi tomando espaço e constantemente impedindo que o consumidor tenha acesso ao modo de fabricação, ou ao menos tenha uma precisão na informação do que contém no produto que está adquirindo, o que, usualmente, acaba se tornando perigoso e duvidoso.

Logo, é inevitável estabelecer um elo entre a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor e os princípios e sujeitos das relações de consumo de produtos alimentícios, aspirando à questão do direito fundamental à alimentação adequada para que se alcance a segurança alimentar, além da questão de se saber o que um produto deve conter para que seja reconhecido como seguro e apropriado para o consumo (BITTAR, 2003).

Nessa perspectiva, sob o prisma da insegurança do consumidor frente aos fornecedores dos produtos alimentícios, surgiram a regulamentação e a rotulagem dos alimentos, visando à proteção do bem jurídico maior tutelado, isto é, a vida, pois para que se tenha saúde e vida de qualidade, é essencial uma alimentação adequada, com produtos considerados seguros e nutritivos (BITTAR, 2003).

Enfim, pode-se dizer que a rotulagem nos alimentos é uma questão de direito do consumidor, pois ele tem prerrogativa de ser informado sobre o que está consumindo, sob a égide de uma questão de saúde pública e resguardo de seus direitos humanos e garantias fundamentais.

4.2 Formas de atuação dos órgãos de fiscalização

Sabe-se que, no Brasil, para a garantia de cumprimento de leis, o Estado cria diversos órgãos de controle e fiscalização. No tocante à saúde pública, cumpre enfatizar que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o órgão encarregado de organizar e constituir toda a regulamentação da rotulagem dos alimentos no Brasil.

A Lei n. 9.782/99 instituiu o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, dando origem à Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Desta forma, veja-se o que diz o artigo 1º da referida lei, que compreende o órgão responsável pela fiscalização e controle como responsável por:

[...] o conjunto de ações definido pelo §1º do Art. 6º e pelos arts. 15 a 18 da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, executado por instituições da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que exerçam atividades de regulação, normatização, controle e fiscalização na área de vigilância sanitária (BRASIL, 1999, p. 1).

Não obstante, a Lei n. 8.080/90, que versa sobre Sistema Único de Saúde (SUS), em seu artigo 6º, define vigilância sanitária:

[...] um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: I- o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e II- o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde (BRASIL, 1990, p. 1).

Sendo assim, a ANVISA tem como prioridade a proteção da saúde da população, exercendo de maneira efetiva o controle sanitário da produção e comercialização de produtos e serviços, isto é, sua função é promover a saúde devida à população por meio de ações que extingam, minimizem ou previnam os riscos à saúde dos consumidores, devendo intervir tanto como órgão regulamentador quanto atuando na fiscalização e promoção deste direito fundamental de todos os cidadãos (VAZ, 2010). Por este ângulo, pode-se destacar o que está determinado no artigo 6º da Lei n. 9.782/99:

Art. 6º. A Agência terá por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e da comercialização de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos e de fronteiras (BRASIL, 1999, p. 1).

Não obstante, essa mesma lei dispõe que é de alçada da ANVISA, mediante a observação e respeito às legislações em vigor, regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam risco à saúde pública (BRASIL, 1999).

Sendo assim, evidencia-se que é dever da ANVISA, além do desenvolvimento da regulamentação, versar sobre o controle e fiscalização de todos os produtos e serviços que podem comprometer a saúde dos consumidores, incluindo a questão dos alimentos geneticamente modificados, pois estão no rol do artigo 8º da Lei n. 9.782/99 (BRASIL, 1999).

Enfim, tanto o controle como a fiscalização de produtos alimentícios, no tocante à sua rotulagem, é de cunho da ANVISA, sendo que esta deve primar pela saúde pública, gerando tanto o direito a informação para os consumidores quanto o direito à segurança alimentar.

4.3 Problemática da falta de fiscalização e suas consequências: Consumidor *versus* Interesses Econômicos

Diante da obrigatoriedade da fiscalização, regulamentação e controle de produtos alimentícios por parte da ANVISA, nota-se a extrema preocupação do Estado com a saúde pública. Porém, ao mesmo tempo, há que se falar sobre um problema corriqueiro no Brasil: a falta de fiscalização.

Como de práxis, é comum perceber no Brasil que a maioria das leis é boa, contudo muitas vezes não alcança o resultado esperado, pois há um déficit nas áreas de fiscalização por parte da administração pública (ARAÚJO FILHO, 2002).

No que se diz respeito à fiscalização e ao controle sobre produtos alimentícios, encontra-se uma enorme barreira para que se proteja o consumidor: os interesses econômicos. Sabe-se que diante de situações nas quais a intervenção de órgãos de fiscalização pode gerar prejuízos, comumente se deixa passar despercebido os direitos e garantias fundamentais dos consumidores em prol do lucro que a sociedade capitalista tanto almeja (ARAÚJO FILHO, 2002).

O que se deve esperar por parte dos órgãos fiscalizadores públicos é a aplicabilidade nas normas, pois o próprio artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que traz a igualdade de todos perante a lei, deve ser tomado como referência, não havendo distinções por interesses econômicos (BRASIL, 1988). Certamente que há uma problemática no que tange aos consumidores e interesses econômicos, pois são polos praticamente opostos. Todavia, é imprescindível zelar pelos princípios fundamentais do direito, tutelando sempre o bem jurídico da vida.

No tocante aos gêneros alimentícios, há uma necessidade de ainda maior inspeção, pois trata-se de uma questão de direitos humanos e saúde pública, sendo essencial a supervisão por parte da ANVISA na rotulação destes, gerando assim maior segurança alimentar e o direito fundamental para os consumidores à informação (NUNES, 2000).

Vale ressaltar, pois, que a rotulagem nos alimentos é de suma importância para a saúde pública, sendo necessário um maior empenho por parte da administração pública no que se diz respeito ao controle, regulamentação, e principalmente da fiscalização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da amplitude e da importância da temática abordada nesta pesquisa, evidencia-se a preocupação, sob vários aspectos jurídicos, com as consequências da comercialização e consumo de produtos alimentícios, principalmente dos alimentos geneticamente modificados.

No presente trabalho, foi possível destacar alguns desdobramentos do desenvolvimento da tecnologia capaz de modificar os genes dos alimentos. Se, por um lado, as inovações tecnológicas buscam a solução da problemática da fome mundial, por outro lado, é de essencial relevância o seu controle por meio de ações que visem à regulamentação, a fim de promover a segurança e soberania alimentar.

Discutiu-se a fragilidade do consumidor nas relações de consumo, pois estas, passando a ser reguladas pelo Estado, tutelam um bem jurídico indisponível. Nesse sentido, há a imposição aos fabricantes e fornecedores da indústria alimentícia da transparência das informações dos produtos disponíveis no mercado aos consumidores.

Destarte, é imprescindível a observação dos direitos humanos e dos direitos e garantias fundamentais, isto é, o direito à alimentação adequada e à informação, respectivamente. Um direito humano como o da alimentação devida baseia-se na necessidade do ser humano de se alimentar de forma quantitativa e qualitativa a fim de lhe assegurar uma vida digna. Tal direito passa, consecutivamente, pelo crivo da informação, pois ela é indispensável para que o consumidor tenha acesso à exatidão do produto que está consumindo.

Isso se dá para garantir a segurança alimentar, sendo esta de ordem pública, pois versa sobre a saúde pública. É de interesse coletivo que se tenha confiança naquilo que se consome com o propósito de se manter a dignidade da pessoa humana. Ademais, é importante poder escolher o que se consome ou mesmo o que se produz, garantindo a soberania alimentar.

Para se alcançar esse objetivo, são necessárias a regulamentação e a rotulagem dos alimentos, em especial dos transgênicos, para que a sociedade possa ter o direito de ser informada, podendo assim deliberar a respeito do produto a ser consumido.

Nessa égide, o Estado, mediante administração pública, cria seus órgãos de regulamentação, controle e fiscalização. Assim, em se tratando de segurança alimentar, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é quem possui a finalidade de policiar a saúde pública, bem como de adotar medidas para que isso se cumpra da maneira mais eficiente.

Outrossim, pode-se perceber, que, em suas resoluções, a ANVISA tem se posicionado sob o prisma de extinguir ou dirimir ao máximo quaisquer riscos à saúde pública.

Especificamente sobre a temática em questão, verifica-se que no tocante à rotulação de alimentos, a Agência dispôs sobre informações obrigatórias a serem observadas.

Isto se dá porque é evidente que o direito à informação e à rotulagem de alimentos oferece maior proteção ao consumidor, gerando maior segurança alimentar e garantindo assim uma forma de vida mais digna.

Vale ressaltar que diversos avanços já foram alcançados em relação à rotulagem dos alimentos, particularmente dos alimentos modificados geneticamente (que são de fundamental relevância nos dias atuais), que resguardam algumas prerrogativas dos consumidores. Contudo, não se pode dizer que a eficácia destas regulamentações foi alcançada, pois se sabe da deficiência da fiscalização por parte dos órgãos de controle, sendo necessário assim um maior empenho quanto à verificação das normas impostas para a proteção da população.

Infere-se então que é direito fundamental do consumidor ter acesso à informação mediante a rotulagem dos alimentos, sejam eles transgênicos ou não. Essa rotulação é de obrigatoriedade dos órgãos competentes da administração pública para o controle, regulamentação e fiscalização, neste caso, a ANVISA, sendo que esta deve velar pela saúde pública.

Enfim, o acesso à informação é um direito que todo consumidor tem protegido pelo Código de Defesa do Consumidor, e, no tocante aos produtos alimentícios, principalmente os transgênicos, tão questionados cientificamente, a informação importa em consciência para a tomada de decisão por parte da sociedade, sendo elemento essencial para a segurança e soberania alimentar.

REFERÊNCIAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução n. 259, de 20 de setembro de 2002**. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/rdc0259_20_09_2002.html. Acesso em: 27 fev. 2020.

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <http://anvisa.gov.br>. Acesso em: 26 fev. 2020.

ARAÚJO FILHO, Luis Paulo da Silva. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: Direito Processual**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BARROS, Bettina. Há 40 anos, DDT precipitou restrições. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 nov. 2010.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direitos Do Consumidor**: código de defesa do consumidor. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4619/SP**. Tribunal Pleno. Requerente: Confederação Nacional da Indústria. Requeridos: Governador do Estado de São Paulo e Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Relator: Min. Rosa Weber. Brasília, 19 de dezembro de 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/processos/148104206/processo-n-4619-do-stf>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 27 out. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005. Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei no 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória no 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10o e 16o da Lei n. 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 mar. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm. Acesso em: mar. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 4.680**, de 24 de abril de 2003a. Regulamenta o direito à informação, assegurado pela Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados, sem prejuízo do cumprimento das demais normas aplicáveis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4680.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Portaria n. 2.658**, de 26 de dezembro de 2003b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-pequarios/alimentacao-animal/arquivos-alimentacao-animal/legislacao/portaria-no-2-658-de-22-de-dezembro-de-2003.pdf>. Acesso em: 17 set. 2019.

BRASIL. **Medida provisória n. 2.191-9, de 23 de agosto de 2001**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2001/2191-9.htm#:~:text=MEDIDA%20PROVIS%C3%93RIA%20No%202.191,23%20DE%20AGOST

O%20DE%202001.&text=Acresce%20e%20altera%20dispositivos%20da,Art. Acesso em: 27 mar. 2020.

BRASIL. Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 jan. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9782.htm. Acesso em: 30 mar. 2020

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto n. 1.752, de 20 de dezembro de 1995**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1752-20-dezembro-1995-431825-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. **Lei n. 8.974, de 5 de janeiro de 1995**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8974.htm. Acesso em: 28 mar. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 01 dez. 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 29 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 ago. 2019.

COLLI, Walter. Organismos transgênicos no Brasil: regular ou desregular? **Revista USP**, São Paulo, n. 89, p. 148-172, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). **Direito Humano à Alimentação Adequada**: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 aos dias atuais. Org. Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/seguranca-alimentar-e-nutricional/a-seguranca-alimentar-e-nutricional-e-o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-no-brasil-indicadores-e-monitoramento/relatorio-consea.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2019.

ERHARDT, Caroline. **O Direito Humano à Alimentação adequada como Direito Fundamental**. 2015. Disponível em: <http://jorneb.pucpr.br/wp-content/uploads/sites/7/2015/02/O-DIREITO-HUMANO-%C3%80-ALIMENTA%C3%87%C3%83O-ADEQUADA-COMO-DIREITO-FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2020.

LAJOLO, Maria; NUTTI, Marília Regini. **Transgênicos**: bases científicas de sua segurança. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

LEITE, Marcelo. **Os alimentos transgênicos**. São Paulo: Publifolha, 2000.

LIMA NETO, Francisco Vieira. **Responsabilidade civil das empresas de engenharia genética**: em busca de um paradigma bioético no direito civil. Leme: Editora de Direito, 1997.

MANIGLIA, Elisabete. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar** [online]. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2009.

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. **Comentários ao Código de Defesa do Consumidor: Direito Material**. São Paulo: Saraiva, 2000.

OLIVEIRA, Patrícia Simões de. Abordagem jurídica da biotecnologia: a transgenia e a atuação da CTNBio na análise de riscos frente à política ambiental brasileira e à nova lei de biossegurança. *In*: MILARI, Édis; MACHADO, Paulo Leme de Oliveira (Orgs.). **Direito Ambiental internacional e temas atuais**. São Paulo: Edição Revista dos tribunais, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Paris, França: Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

PESSANHA, Lavínia; WILKINSON, John. **Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar**: o que está em jogo nos debates? Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

ROCHA, Adriana Brondani da; PASSOS, Luciana Maria Liboni; MORAES, Marcelo Gravina. **Quatro informações fundamentais sobre transgênicos**. 2013. Disponível em: <http://cib.org.br/em-dia-com-a-ciencia/quatro-informacoes-fundamentais-sobre-transgenicos>. Acesso em: 17 ago. 2019.

ROCHA, Marlene da. **Segurança Alimentar**: um desafio para acabar com a fome no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROSA, Antônio Vitor. **Agricultura e meio ambiente**. São Paulo: Atual, 1998.

SÃO PAULO. Lei Estadual n. 14.274, de 16 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a rotulagem de produtos transgênicos no Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. São Paulo, 17 dez. 2010. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2010/lei-14274-16.12.2010.html>. Acesso em: 31 mar. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Transgênicos: benefícios e diálogo. **Jornal da Ciência**. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoee/?url=http://jnoticias.jornaldaciencia.org.br/9transgenicos-beneficios-e-dialago/>. Acesso em: 16 ago. 2019.

VAZ, José Eduardo Parlato Fonseca. O Direito Social à Alimentação. **Revista Páginas de Direito**, Porto Alegre, ano 10, n. 1.018, 2010. Disponível em:

<https://www.paginasdedireito.com.br/index.php/artigos/37-artigos-ago-2010/3661-o-direito-social-a-alimentacao>. Acesso em: 17 fev. 2017.

ZANONI, Magda. Transgênicos para quem? *In*: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Orgs.). **Agricultura, Ciência e Sociedade**. Brasília: MDA, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA ENFERMAGEM NA ASSISTÊNCIA E PREVENÇÃO DA TRANSMISSÃO VERTICAL DO VÍRUS HIV

Fabrcia Luiz Barbosa

Francislene Lavôr Batista

1 INTRODUÇÃO

O Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) acomete cerca de 42 milhões de pessoas, tornou-se uma pandemia e, como tal, gera sérios problemas de saúde pública, com alta taxa de morbimortalidade, com repercussão crescente em mulheres em idade fértil e, conseqüentemente um aumento na taxa de transmissão vertical do vírus HIV. Estima-se que mais de 700.00 crianças tenham contraído o HIV por transmissão vertical no mundo, durante o parto, pós-parto ou por via da lactação materna. Nesse sentido, é de grande relevância, pois sabemos que o diagnóstico da infecção pelo HIV no início da gestação possibilitará o melhor controle da infecção materna, e, conseqüentemente, os melhores resultados da profilaxia da transmissão vertical desse vírus (AMARO, 2005).

Atualmente, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), estimam que 35,3 milhões de pessoas vivam com o HIV, no mundo. Na África Subsaariana, existem em torno de dois terços do total mundial (25 milhões) de pessoas infectadas pelo HIV. É a área mais afetada do mundo e três quartos são do sexo feminino (UNAIDS, 2013).

No Brasil, em 2012, foram notificados 39.185 casos de HIV, valor que vem mantendo-se estável nos últimos cinco anos. A taxa de detecção nacional foi de 20,2 casos para cada 100.000 habitantes, sendo a maior taxa de detecção observada na Região Sul, 30,9/100.000 habitantes. No período de 2000-2013 foram notificados 77.066 casos de gestantes infectadas pelo HIV (casos e coeficiente de detecção por 1.000 nascidos vivos), segundo região de residência por ano do parto. Na região Sudeste, com 32.122 gestantes; em segundo lugar a região Sul com 24.156; e desta o Rio Grande do Sul em primeiro lugar com 14.143 casos de gestantes infectadas pelo HIV (BRASIL, 2013).

Sabendo que a gestação é um momento único na vida de cada mulher e que a preparação física e psicológica nesse momento é fundamental para o bom desenvolvimento da gestação, do parto e puerpério, é que surgiu a necessidade de investigar na literatura

específica sobre a importância da atuação da equipe de enfermagem na prevenção da transmissão vertical do vírus HIV. Esse estudo quer demonstrar o quanto uma assistência qualificada pode reduzir os riscos e agravos da gestação, assim como contribuir significativamente na redução da transmissão vertical do vírus HIV.

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com levantamentos de dados através de artigos, publicações em revistas científicas e dissertações. A pesquisa bibliográfica teve uma abordagem metodológica, através do método exploratório, proporcionando maior conhecimento sobre o tema proposto, uma vez que a pesquisa qualitativa exploratória facilita a compreensão do assunto e permite o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos considerados relevantes ao assunto pesquisado. Utilizaram-se como descritores: *Assistência de Enfermagem, HIV*, nos indexadores *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, *LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde)*, *BIREME, MEDLINE*, no período 2000 a 2013, em língua portuguesa e inglesa.

Como critérios de seleção serão considerados os artigos com dados bibliográficos que abordem HIV, Gestação, Amamentação e Assistência de Enfermagem e outras informações específicas correlacionadas ao assunto. A coleta de dados para este trabalho foi realizada na biblioteca do Centro Universitário Alfredo Nasser, em Aparecida de Goiânia – GO. Foram pesquisados 67 artigos e selecionados 25 para o desenvolvimento deste artigo.

3 A SAÚDE DA MULHER

A saúde da mulher só foi inserida nas políticas públicas durante as primeiras décadas do século XX. Os programas materno-infantis foram criados nas décadas de 1930 a 1970, mas traduziam uma visão restrita sobre a mulher, como se a mesma só servisse para procriar e cuidar dos filhos e do lar, fatos estes, que foram bastante criticados pelos movimentos feministas que lutaram bravamente para a criação de um programa que atendesse a mulher em sua integralidade (GUERREIRO *et al.*, 2012).

O momento da gravidez é um estado de profundas transformações onde a mulher vivencia uma série de sentimentos como dúvidas, medos e ansiedade. O período do pré-natal é uma época de preparação física e psicológica para o parto e para a maternidade, por isso deve ser um momento de intenso aprendizado para que a mulher possa curtir esse momento único de forma satisfatória (RIOS; VIEIRA, 2007).

3.1 Histórico do HIV

O HIV, inicialmente restrito a grupos específicos, como homossexuais, usuários de drogas injetáveis e prostitutas, encontra-se atualmente em plena disseminação na população geral. Sabe-se que a antiga concepção de grupos de risco não dá conta da realidade da infecção, e que houve um aumento considerável dos casos de AIDS em mulheres em idade fértil, o que exige que se introduza uma nova percepção de risco (CARVALHO; PICCININI, 2008).

Desde os primeiros casos notificados, no início dos anos 80, o HIV se tornou um importante tema de pesquisa e de grandes campanhas de saúde. Ainda assim, a Medicina não encontrou até o momento nenhuma cura definitiva ou vacina eficaz para deter o avanço da doença, dependendo o seu controle basicamente da prevenção (PRADO, 2008).

3.2 Transmissão vertical

A Transmissão Vertical do vírus HIV é caracterizada na ocasião em que a criança é infectada pelo vírus do HIV durante a gestação, o trabalho de parto, o parto propriamente dito (contato com as secreções cérvico-vaginais e sangue materno) ou por meio da amamentação; responsável por cerca de 90% dos casos notificados de AIDS em crianças menores de 13 anos (BRASIL, 2005).

O processo de feminização do HIV traz entre os agravantes um elevado número de mulheres em idade reprodutiva infectadas pelo vírus. No Brasil, de 2000 a 2009, 66% das mulheres soropositivas tinham entre 20 e 39 anos, acarretando o aumento do risco da transmissão vertical do HIV (COLASANTI *et al.* apud LIMA *et al.*, 2014).

A taxa de detecção de casos de HIV em gestantes no Brasil em 2012 correspondeu a 2,4 casos por 1.000 nascidos vivos. A única região com uma taxa de detecção superior à média nacional foi a Região Sul, com 5,8 casos por 1.000 nascidos vivos. No período de 2003

a 2012, evidencia-se no Brasil um aumento de 26,3% na taxa de detecção de HIV em gestantes (BRASIL, 2013).

Uma inestimável vitória nessa luta foi à criação do Protocolo 076 pelo *Pediatric AIDS Clinical Trial Group* (PACTG 076) em 1994. Esse esquema profilático consiste em fornecer Zidovudina - AZT para a mãe na gravidez e no trabalho de parto e para o recém-nascido nas primeiras seis semanas de vida e resultou em diminuição de 2/3 na transmissão mãe/recém-nascido (VELOSO; VASCONCELOS; GRINSZTEJN, 2008).

Essa profilaxia medicamentosa alcança eficácia ainda maior quando associada a outros procedimentos como, por exemplo, adoção da cesariana eletiva e não amamentação (PRADO, 2008).

3.3 O papel do profissional de enfermagem na assistência a gestante com HIV

A equipe de Enfermagem tem o compromisso de proporcionar a melhor qualidade de tratamento ao paciente, e com as gestantes soropositivas não deve ser diferente. Uma parte importante deste papel está ligada à orientação dos pacientes, seus familiares, e a comunidade. Todos os profissionais de saúde têm uma função modelo, mas os enfermeiros têm uma responsabilidade maior por causa da projeção; pois tanto os pacientes, como os auxiliares olham para eles buscando liderança e orientação (GARCIA; OLLITTA, 2000).

3.4 Assistência ao pré-natal

Como o pré-natal é oferecido gratuitamente pelo sistema público de saúde, espera-se que a adesão ocorra entre a maioria das mulheres a esse acompanhamento. No entanto, os indicadores de saúde materno-infantil registram números preocupantes de mortalidade nesse grupo, colocando em dúvida se todas as grávidas fazem o pré-natal (DUARTE, 2012).

Vale ressaltar a necessidade de buscar nas gestantes os motivos que levam a sensibilização para a realização do acompanhamento pré-natal. O enfermeiro deverá utilizar-se, além dos procedimentos técnicos, a comunicação com as gestantes e seus familiares, promovendo um vínculo de confiança e segurança, contribuindo para adesão das gestantes à atenção pré-natal (DUARTE, 2012).

Segundo Santos e Souza (2012), quando o diagnóstico da infecção pelo HIV é feito no início da gestação melhores são os resultados da profilaxia da transmissão vertical desse vírus. Entretanto, é necessário que o teste anti-HIV seja oferecido a todas as gestantes no início do

pré-natal, independente de sua situação de risco para o HIV. Contudo, o teste deverá ser sempre voluntário, confidencial e precedido de aconselhamento conforme preconizado pelo Ministério da Saúde (MS).

A solicitação do teste durante o pré-natal deve ocorrer acompanhada de aconselhamento pré e pós-teste. Uma vez identificada como portadora do HIV, a gestante deve iniciar o tratamento com a quimioprofilaxia e o acompanhamento por uma equipe multiprofissional. Os profissionais devem estar preparados para acolher estas pacientes de forma correta, fato este que temos observado que não vêm ocorrendo e em consequência desta falta de preparo desses profissionais na atenção básica, esses serviços não oferecem aconselhamento de seguimento à gestante soropositiva independentemente da mesma estar sendo acompanhada em uma unidade de referência o que pode estar dificultando o seguimento adequado do tratamento pela gestante (ARAÚJO; NOGUEIRA, 2007).

A realização dos exames anti-HIV, mesmo sendo fundamental para saúde da criança e da mulher, devem respeitar a vontade e a decisão da gestante e da parturiente para a sua realização, sendo o aconselhamento uma etapa muito importante do processo, pois permite à mulher assumir uma atitude favorável à realização do exame, devendo-lhe ser garantido suporte emocional por ocasião da informação do resultado positivo e nos momentos subsequentes. Uma das ações de saúde posterior à comunicação de resultados positivos está focalizada no cumprimento de procedimentos técnicos destinados a profilaxia da transmissão vertical, como a utilização do AZT endovenoso durante o trabalho de parto, e a suspensão da amamentação (CARNEIRO; COELHO, 2010).

A descoberta de uma infecção pelo HIV a uma gestante causa um impacto imenso, gerando muita frustração, tristeza, revolta e medo, que irão acompanhá-la durante toda a gestação, cabe ao enfermeiro prover uma assistência psicológica e acolhedora a estas pacientes. As condutas deverão ser decididas caso a caso, em conjunto com a gestante. Optando-se pela interrupção do tratamento no primeiro trimestre e reiniciado após 14ª semana de gestação, para evitar o desenvolvimento da resistência viral. A AIDS é uma doença de notificação compulsória cabendo ao enfermeiro à notificação da mesma, e a realização de consultas para avaliação e acompanhamento nutricional também devem ser incentivados, bem como as vacinações profiláticas, que não devem utilizar vacinas de vírus vivos ou atenuados (GARCIA; OLLITTA, 2000).

3.5 Atuações do profissional enfermeiro na prevenção profilática da transmissão vertical do vírus HIV

São inúmeros os desafios encontrados, o assunto evolui rapidamente, sendo necessária a atualização constante para a assistência de enfermagem e a prática profissional, que constitui a aplicação de ações e de informações científicas com objetivo da prevenção e tratamento, em equipe multidisciplinar de assistência, um processo que envolve o aprendizado individual e coletivo, motivador da compreensão e da consciência para o estabelecimento de estratégias fundamentadas no conhecimento. Portanto, os serviços de saúde devem estar organizados para esse atendimento e a enfermeira obstetra, bem como os outros profissionais da equipe pré-natal, está envolvida na busca de soluções para as transformações que a infecção pelo HIV trouxe para a assistência à saúde da gestante, do feto e da família (VAZ; BARROS, 2000).

Cabe ao Enfermeiro promover uma assistência de qualidade promovendo o fortalecimento do vínculo no relacionamento com a cliente portadora do HIV. Habilidades estas, que visivelmente ainda não foram alcançadas por certos profissionais, que ainda apresentam despreparam para assistir estas clientes, talvez por falta de conhecimento, quer seja técnico na área, quer seja referente à questão ética que envolve essa assistência. Para o enfermeiro cuidar da gestante portadora do HIV, é preciso desenvolver uma ação assistencial fundamentada e pautada em conhecimentos científicos e técnicos, advindos de sua formação generalista, além de comportamento moral e ético, consciência individual e coletiva, requisitos essenciais para o desenvolvimento da função (BARROSO; CARVALHO; GALVÃO, 2005).

Diante da transmissão vertical do HIV, permanecem ações fundamentais, que incluem educação e uso de preservativos durante a relação sexual. Estas juntamente com a profilaxia da transmissão vertical não são capazes de eliminar a infecção pelo HIV na população pediátrica, mas são potencialmente viáveis dentro do sistema público de saúde (RODRIGUES; VAZ; BARROS, 2013).

As profilaxias intervencionais executadas durante o parto e puerpério podem reduzir em até 50% a probabilidade de Transmissão vertical do HIV. Recomenda-se que as puérperas infectadas pelo HIV e com riscos de transmissão via amamentação sejam orientadas a não amamentar os recém-nascidos e instruídas a obter e preparar a fórmula infantil logo após o parto, a lactação deve ser evitada com medidas clínicas e farmacológicas. A puérpera também deve ser orientada sobre a importância do seu acompanhamento clínico e ginecológico e do

acompanhamento e tratamento do recém-nascido com Zidovudina (AZT) até a definição de sua situação sorológica (BRASIL, 2002).

Segundo os estudos de Barroso e Galvão (2007), um dos métodos utilizados para a inibição da lactação em puérperas com HIV é o enfaixamento das mamas, mas muitas vezes não é muito aceito pelas mulheres devido ao medo da família descobrir seu diagnóstico na visita hospitalar, desta forma trocam a faixa pelo uso do sutiã e por inibidores de lactação. Por esse motivo cabe à equipe de enfermagem identificar a coerência e orientar que a substituição do enfaixamento pelo sutiã, por exemplo, é inadequada, pois o sutiã mantém a mama elevada e nesses casos não é recomendado.

A prática de enfaixamento das mamas para inibir a lactação pode ser por muitas vezes dolorosa causando desconforto, ingurgitamento mamário e angústia, devido aos fatores biológicos e aos emocionais de não estar podendo amamentar, tornando a não amamentação ainda mais penosa. O enfermeiro deve dar uma atenção especial a estas mães e aos recém-nascidos. Orientando as primeiras de que a nutrição artificial também alimenta o bebê de forma adequada e satisfatória para o seu crescimento saudável e que o ato de não poder amamentar não impede o estabelecimento do vínculo mãe e filho através de gestos de carinho, conforto e segurança e contato pele a pele (ROSA; CEOLIN; ARGENTA, 2011).

Outro método de prevenção adotado é a escolha da via de parto que deve ser definida de acordo com a situação obstétrica ou da carga viral, e da avaliação do obstetra e do infectologista, conjuntamente com a paciente, devendo informar os riscos-benefícios da via de parto recomendada. A via de parto cesárea é indicada se a carga viral for maior ou igual a 1000 cópias por ml, desconhecida ou aferida antes da 34ª semana de gestação, e a dilatação cervical menor que 4 cm, e as membranas amnióticas íntegras. A via de parto normal é indicada quando a carga for inferior a 1000 cópias por ml ou indetectável ou em gestações com idade maior ou igual a 34 semanas. (BRASIL, 2007).

Com base nos estudos de Carvalho *et al.* (2007), dentre as ações citadas no atendimento à saúde da mulher destaca-se o acesso, ou seja, a inserção destas mulheres ao serviço de saúde e que esta, não se resume apenas na existência de uma instituição de saúde próxima à sua residência pois muitos são os requisitos para essa acessibilidade. Cita-se, por exemplo, a disponibilidade do serviço, os horários mais convenientes para o deslocamento da mulher e a capacidade de atender as necessidades destas mulheres.

A gravidez no contexto da infecção pelo HIV é um tema que, via de regra, gera discursos polêmicos e acalorados, especialmente entre profissionais de saúde. Ancorados, sobretudo, nos riscos da transmissão perinatal do HIV, os profissionais de saúde justificam

seus sentimentos de indignação ou de incompreensão quando uma mulher, sabidamente soropositiva, manifesta o desejo de engravidar ou chega grávida ao serviço de saúde (SILVA; ALVARENGA; AYRES, 2006).

Desde 1994, os estudos têm comprovado que os antirretrovirais (ARV) reduzem a transmissão vertical do HIV. A partir de então, nos países em que os ARV vêm sendo empregado, tal fenômeno tem sido confirmado. A TARV combinada e a cirurgia cesariana eletiva, quando empregadas conjuntamente, reduzem ainda mais a transmissão vertical. Conclui-se que com a identificação precoce da mulher portadora, a aplicação oportuna da TARV, com conseqüente queda dos níveis de carga viral materna (no sangue e nas secreções cérvico-vaginais) e, a menor exposição do recém-nascido ao HIV (via de parto adequada e não amamentação), leva à melhores resultados (THOME *et al.*, 2005 *apud* VASCONCELOS; HAMAM, 2005).

Há 24 anos aproximadamente o mundo convive-se com a AIDS que ficou conhecida por ter sido a mais séria e devastadora doença do final do século XX. A cada dia esta doença vai transpondo barreiras e fronteiras, desenvolvendo-se de forma assustadora entre indivíduos do mundo inteiro e em plena atividade reprodutiva, com acelerado ritmo entre os jovens e as mulheres e conseqüentemente o aumento de crianças infectadas por transmissão vertical (BARROSO; CARVALHO; GALVÃO, 2005).

As mulheres são mais vulneráveis ao HIV do que os homens, isso se deve as razões anatômicas quando considerado o ponto de vista biológico, elas são mais suscetíveis à transmissão do HIV. Destaca-se, entre elas também os fatores sociais, emocionais e a dependência econômica para a ascensão dos casos. Mesmo diante dos avanços da terapia anti-retroviral o diagnóstico e a assistência as mulheres ainda é tardia encurtando o tempo e a qualidade de vida. Outro ponto relevante é a importância do envolvimento da enfermagem para atuar na prevenção da infecção e na promoção, reabilitação e socialização das mulheres comprometidas pela AIDS (BARROSO; CARVALHO; GALVÃO, 2004).

A carência na atuação profissional é igualmente observada até o último momento do ciclo gravídico, ou seja, até o momento do parto, segundo Barroso e Galvão (2007), em um estudo realizado em uma maternidade da região nordeste constatou-se que a maioria das gestantes não havia realizado o teste rápido no momento do parto. Também foi ofertado o teste rápido a gestantes que tinham diagnóstico prévio, demonstrando mais uma vez o desconhecimento dos profissionais frente aos procedimentos recomendados pelo Ministério da Saúde.

Dentre as responsabilidades do enfermeiro na atuação às mulheres com HIV estão os aconselhamentos pré e pós-teste; orientações sobre o uso do AZT xarope para o RN; orientações sobre a importância e preparo da fórmula infantil; e a inibição da lactação (ARAÚJO; LINS; BASTOS, 2009).

A detecção precoce do HIV deve ocorrer principalmente em nível primário, ou seja, na Unidade Básica de Saúde da Família por ser considerada a “porta de entrada” do atendimento e o Enfermeiro enquanto integrante desta equipe deve estar atento, oferecendo meios de identificação dessas gestantes, através de visitas domiciliares dos agentes de saúde, uma vez que esses profissionais são treinados pelos enfermeiros. Esse processo de busca das gestantes deve fazer parte da conduta profissional, a fim de evitar a transmissão vertical e identificar quais são as especificidades que levam as gestantes a não aderirem à terapia (BERNARDES; SOUZA; AZEVEDO, 2012).

As mulheres com HIV convivem com a dor e a tristeza de não poder amamentar. Essa situação leva muitas vezes a omissão do diagnóstico, pois as mulheres se deparam com o desafio de explicar à família e à sociedade a razão pela qual, cientificamente, não podem amamentar, ficando a preocupação pelo que os outros vão dizer. Podendo assim, restringir sua convivência social. É por estas razões que o acolhimento de Enfermagem as orientações quanto aos cuidados necessários durante a gestação no contexto da AIDS, a importância do planejamento familiar, as opções de contracepção, bem como seus direitos reprodutivos, nesse período devem ser reforçados, a cada oportunidade de orientação a gestante a fim de garantir um acompanhamento clínico a mãe e uma profilaxia eficaz ao recém-nascido (LANGENDORF *et al.*, 2010).

Uma atenção pré-natal e puerperal qualificada e humanizada torna-se fundamental para a saúde materna e neonatal. Para tanto, a assistência necessita contemplar ações de prevenção e promoção da saúde, além do diagnóstico e tratamento adequado dos problemas que ocorrem no período gravídico-puerperal. Para que a assistência corresponda às necessidades do binômio mãe-filho, torna-se imperativo conhecer alguns aspectos da atenção dispensada à mulher nesta fase da sua vida, o que pode ser feito através da avaliação dos serviços de saúde pública; em especial das Unidades Básicas de saúde (UBS) (FIGUEIREDO; ROSSONI, 2008).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O HIV/AIDS foi e ainda é um dos temas mais discutidos e relevantes em Saúde Pública. Atualmente houve grande crescimento de infecção por esse vírus na população feminina em idade fértil e conseqüentemente o aumento da transmissão vertical. Muitas são as ações de saúde que devem ser desenvolvidas pelos profissionais de saúde em especial pela equipe de enfermagem a fim de evitar a transmissão do vírus, assim como programar o início do tratamento profilático para mãe filho.

Sabemos que a maioria das mulheres sonham em se tornarem mães em algum momento de sua vida e que a própria gravidez já traz consigo suas próprias preocupações como ansiedade, dúvida e medo e essas emoções associadas à descoberta da infecção por HIV se tornam ainda mais aguçadas, principalmente pelo fato de não poderem amamentar o bebê.

Nesse sentido, cabe ao profissional enfermeiro uma conduta acolhedora, humanizada e educativa para atender as necessidades desta gestante. Muitos dos profissionais da área da saúde não estão preparados para lidar com estas pacientes, e isso gera inúmeras preocupações visto que esse profissional é o principal responsável pelo estabelecimento de vínculo com os pacientes nas Unidades de Saúde. Mais estudos acerca deste tema ainda são necessários.

REFERÊNCIAS

AMARO, T. A. A questão da mulher e a AIDS: novos olhares e novas tecnologias de prevenção. **Rev. Saúde e Sociedade**, v. 14, n. 2, p. 89-99, maio-ago. 2005.

ARAÚJO, L. M.; NOGUEIRA, L. T. Transmissão vertical do HIV: situação encontrada em uma maternidade de Teresina. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 60, n. 4, p. 396-399, jul.-ago. 2007.

ARAÚJO, C. L. F.; LINS, S.; BASTOS, V. D. O Teste Rápido para HIV em Maternidades: a Visão dos Profissionais de Saúde. **DST - J bras Doenças Sex Transm.**, v. 21, n. 2, p. 71-77, 2009.

BARROSO, L. M. M.; GALVÃO, M. T. G. Avaliação de Atendimento prestado por profissionais de saúde a puérperas com HIV/AIDS. **Texto contexto Enferm.**, v. 16, n. 3, p. 463-9, jul.-set.2007.

BARROSO, L. M. M.; CARVALHO, C. M. L.; GALVÃO, M. T. G. Aspectos Éticos da interação Enfermeiro-Puérpera com HIV/AIDS. **J. Bras Doenças Sex Transm.**, v. 17, n. 3, p. 197-200, 2005.

BARROSO, L. M. M.; CARVALHO, C. M. L.; GALVÃO, M. T. G. **Mulheres com HIV/AIDS**: subsídios para a prática de Enfermagem. Fortaleza - CE, 2004.

BERNARDES, M. J. C.; SOUZA, V. M.; AZEVEDO, F. F. M. Estratégias para redução da transmissão vertical do vírus da imunodeficiência humana (HIV) e sua relação com a Enfermagem. **Revista eletrônica trimestral de Enfermeira**, out. 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico – AIDS e DST**. Ano II, n. 1. dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de vigilância em saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Protocolo para a prevenção de transmissão vertical de HIV e sífilis**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Boletim Epidemiológico**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Técnica Ministerial n. 2.104, de 19 de novembro de 2002. Regulamenta Projeto-Nascer Maternidades. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2002.

CARNEIRO, A. J. S.; COELHO, E. A. C. Aconselhamento na testagem anti-HIV no ciclo gravídico-puerperal: o olhar da integralidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15 (supl. 1), p. 1217-1226, 2010.

CARVALHO, F. T.; PICCININI, C. A. Aspectos históricos do feminino e do maternal e a infecção pelo HIV em mulheres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 6, p. 1889-1898, 2008.

CARVALHO, C. M. L. *et al.* Assistência à saúde da mulher portadora de HIV/AIDS no Brasil: Refletindo sobre as políticas Públicas. **Ceará**, 2007.

DUARTE, S. J. H. Motivos que levam as gestantes a fazerem o pré-natal: um estudo das representações sociais. **Ciencia y Enfermeria XVIII**, v. 2, p. 75-82, 2012.

FIGUEIREDO, P. P.; ROSSONI, E. O Acesso à assistência Pré-natal na Atenção Básica à saúde sob a ótica das gestantes. **Rev. Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre (RS), v. 29, n. 2, p. 238-45, jun. 2008.

GARCIA, S. R.; OLLITTA, I. Assistência de enfermagem à gestante soro positivo. **Rev. Enferm Unisa**, v. 1, p. 70-4, 2000.

GUERREIRO, E. M. *et al.* O cuidado pré-natal na Atenção Básica de saúde sob o olhar de gestantes e enfermeiros. **Reme - Rev. Min. Enferm.**, v. 16, n. 3, p. 315-323, jul./set. 2012.

LANGENDORF, T. F. *et al.* Gestantes que tem HIV/AIDS no contexto da transmissão vertical: visibilidade da produção científica nacional na área da Saúde. **Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UNIRIO**, 2010.

LIMA, A. C. *et al.* Avaliação epidemiológica da prevenção da transmissão vertical do HIV. **Acta Paul Enferm.**, v. 27, n. 4, p. 311-8, 2014.

- PRADO, R. H. **Transmissão vertical do HIV**: impacto positivo e medidas preventivas. Rio de Janeiro, 2008.
- RIOS, C. T. F.; VIEIRA, N. F. C. Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 477-486, 2007.
- RODRIGUES, S. T. C.; VAZ, M. J. R.; BARROS, S. M. O. Transmissão vertical do HIV em população atendida no serviço de referência. **Acta Paul Enferm.**, v. 26, n. 2, p. 158-64, 2013.
- ROSA, L.; CEOLIN, R.; ARGENTA, C. Mãe HIV positivo: A vivência da não amamentação e o método de inibição de lactação por enfaixamento. **Revista de Enfermagem Frederico West Phalen**, v. 6-7, p. 257-266, 2010-2011.
- SANTOS, R. C. S.; SOUZA, M. J. A. HIV na gestação. **Macapá**, v. 2, n. 2, p. 11-24, jul./dez. 2012.
- SILVA, N. E. K.; ALVARENGA, A. T.; AYRES, J. R. C. M. Aids e gravidez: os sentidos do risco e o desafio do cuidado. **Rev. Saúde Pública**, v. 40, n. 3, p. 474-81, 2006.
- UNAIDS JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. Global report: UNAIDS report on the global AIDS epidemic 2013. UNAIDS, 2013.*
- VASCONCELOS, A. L. R.; HAMANM, E. M. Porque o Brasil ainda registra elevados coeficientes de transmissão vertical do HIV: Uma avaliação da qualidade da assistência prestada à gestante/ parturientes infectadas pelo HIV e seus recém-nascidos. **Rev. Bras Saúde Matern. Infantil**. Recife, v. 5, n. 4, p. 483-492, out./dez. 2005.
- VAZ, M. J. R.; BARROS, S. M. O. Redução da transmissão vertical do HIV: desafio para a assistência de Enfermagem. **Rev. Latino-am enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 41-46, abr. 2000.
- VELOSO, V. G.; VASCONCELOS, A. L.; GRINSZTEJN, B. Prevenção da Transmissão Vertical no Brasil. **Rev. Saúde Pública**, v. 42, n. 5, p. 859-867, 2008.

MEDO DE VOAR: uma questão que foge à racionalidade

Pablo Rodrigues Pereira

Tammyse Araújo da Silva

1 INTRODUÇÃO

Ao considerar que o fluxo de aeronaves mundial está em contínua expansão, mais pessoas utilizam o avião como meio de transporte e, entre elas, há aquelas com algum tipo de aversão a essa atividade, seja ansiedade, medo ou fobia. A psicologia comportamental é a ciência que investiga as emoções do ser, suas dimensões e implicações. De tal modo, com a intervenção da psicologia comportamental, abre-se a possibilidade de amenizar o desconforto acarretado pelo medo relacionado ao transporte aéreo.

A partir dos estudos sobre ansiedade, medo e fobia, a presente pesquisa busca identificar as características principais do medo de voar e as ferramentas disponíveis e eficientes para mitigar o respectivo medo. Para isso, a aplicação de um questionário que direcionando prováveis hipóteses e sensações geradas pelo medo nortearam a investigação bibliográfica da psicologia comportamental do ser humano, tomando por base a descrição de teorias psicológicas de análise do comportamento em relação ao medo; a engenharia de *softwares* capazes de criar um contexto de realidade virtual a fim de inserir o passageiro previamente em contato com o ambiente interno do avião; o desenvolvimento de novas tecnologias, destacando-se os aplicativos, os quais descrevem os procedimentos que a aeronave realiza antes, durante e depois do voo para que o passageiro saiba identificar e mensurar as situações vividas dentro da aeronave.

Diante do problema a ser investigado, toma-se como objetivo entender as causas e consequências da existência do medo de voar e os mecanismos utilizados atualmente para suprimi-lo. Desse modo, busca-se entender a causa da existência do medo; a forma como as pessoas reagem diante dos elementos estressores presentes no ambiente; identificar a eficiência dos meios de intervenção existentes; averiguar o ponto de vista dos usuários sobre o medo em relação à atividade e avaliar a eficácia de uma tecnologia móvel, aplicativo, testando-a em um voo real.

Essa pesquisa pretende confirmar que parte dos casos de medo de voar está associada a algum tipo de trauma anteriormente relacionado, ou a algum tipo de transtorno mental que

foram desencadeados devido visão cética que envolve grande parte do público que utiliza o avião como meio de transporte.

A relevância deste estudo segue para mostrar que o medo em excesso pode evoluir para um ataque de pânico dentro da aeronave, e isso é um fator preocupante para a segurança de voo, tendo em vista que a integridade do próprio passageiro e dos demais é posta em risco. Dessa forma, os procedimentos utilizados para lidar com esse medo precisam ser as mais eficientes para passageiro finalize a viagem com uma visão positivo sobre o processo de deslocamento via aérea.

Metodologicamente, a pesquisa sustenta-se na aplicação de método qualitativo e, para isto, além da pesquisa bibliográfica, um questionário foi disponibilizado aos participantes, estudantes e professores dos cursos de Administração, Arquitetura, Direito e Engenharia Civil, assim como os funcionários das Áreas 1, 3 e Campus 5 da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, por meio eletrônico, com vistas a alimentar um banco de dados da plataforma *Google forms* que foram tabulados no formato de porcentagem. Para efeitos de redação, as duas técnicas de pesquisa são relacionadas pelo método de procedimento comparativo, para estabelecer relações entre ambas.

Esta pesquisa destina-se à aplicação psicológica, onde os meios de tratamento para o medo de voar são discutidos, na expectativa de demonstrar a diversidade de tratamentos e métodos a melhorar o manejo do medo.

Espera-se com o estudo contribuir com o desenvolvimento da psicologia na aviação, parte imprescindível à segurança da aviação no seu cerne, fortalecendo a segurança e a confiança neste modal de transporte por parte de todos os seus usuários.

2 A INFLUÊNCIA DA PSICOLOGIA NA AVIAÇÃO

Segundo relatos históricos, o avião ficou popularmente conhecido, tanto pela eficácia, quanto pela versatilidade, a partir do seu uso expressivo durante a Primeira Guerra Mundial. Com o estresse intenso de voar em meio a um ambiente hostil, algumas complicações eram ocasionadas. Os níveis incomuns de perigo à vida provocavam casos de neurose em pilotos da Real Força Aérea. Além do fator de risco, também foram observados problemas conjugais e autocobranças nos diagnósticos. Frente a essa realidade, foi iniciada a aplicação de testes psicológicos e psiquiátricos para selecionar e agrupar os soldados menos vulneráveis a esses estressores (RIBEIRO, 2009).

De acordo com Todorov (2007), a psicologia se dedica ao estudo dos organismos em interação com o meio ambiente físico, social, biológico e histórico. Ela busca entender a função dos comportamentos dos indivíduos.

Durante as décadas de 1970 e 1980, a ampla ocorrência de acidentes aeronáuticos levou à necessidade de criar métodos de gerenciamento da operação, uma vez que as intercorrências negativas interferem na imagem da aviação com relação à sua própria segurança. Dessa forma, com os esforços e estudos de equipes, tanto técnicas, quanto psicológicas, nasceu em 1979, o *Cockpit Resource Management (CRM)*, ferramenta essencial para as operações aéreas atuais. O principal objetivo do *CRM* é melhorar a relação entre os ocupantes da cabine, e conseqüentemente, aumentar a padronização dos procedimentos e a segurança do voo. Com o *CRM*, as companhias aéreas podem aumentar sua qualidade operacional e melhorar sua percepção no mercado (BRAGA, 2002).

No que diz respeito à imagem da companhia avaliada pelo usuário do modal aéreo, Li *et al.* (2015) afirmam que o método de exposição da empresa, assim como a divulgação de notícias sobre o meio, pode interferir na sua reputação, oferecendo motivos para preocupação e estresse por parte dos passageiros. Diante deste problema, a população tenta procurar outra empresa, ou até mesmo outro meio de transporte para realizar sua viagem. Para poder lidar com este problema de maneira mais hábil, Oliveira (2017) diz que os psicólogos procuram maneiras mais eficientes de lidar com esses indivíduos para reduzir a incidência dos elementos estressores envolvidos na realização da atividade.

3 UM PANORAMA SOBRE ANSIEDADE, MEDO E FOBIA

O medo é uma emoção que todo ser humano possui, assim como a ansiedade, herdados de ancestrais que tinham suas vidas expostas a perigos constantes. Baptista, Carvalho e Lory (2005) consideram que muitas dessas emoções exercem funções de sobrevivência e que elas têm como principal objetivo provocar reações de luta e fuga nos indivíduos, podendo até tirá-los de situações complicadas, como, por exemplo, durante o ataque iminente de alguma fera selvagem.

Mattos (2010) esclarece que pela natureza do ser humano, todos os indivíduos se comportam apresentando um grau de medo e ansiedade e, dependendo desse grau, isso pode evoluir para uma fobia.

Sob a ótica de Rose (1999), os comportamentos podem ser classificados em respondentes e operantes. Os respondentes são responsáveis pelas reações involuntárias, também conhecidas como reflexos e são precedidos de um estímulo capaz de eliciar respostas em um indivíduo e, dependendo do estímulo, o corpo reage de forma diferenciada. Em uma aeronave, por exemplo, um som alto pode eliciar uma resposta de sobressalto e taquicardia nos passageiros. Tal resposta pode acontecer em menor intensidade na tripulação, caso sejam habituados a tais estímulos sonoros.

Apesar do indivíduo já nascer com respostas reflexas, elas também podem ser condicionadas, isto é, aprendidas. Dependendo do tipo de estímulo e de sua intensidade, reações diferentes podem ser obtidas, porém com medidas diretamente proporcionais, ou seja, quanto mais intenso um estímulo, mais intensa será a resposta para ele. Dessa forma, é essencial para o psicólogo poder observar e medir as diferentes condições do comportamento e assim entender as distintas reações que esse tipo de emoção pode desencadear no organismo, como as fisiológicas que ativam determinadas funções do corpo humano (IVANCIC, 2000).

O medo se propõe como uma mudança de reações musculares, termais e sudoríparas para preparar o indivíduo para lutar ou fugir de uma situação de perigo, que é comumente conhecido como o “instinto de sobrevivência”, que é uma condição inata adquirida ao nascer. É possível, por exemplo, alterar a maneira como o indivíduo reage a certos estímulos, tornando suas respostas menos intensas, ou até mesmo, inexistentes frente a determinados estímulos (MOREIRA; MEDEIROS, 2019).

Os comportamentos operantes são controlados pelos estímulos que os antecedem e pelas consequências que os precedem. As consequências que os comportamentos produzem alteram sua probabilidade de ocorrência futura em situações semelhantes. Reações podem ser aprendidas de diversas formas: por meio de instruções, regras, normas, limitação de modelos, pela exposição às contingências (que seria uma aprendizagem pela experiência). De maneira geral, o indivíduo se comporta e os efeitos dessa ação vão fazer com que ele os repita ou não (ROSE, 1999).

Pilotar um avião envolve comportamentos operantes, como ler o manual de instruções do avião, verificar os itens do *checklist* da aeronave, uma comunicação correta via rádio transmissão. No entanto, comportamentos respondentes podem ser observados caso ocorra, por exemplo, uma emergência durante um voo. Moreira e Medeiros (2019) exemplificam que o comandante pode apresentar respostas de sudorese, taquicardia, palidez, tremor, visão de túnel, frente a uma colisão de uma ave e, neste caso, poderia se observar uma interação

respondente-operante, pois, mesmo apresentando tais respondentes, o piloto ainda deve desempenhar suas funções no *cockpit*.

Do ponto de vista de Ramos (2007), o medo pode ser inato, quando o indivíduo nasce com ele, ou reforçado, quando as experiências podem influenciar no modo como a pessoa reage a uma determinada situação. O autor complementa que dependendo da seriedade desses acontecimentos, o medo pré-existente pode evoluir para uma fobia, resultando em possível incapacitação ou até afetar seu processo biológico, comprometendo sua saúde.

Baptista, Carvalho e Lory (2005) asseguram que as principais diferenças entre o medo e a ansiedade se dão pelo fato de existirem fatores desencadeadores distintos. O primeiro é de imediata identificação que provoca os comportamentos reacionários de luta ou fuga, considerado um mecanismo natural do ser humano, é necessário para a sua sobrevivência; já o segundo, não apresenta um fator desencadeador claro, entretanto, causa uma aversão emocional perceptível.

Neste sentido, Guimarães *et al.* (2015) sustentam que a ansiedade é uma ferramenta de sobrevivência, não necessariamente associada a algum perigo imediato, mas que se adapta para as diferentes situações e causalidades e que as reações e intensidades por ela produzidas, variam conforme cada indivíduo.

Por outro lado, para Valerio Netto (2006), a fobia é um estágio avançado do medo, que se instala e se mostra com bastante intensidade. Por isso, com o medo exagerado, o sujeito pode ficar incapacitado, e há grande possibilidade de não adaptação, pois, todos os objetos e situações agem de forma tão abrupta que os comportamentos respondentes podem ficar comprometidos, surgindo reações inesperadas.

Algumas fobias são caracterizadas através de certas condições e, conforme Ramos (2007), são tratadas como específicas, isto é, possuem subtipos para facilitar o diagnóstico, tornando-o mais preciso e rápido de ser identificado. Guimarães *et al.* (2015) acrescentam que as fobias específicas são acionadas quando o indivíduo entra em contato com o estímulo particular que desencadeia determinadas reações. No caso do medo de voar, a fobia específica é iniciada quando a pessoa necessita realizar um voo, ou quando entra em contato com algum objeto e/ou situação que envolva a atividade aérea.

4 MEDO DE VOAR

No contexto da Primeira Guerra Mundial, os pilotos eram submetidos a certas condições, pouco conhecidas à época, tanto fisiológicas quanto situacionais que resultavam do risco extremo instalados em tempos de guerra. A partir daí, alguns dos soldados, e parte dos civis, por conta dos fatos que se tornavam populares, desenvolveram algum tipo de aversão por esse meio de transporte. Com o desenvolvimento da aviação civil comercial a partir da década de 1930, foram detectados alguns transtornos psicológicos em uma parcela dos passageiros (CONTARDO, 2015).

Mattos (2010) descreve que o crescimento da aviação tornou a atividade cada vez mais presente no cotidiano de muitas pessoas, no entanto, ainda são experimentadas condições desconfortáveis e medo por parte de algumas delas. É fato que a experiência de viajar de avião é bastante complexa e algumas vivências negativas podem participar ativamente do conforto do passageiro em voo, como por exemplo, uma tragédia familiar relacionada à aviação.

Na visão de Contardo (2015), o medo é uma condição onde o indivíduo antecipa uma determinada consequência de uma situação que pode levar a comportamentos negativos. Nesta perspectiva, pelo fato de a aviação ser um meio de transporte um tanto desafiador para o passageiro, assim como para o tripulante, e apesar da segurança envolvida, a atividade não deixa de possuir um teor de periculosidade, o que acarreta medo nas pessoas mais desavisadas e desconfiadas, complementa o autor.

O medo de voar, também conhecido como aerofobia, acrescenta Contardo (2015), é considerado uma fobia específica, pelo fato de possuir condições de existência muito restritas e que exigem estratégias especiais e abordagens diferenciadas para o seu tratamento.

Como exposto por Laker (2012), o medo de voar possui certas características entre os indivíduos que podem ser combinadas para criar um diagnóstico. Essas características envolvem: ansiedade imediata ao entrar em contato com o estímulo; os comportamentos respondentes podem ser agressivos e até sem razão, com o indivíduo ciente disso; o paciente não conseguir evitar o estímulo estressor; o problema persistir por muito tempo; e quando não houver outra explicação para a existência de medo, ansiedade ou pânico para a situação.

Mattos (2010) alerta que a fobia, quando acompanhada de mal-estar pode desencadear sérios problemas a bordo de um avião. Neste sentido, Guimarães *et al.* (2015) explicitam que esse transtorno de fobia é do tipo específico situacional, em que o medo ou a ansiedade estão circunscritos na presença de uma situação ou objeto particular, denominado estímulo fóbico.

Na concepção de Guimarães *et al.* (2015), uma determinada situação pode ser considerada ameaçadora, ou por vezes perigosa, simplesmente pelo fato de uma pessoa interpretá-la dessa maneira, podendo essa interpretação não corresponder à realidade. Isto pode ser motivado pela desinformação, tornando o caminho livre para o senso comum, o que rotula a situação. Contardo (2015) explana que, por vezes, a ausência de conhecimento sobre a área leva a preconceitos que podem originar o medo, sobretudo se ele estiver pautado na ideia de que o avião não é seguro.

No entendimento de Tortella-Feliu, Fullana e Bornas (2000), o medo de voar é um caso específico que pode envolver outros medos, correlacionando-os a ponto de tornar o quadro clínico ainda mais grave do que em outros tipos de transporte. Esses outros medos envolvem o de altura, perda de controle, claustrofobia e outros. Por conta dessa heterogeneidade de informações, o diagnóstico, assim como o tratamento adequado tornam-se mais complexos, pois cada um desses medos específicos possuem um método de abordagem.

É interessante observar que além dos casos psicológicos, se estabelecem também as reações fisiológicas diante o medo de voar. Quando essa situação se instaura, o indivíduo procura resolvê-la por conta própria, buscando a melhor forma de lidar com essa condição e isto, frisa Reinhart (2007), pode resultar em sérias complicações físicas no organismo. O autor destaca a possibilidade de doenças, mal-estar e até envenenamento, consequência da automedicação com doses inadequadas. Estas complicações se aplicam tanto para os viajantes quanto para as tripulações, que também são submetidas a alguns elementos estressores.

O estresse causado no indivíduo durante o exercício de uma atividade desagradável traz algumas alterações no organismo. Entre elas destacam-se o aumento da pressão arterial e frequência cardíaca, respiração acelerada, pupila dilatada, assim como substâncias orgânicas que preparam o corpo para prováveis danos. O principal causador dessas alterações é a adrenalina, hormônio produzido pelas glândulas suprarrenais, localizadas acima dos rins; e a noradrenalina, produzida pelo sistema nervoso central. Esses dois hormônios são responsáveis pelas respostas causadas pela ansiedade (ARALDI-FAVASSA; ARMILIATO; KALININE, 2005).

Battestini (2000) pontua que um indivíduo com medo de voar é afetado por insônia, dispepsia, hipertensão, altos níveis de estresse que, dependendo da intensidade, leva a um quadro clínico muito severo. Ademais, uma pessoa estressada em voo, alerta o autor, pode ocasionar emergências a bordo, de um simples desmaio a um ataque cardíaco. Caso isto ocorra, a tripulação efetuará um pouso de emergência e, em consequência, o fato será

noticiado, desencadeando o marketing negativo daquele episódio, o que adicionará elementos estressores a outros usuários, impactando a imagem da empresa e do modal aéreo.

5 MARKETING NEGATIVO E SEU IMPACTO NA SEGURANÇA EMOCIONAL DOS PASSAGEIROS

Marketing articula-se ao conceito de planejamento e estratégias para impulsionar os lucros de determinado negócio. Seu objetivo é alcançar e satisfazer o cliente, o que proporciona uma ligação amigável entre a empresa e seus consumidores. Todas as publicidades e propagandas criadas servem para tentar satisfazer os desejos e necessidades da população. Porém, como o ser humano possui desejos quase ilimitados, a importância de um marketing bem feito é essencial para buscar atender algumas dessas necessidades. No caso da aviação, quando a publicidade de uma companhia é bem-feita, espera-se um aumento na demanda de voos e a geração de receita é alavancada (GARCIA, 2004).

Para o marketing, a marca necessita dialogar com seus clientes. Dessa forma, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2012) ressaltam que os seus usuários precisam conhecer a filosofia do produto que estão adquirindo, assim como a empresa precisa conhecer o perfil de seus usuários, utilizando a teoria dos 3 Is: identidade, integridade e imagem. A identidade mostra o posicionamento da marca para o propósito na qual ela se designa para atender as necessidades do público; a integridade representa para a população a qualidade de seus serviços e a concretização de sua identidade; e a imagem mostra aos consumidores todos os aspectos de sua atuação para conquistá-los.

Li *et al.* (2015) expõem que, pelo fato de a aviação ser um mercado bastante competitivo, as companhias aéreas precisam manter seu nome intacto. Isso se deve ao fato de a manutenção das aeronaves, os serviços prestados pelos funcionários, assim como todas as áreas envolvidas, exercerem influência na percepção de segurança do passageiro no modal como um todo. No caso de acidentes aéreos, como o fato é amplamente divulgado, aquela informação se fixa na memória do usuário, e isso se torna mais um estímulo reforçador para o medo de voar, pois o provável passageiro passa a acreditar que sua vida está em risco, mesmo quando os índices de acidente são extremamente baixos.

Se tratando da aviação, Li *et al.* (2015) asseveram que um acidente aéreo afeta e muito a integridade da imagem de uma empresa, o que leva seus usuários a duvidarem de sua

segurança, reforçando o comportamento de repulsa àquela atividade, causando um agravamento dos sintomas do medo de voar da população.

6 POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO

A partir do momento em que a fobia e/ou ansiedade de voar começam a afetar os processos comportamentais normais do indivíduo, atrapalhando as suas atividades normais do dia a dia, torna-se necessária a procura de algum tipo de tratamento com um profissional. Apesar de toda a ciência envolvida no tratamento, algumas pessoas ainda acreditam que entrar em contato com um psicólogo é demonstrar um sinal de fraqueza, por não conseguir lidar com seus problemas pessoais. Além disso, a falta de atendimento qualificado em algumas áreas, assim como a demanda de comprometimento e suporte financeiro forçam o paciente a procurar outros meios de facear o problema, seja adotando métodos não científicos, ou reprimindo esses sentimentos, o que pode trazer sérios riscos à saúde mental (FERNANDES, 2017).

Quando se trata de meios de intervenção, destaca-se a importância do método de tratamento mais difundido, que é a terapia com um psicólogo. Nesse contexto, os procedimentos e técnicas aplicadas pelo profissional são especificamente criados para aquele caso em específico, para atingir um determinado resultado em um único paciente. Essa técnica de tratamento personalizado é conhecida como Terapia Comportamental. Diante dessas afirmações, a Terapia Comportamental pode ser caracterizada como uma ferramenta importante em intervenções relativas ao medo de voar. Uma das estratégias utilizadas é a Dessensibilização Sistemática que consiste em expor o cliente gradualmente a estímulos, relativos à aviação, que eliciem respostas emocionais de medo. Cada um desses estímulos é apresentado ao cliente concomitantemente com estratégias de relaxamento. Essa exposição pode ser feita com auxílio de desenhos, fotos, vídeos e até mesmo por meio de Realidade Virtual - RV (ABREU; GUILHARDI, 2004).

V. Haydu e N. Haydu (2011) definem a RV como um mecanismo tecnológico que se utiliza de recursos de *hardware* e *software*, onde o aparelho cria ambientes virtuais em 3D. Isto favorece a capacidade de imersão do usuário através da geração de imagens em equipamentos semelhantes a óculos, e sons com um sistema estéreo, que cria a sensação de direção do som. Os autores complementam que para permitir maior naturalidade à experiência, os óculos são equipados com um sistema de giroscópios para que os movimentos

sejam captados e transmitidos ao sistema, o que dá a liberdade de movimentação na simulação.

Fernandes (2017) destaca quatro conceitos básicos para a RV: a imersão, a interação, o envolvimento e a presença. A primeira consiste em fornecer a sensação de estar presente no ambiente. Já a segunda foca em poder interagir com os objetos presentes na simulação. A terceira, em realizar ações no ambiente, e a última em criar a confiança de a situação estar ocorrendo no mundo real. Um bom exemplo que o autor cita sobre o uso dessa tecnologia é simular as paredes de um cômodo para estimular pacientes com claustrofobia (medo de lugares pequenos).

Com essa aplicação, argumenta Bonet (2001) que os métodos convencionais utilizados pelos psicólogos podem ser colocados em prática no próprio centro clínico. Esse processo economizaria custos e recursos, além de agilizar o processo do tratamento, pois toda a experiência pode ser reproduzida imediatamente, sem qualquer risco real à segurança do passageiro.

Oliveira (2017) sugere que um dos motivos principais para a eficácia deste tipo de intervenção é a sensação de presença que o aparelho oferece. Dessa forma, o organismo se adapta, acreditando que a situação está realmente acontecendo, e isso é essencial para que o comportamento apresentado seja semelhante ao que se destacaria caso a situação estivesse ocorrendo na vida real.

Apropriando-se ainda mais da tecnologia, o uso de certos aplicativos (*apps*) pode auxiliar em tratamentos em diversas áreas, inclusive no campo da psicologia comportamental. Tibes, Dias e Zem-Mascarenhas (2014), ao pesquisarem diversos *apps* móveis, desenvolvidos para a área da saúde, constataram que estas tecnologias são importantes porque os seus conteúdos são analisados e testados por profissionais que conhecem as necessidades reais dos usuários, promovendo a utilização adequada e coerente para ser implantada na prática, auxiliando a população a lidar com problemas pessoais e clínicos.

Como observam Miranda e Renzi (2016), os aplicativos podem ser uma saída rápida para resolver o problema, ou pelo menos suavizá-lo. Dessa forma, o tratamento pode ser aplicado de uma maneira mais simples, dinâmica e direta com o paciente. Além disso, torna o método de auxílio mais acessível, o que pode maximizar os resultados, pois não são todos que podem ter acesso a um psicólogo a qualquer hora. Dessa forma, elucidam Vargas e Cisneros (2018), não é oferecida uma situação de desconforto no passageiro, fazendo com que um quadro de ataque fóbico possa ocorrer, mas ao mesmo tempo em que o transtorno possa ser enfrentado e mostrar que as razões para a existência do medo não são realmente perigosas.

Partindo desse princípio, o piloto e psicólogo Alex Gervash desenvolveu o aplicativo *SkyGuru*, que auxilia os passageiros durante o voo, tornando-o mais confortável. Segundo Gervash, um dos principais problemas que levam ao medo de voar é a falta de informações, assim como a sensação de não estar no controle da situação. Dessa forma, o *app* se utiliza de dados disponibilizados na internet sobre o voo no qual a pessoa realizou o cadastro, e informa ao usuário o que a aeronave está fazendo, assim como explica sobre a segurança da aviação, e alerta sobre sons, movimentos, atos da tripulação e condições meteorológicas que estão sendo enfrentadas (SKYGURU..., 2017).

7 METODOLOGIA

Do exposto, com a finalidade de aprofundar a discussão deste estudo sobre o que leva uma pessoa a desenvolver o medo de voar e as formas de tratar ou minimizar esta condição, uma pesquisa de campo foi trazida ao contexto da psicologia comportamental e será descrita a seguir.

Marconi e Lakatos (2003) salientam que o método de abordagem indutivo, utilizado por esta pesquisa, é aquele em que os dados que são obtidos por meio de uma fonte particular e são suficientes para criar uma resolução onde suas premissas são muito mais amplas sob as quais foram baseadas.

O método de procedimento será o comparativo, onde são contrastadas características, funcionalidades e quaisquer outros aspectos entre duas ou mais ferramentas de estudo. As técnicas de pesquisa utilizadas incluem a bibliográfica, onde há todo o embasamento teórico para o desenvolvimento da pesquisa através de publicações anteriores que envolvem o tema, e a de campo. A partir desta última, é possível coletar dados, traçar fatos e fenômenos e analisar o medo de voar dos participantes.

O objeto de estudo são alunos e professores dos cursos de Administração, Arquitetura, Direito e Engenharia Civil, e funcionários das Áreas 1, 3 e *Campus 5* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Os dados foram obtidos de formulários aplicados digitalmente através da plataforma *Google forms*, tratados e quantificados por técnicas estatísticas, objetivando resultados com margens de segurança. As variáveis estarão relacionadas às respostas obtidas pelos estudantes, professores e funcionários dentro dos objetivos da pesquisa.

A instituição participante da pesquisa precisou liberar o acesso do pesquisador às áreas físicas solicitadas, assim foi possível contatar a população investigada e proceder à coleta de dados, condicionadas ao cumprimento dos critérios éticos de sigilo adotados por este estudo. O convite-link para o preenchimento do questionário gerado pelo *Google forms* foi acessado individualmente por cada possível participante da pesquisa. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Para complementar os resultados do estudo, o pesquisador realizou um teste com duas versões, uma gratuita e outra paga, do aplicativo *SkyGuru*, em um voo de Goiânia para São Paulo (GRU). Os dois voos ocorreram no dia 04 de abril de 2019, pela companhia aérea Azul Linhas Aéreas Brasileiras, com a ida no voo AD4051, do Aeroporto Santa Genoveva em Goiânia/GO para o Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos/SP, com decolagem às 05h10, utilizando a versão paga, e a volta no voo AD5022 do Aeroporto Internacional de São Paulo em Guarulhos/SP para o Aeroporto Santa Genoveva em Goiânia/GO, com decolagem às 16h10, fazendo uso da versão gratuita. O clima em ambos os voos foi tranquilo, com um pouco de turbulência na chegada em Goiânia.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na pesquisa realizada com 100% de aceitação, que contou com 150 participações, a população foi dividida em alunos (82%), professores (5,3%) e funcionários (12,7%) das áreas 1, 3 e *Campus 5* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Dentre os alunos, os mesmos representaram os cursos de Administração (12,3%), Arquitetura (25,4%), Direito (36,9%) e Engenharia Civil (25,4%). Foi identificado que 54,7% dos participantes possuem entre 20 e 25 anos de idade, sendo seguidos por 26% com menos de 20 e 8% entre 25 e 30.

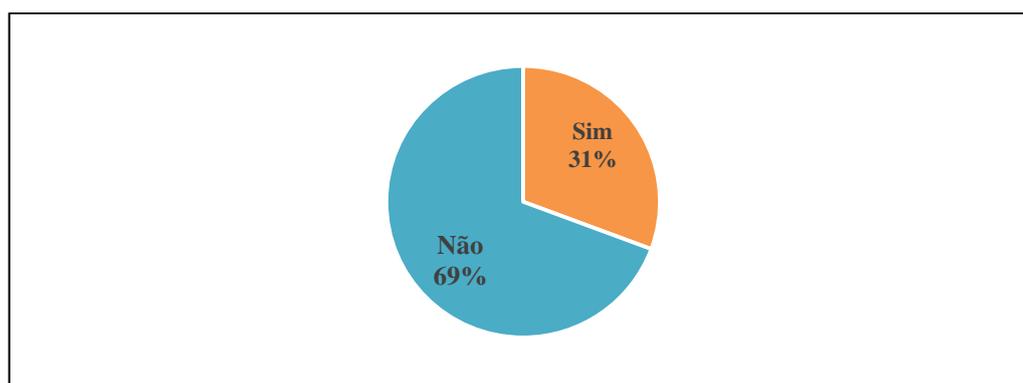
Com base no universo analisado, observou-se que 83,3% dos participantes já utilizaram o modal aéreo para algum fim, sendo que a frequência mais recorrente foi de uma vez ao ano, representando 38,3% da população. Com base no alcance do uso, registrou-se uma grande confiança neste meio de transporte (93,3%).

Apesar de sua popularidade, uma parcela dos entrevistados (31%) acredita possuir uma certa aversão ao voo, com características condizentes com as relatadas por Laker (2012), em que a ideia de realizar um voo já pode desencadear estímulos fóbicos no passageiro. Constatou-se que um dos principais motivos para a existência do medo de voar é a relação de suas percepções com a divulgação de notícias nos meios de comunicação, representando a

opinião de 52,7% dos entrevistados, o que é corroborado por Li *et al.* (2015), onde a imagem da companhia se consolida de acordo com o que é veiculado para a população.

Além dos resultados sobre a influência da mídia, o estudo indagou aos participantes sobre os prováveis motivos para a origem do medo. Foi observado que além de outros fatores, que envolviam aversão a aglomerações, experiências traumáticas com relação à aviação (pessoal ou não), falta de segurança e claustrofobia, o medo de voar se instala através do medo de altura (39%), seguido pela insegurança que aflige o viajante, de origem desconhecida (34,1%). Este último fator, implica na falta de conhecimento, considerado um dos principais pontos a serem abordados para a redução dos índices de medo nos passageiros (SKYGURU..., 2017). A amplitude da existência do medo de voar, apesar de não ser a maioria, representa uma parcela preocupante, por causa de suas consequências, observada no gráfico 1:

Gráfico 1 - Incidência do medo de voar nos entrevistados

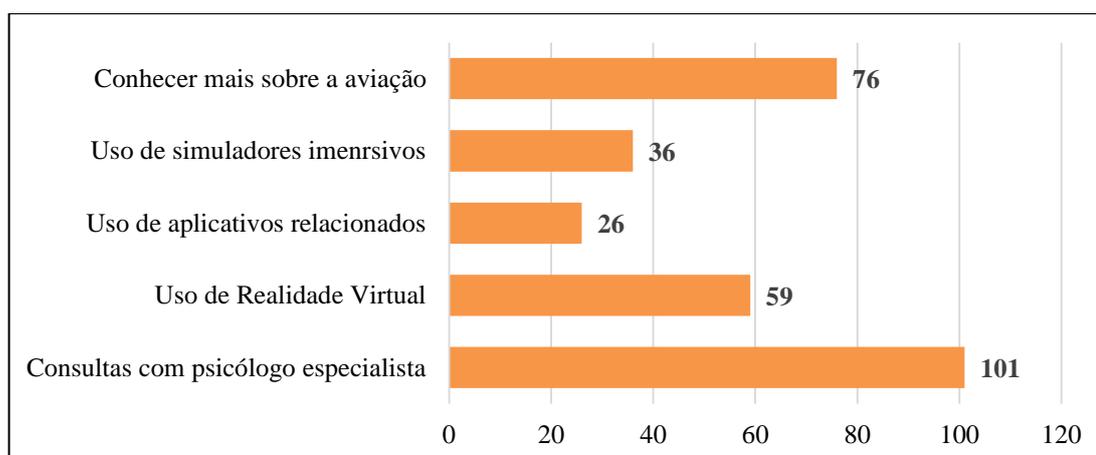


Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Como o medo de voar pode interferir no cotidiano de uma pessoa, assim como informado por Fernandes (2017), 80% das pessoas que responderam ao questionário afirmam que seria de grande ajuda buscar algum apoio psicológico, além do uso de novas tecnologias, apoiado por 84% do universo da pesquisa, dentre elas, o uso de aparelhos de realidade virtual, simuladores de cabine realistas e aplicativos móveis.

Neste sentido, pelo gráfico 2, é possível observar os tratamentos mais desejados pelos entrevistados, nos quais o psicólogo e o conhecimento autodidata são as opções mais consideradas, pelo fato de serem populares.

Gráfico 2 - Tipos de tratamentos considerados pelos entrevistados



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os resultados também apresentaram um certo desconhecimento sobre aplicativos destinados ao controle cognitivo do medo de voar, apenas 26% dos participantes os consideraram como alternativa.

Neste sentido, sobre o aplicativo investigado, o *SkyGuru*, trata-se de uma interface desenhada para dispositivos *mobile*, que pode ser adquirida pelas plataformas de compras da *Google (Play Store)* e da *Apple (App Store)*, de forma gratuita. Seu funcionamento é embasado no modo gratuito e o no pago.

Na página inicial é possível ter acesso a seu perfil, onde o *login* é feito pela conta pessoal no *Facebook* ou pelo *E-mail* da *Google*. Por meio dele é possível determinar que tipos de passageiro o usuário é (ansioso, curioso ou entediado). Para os propósitos deste estudo, tomou-se como princípio que o passageiro é ansioso.

A apresentação é simples, dinâmica e autoexplicativa. Com um estilo visual simples e agradável, o ajuste de cores auxilia na tranquilidade que a intenção do aplicativo quer passar para o usuário. Sua linguagem busca criar uma conexão da operação com o entendimento do passageiro, com o uso da coloquialidade no lugar de termos técnicos, o que auxilia no entendimento das informações que são passadas, mitigando a problemática que Guimarães *et al.* (2015) propõem, onde a falta de entendimento proporciona uma insatisfação por parte do indivíduo.

Como a operação aérea é regulamentada por diversos padrões, algumas ações são previsíveis de ocorrer e são automaticamente apresentadas ao usuário, como uma momentânea queda de energia durante a partida dos motores, indicando a troca do fornecimento de energia, a redução das luzes da cabine antes da decolagem para adaptar os olhos à iluminação externa, assim como alguns sons que a aeronave emite.

O medo de voar é exemplificado como algo ilógico e que não há necessidade de existir. Pela definição do aplicativo, um dos principais motivos de ele existir é a falta de informação e a sensação de não estar no controle da situação. Então é tomada como princípio a disponibilização de informação para que o usuário tome conhecimento dos sons e movimentos que estão ao seu redor, através de uma linguagem simples, e ao mesmo tempo, rica em conteúdo, que é o conceito defendido por Contardo (2015).

Pelo fato de se tratar de um aplicativo para auxiliar na aerofobia, são necessários recursos para que as informações e técnicas utilizadas sejam as mais atualizadas possíveis, fazendo com que a versão gratuita seja incapaz de realizar tal tarefa, incumbindo-a à versão paga. Além disso, o mesmo se encontra somente na língua inglesa, dificultando seu entendimento por parte dos indivíduos que não entendem o idioma.

Através do uso do aplicativo, é possível realizar uma análise detalhada do seu funcionamento, assim como entender seus processos de operação, sua didática de aplicação e apresentação das informações. Isso viabiliza a análise de usabilidade e se suas aplicações realmente contribuem no tratamento da aerofobia.

9 CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento exponencial da aviação, torna-se necessário a ampliação do acompanhamento psicológico em quem se propõe a realizar essa atividade. A psicologia é importante para a manutenção do bem-estar da mente do indivíduo. Por conta disso, todos os meios de tratamento precisam se ajustar para alcançar o maior público possível para que a parte da população que tem medo de voar obtenha ajuda mais facilmente, e com um fator econômico mais acessível.

A partir da visão dos participantes, comprovou-se que, pelo menos para a população investigada, o medo de voar se origina de outros medos ou do desconhecimento sobre operação aérea, evidenciando um campo fértil para discussões, os tratamentos que envolvam tecnologia explicativa.

Dessa forma, constata-se que o acesso à informação é fundamental para o avanço com relação à confiança do passageiro e, para isso, um dos principais objetivos das tecnologias móveis é disseminar os conceitos próprios da aviação de uma forma simples, direta e dinâmica, para oferecer uma experiência de voo mais suave e confortável.

Com o desenvolvimento das tecnologias móveis, o uso de aplicativos pode ser incentivado a tal ponto em que as terapias sejam acessíveis, ao alcance das mãos. O *SkyGuru* é um ótimo início para o entendimento dos processos e procedimentos da aviação que se propõe a informar e mitigar o medo através do conhecimento. Já a tecnologia de realidade virtual pode ser bem empregada em casos um pouco mais extremos na qual é necessária uma total imersão do usuário.

Assim, percebe-se que, no instante em que os segredos da tecnologia são revelados e os da mente compreendidos, diante dessa harmonia, é provável que o medo seja superado. Portanto, sugere-se para pesquisas futuras, averiguar se os efeitos dos aplicativos dispostos a minimizarem o medo de voar estão surtindo efeito desejável na população que sofre desse mal, visto que, voar é seguro, é o que comprovam estatísticas, usuários e 93,3% dos participantes desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABREU, C. N. D.; GUILHARDI, H. J. (Orgs.). **Terapia comportamental e cognitivo-comportamental** - Práticas Clínicas. São Paulo: Roca, 2004.

ARALDI-FAVASSA, C. T.; ARMILIATO, N.; KALININE, I. Aspectos fisiológicos e psicológicos do estresse. **Revista de Psicologia da UNC**, Concórdia, p. 84-92, 2005.

BAPTISTA, A.; CARVALHO, M.; LORY, F. O medo, a ansiedade e as suas perturbações. **Psicologia**, Lisboa, v. 19, n. 1-2, p. 267-277, 2005.

BATTESTINI, R. *Miedo a volar*. **Medicina aeroespacial y ambiental**, Palma de Mallorca, v. 3, n. 1, p.23-25, jun. 2000.

BONET, J. I. C. *Tratamientos psicológicos eficaces para las fobias específicas*. **Psicothema**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 447-452, jan. 2001.

BRAGA, S. F. **Gerenciamento dos recursos de tripulação**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência Superior) – Faculdade de Educação, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2002.

CONTARDO, R. E. **Técnicas de terapia cognitivo-comportamental em indivíduos com medo de voar de avião**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Terapia cognitivo-comportamental) - Centro de Estudos em Terapia Cognitivo-Comportamental, São Paulo, 2015.

FERNANDES, F. D. **Tratamento de fobias com ambientes virtuais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Informática) - Instituto Superior de Engenharia do Porto, Porto, 2017.

GARCIA, D. F. D. M. **Marketing de relacionamento no setor de transporte aéreo de passageiros no Brasil em 2004: o caso TAM.** Monografia (Bacharelado em Comunicação social: Publicidade e propaganda) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GUIMARÃES, A. M. V. *et al.* Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica. **Ciências biológicas e da saúde**, Maceió, v. 3, n. 1, p. 115-128, nov. 2015.

HAYDU, V. B.; HAYDU, N. B. **Realidade virtual:** Aplicações educacionais e terapêuticas. 2011. Disponível em:
http://www.uel.br/pessoal/haydu/textos/realidade_virtual_aplicacoes_educacionais_e_terapeuticas.pdf. Acesso em: 24 mar. 2019.

IVANCIC, M. T. *Stimulus preference and reinforcer assessment applications.* In: AUSTIN, J.; CARR, J. E. **Handbook of applied behavior analysis.** Reno: Context Press, 2000. p. 19-38.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAKER, M. *Specific phobia: Flight. Activitas nervosa superior, Praha*, v. 54, p. 108-117, 2012.

LI, C. W. *et al.* *The effects of aviation accidents on public perception towards an airline.* **Journal of the eastern Asia society for transportation studies**, [s.l.], v. 11, p. 2347-2362, 2015.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATTOS, D. A. D. **Medo, ansiedade e desconforto em viagens aéreas:** Fatores psicológicos e fisiológicos. Dissertação (Mestrado em Psicologia da saúde) - Instituto de Ciências humanas, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2010.

MIRANDA, A.; RENZI, A. B. Avaliação cooperativa para identificar interação de aplicativo mobile no controle de crises de pânico: Modelo mental e expectativas de usuários. In: Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design, 12., 2016, Belo Horizonte. **Proceedings...** . Belo Horizonte: Blucher Design, 2016. v. 9, p. 3910-3921.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. D. **Princípios básicos de análise do comportamento.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

OLIVEIRA, M. C. D. **A realidade virtual como recurso para terapia comportamental do medo de altura.** Dissertação (Mestrado em Análise do comportamento) - Departamento de psicologia geral e análise do comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

RAMOS, R. T. Fobias específicas: Classificação baseada na fisiopatologia. **Revista de psiquiatria clínica**, São Paulo, v. 34, n. 4, p. 196-198, maio 2007.

REINHART, R. O. **Basic flight physiology**. 3. ed. *New York: Mc Graw Hill*, 2007.

RIBEIRO, S. L. D. O. Psicologia no contexto da aviação: Breve retrospectiva. **Conexão SIPAER**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 129-152, dez. 2009. Disponível em: <http://conexaosipaer.cenipa.gov.br/index.php/sipaer/article/view/7/12>. Acesso em: 09 mar. 2019.

ROSE, J. C. C. D. O que é comportamento? In: RAMOS-CERQUEIRA, A. T. D. A. *et al.* **Sobre comportamento e cognição**: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista. 2. ed. Santo André: ARBytes, 1999. p. 79-81.

SKYGURU helps anxious fliers to overcome their fear. [s.l.]: Alex Gervash, 2017. (2 min.), son., color. Legendado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0JSD7l_7xcc. Acesso em: 24 mar. 2019.

TIBES, C. M. D. S.; DIAS, J. D.; ZEM-MASCARENHAS, S. H. Aplicativos móveis desenvolvidos para a área da saúde no Brasil: revisão integrativa da literatura. **Revista Mineira de Enfermagem**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 471-478, abr. 2014.

TODOROV, J. C. A psicologia como o estudo de interações. **Psicologia: Teoria e pesquisa**, Brasília, v. 23, n. esp., p. 57-61, 2007.

TORTELLA-FELIU, M.; FULLANA, M. A.; BORNAS, X. *Miedo a volar: Características clínicas de la fobia a volar y estrategias de intervención*. **Medicina aeroespacial y ambiental, Palma de Mallorca**, v. 3, n. 1, p. 26-35, jun. 2000.

VALERIO NETTO, A. Realidade virtual aplicada ao tratamento de fobias. In: TORI, R.; KIRNER, C.; SISCOOTTO, R. **Fundamentos e tecnologia de realidade virtual e aumentada**. Belém: [S.l.], 2006. p. 343-353.

VARGAS, J. Y. O.; CISNEROS, P. Q. B. *Desarrollo de una aplicación de pc para tratar la fobia a las alturas (acrofobia), mediante el uso del dispositivo oculus rift*. Trabajo de Fin de Curso (Licenciatura en Ingeniería En Sistemas), Facultad de Informática y Electrónica, Escuela Superior Politécnica de Chimborazo, Riobamba, 2018.

UMA ANÁLISE DO DOCUMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE TRINDADE: em foco a educação ambiental

Isabel Cristina Ferreira Lima

Nyuara Araújo da Silva Mesquita

1 INTRODUÇÃO

A escola está presente na vida dos alunos desde sua infância e age não só como ambiente de ensino e convivência, ela tem a responsabilidade de gradualmente introduzir as ideias, concepções e valores que uma sociedade exige de um cidadão dentro de uma democracia, modelando nossa conduta e visão de meio ambiente, influenciando diretamente na formação de um indivíduo (COSTA; LOPES, 2013).

Na carta magna que direciona nossa nação a Constituição Brasileira de 1988, no artigo 225, Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Inciso VI, frisou-se a necessidade de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). Assim destacamos a importância da EA, como ferramenta de instrução da defesa e preservação do meio ambiente, bem este, coletivo e patrimônio das futuras gerações.

No sentido de estabelecer as conexões que balizam a presente pesquisa, trazemos o contexto da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estipulou vários marcos normativos e pedagógicos, dentre eles, instituiu a Educação Infantil (EI) como a Primeira Etapa da Educação Básica. Sendo oferecido atendimento obrigatório na etapa da Pré-escola, para crianças entre 5 e 6 anos, e ampliação do atendimento na faixa etária de 0 a 3 anos. A finalidade desta etapa de ensino é o desenvolvimento integral de todos os aspectos da criança, consoante a realidade de sua comunidade e dos desafios que a rodeiam (BRASIL, 1996).

Nota-se que na LDB não se fazia referência explícita ao ensino da Educação Ambiental nas instituições de ensino, no entanto, ressaltava que a Educação Infantil integraria a educação básica. Após emergir a Lei n. 12.796 (BRASIL, 2013b), ela altera as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei n. 9.394/1996), onde fica afirmado que os currículos de todos os níveis de ensino devem abranger além de uma base comum nacional, serem complementadas por uma vertente diversificada, que aborda “o conhecimento do

mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil” (BRASIL, 1996, p. 1).

Dentre outros ganhos, a LDB supracitada integrou e tornou obrigatório como etapa da Educação Básica. No entanto, nesta legislação, não havia, ainda, menção à Educação Ambiental (EA). A inserção da EA nos currículos escolares passa por várias etapas, desde a instituição desta como Tema Transversal (BRASIL, 1997).

A EA, para se distanciar de perspectivas ingênuas e se consolidar com viés crítico, precisa se apartar de um tratamento tradicional e conservador, focada na formação crítica, transformadora e emancipatória que prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e na natureza (COSTA; LOPES, 2013). Importante que a abordagem da EA perpassasse todo o currículo escolar, buscando a formação de sujeitos críticos sobre as relações entre o ser humano e o meio ambiente.

Ao observar os novos desafios impostos pela implantação da Educação Infantil na LDB, esforços foram direcionados ao desenvolvimento do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que foi publicado em 1998. Foram formulados três volumes, no eixo denominado Natureza e sociedade, destaca-se os temas referentes ao mundo natural e ao mundo social, e a intencionalidade que o trabalho seja implementado de maneira integrada aos outros temas do currículo comum, empregando a curiosidade, exploração e as diferentes linguagens dos alunos para que o ensino seja mais significativo. Evidencia-se também a evolução dos temas de acordo com a idade da criança, auxiliando o pensamento pedagógico dos profissionais que atuam na EI (BRASIL, 1998).

Com a promulgação da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), mediante a Lei n. 9.795/1999, estipula-se que a Educação ambiental deve ser abordada não só na educação básica, mas em todos os níveis e modalidades de ensino, sejam públicos ou privados, além de propor normas para a EA no ensino formal e não formal. A EA se torna, com isso, um elemento formativo interdisciplinar que aproxima o indivíduo de uma real educação socioambiental (BRASIL, 1999).

A EA não se limita a práticas de ir a parques e defender uma natureza conservada, a EA sozinha não tem poder de preservação ou de soluções de problemas, ela propõe que o indivíduo seja sensibilizado e conscientizado dos seus direitos e deveres nesta relação homem-natureza que vive em constante transformação (COSTA; LOPES, 2013). Impor ao indivíduo a capacidade de procurar entender sozinho estas conexões só nos afasta de uma realidade ambiental equitativa. A educação ambiental tem sua importância na rotina de planejamento escolar, mas entendemos que sua ação é irrisória se não é abraçada pela

comunidade e por todos os outros fatores que participam da educação da criança, já que a problemática ambiental é de responsabilidade mundial e está interligado à sobrevivência da espécie humana (CUNHA, 2019).

Em 2012, houve a aprovação da Diretriz Curricular Nacional para a Educação Ambiental (DCNEA), um marco para este campo da Educação ambiental, pois reafirma as questões levantadas na PNEA, como implementação em todos os níveis de ensino e a necessidade de não a aplicar separadamente, mas de forma interdisciplinar, todavia, esclarece princípios, objetivos, conteúdos curriculares e sua importância na formação de professores (BRASIL, 2012).

Porém, em 2017, com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) da Educação Infantil, o documento tenta impor uma uniformidade nos currículos escolares, estipulando exigências de aprendizagem, competências que devem ser alcançadas, negligenciando todos os avanços políticos alcançados no campo da EA brasileira. Na contramão da consolidação da EA nas instituições escolares, para Behrend, Cousin e Galiazzi (2018, p. 86), na BNCC há um

[...] predomínio das vertentes naturalista e conservacionista. Além disso, as discussões acerca das questões socioambientais são apresentadas na BNCC na perspectiva ecológica, sem problematizar a EA enquanto um campo político que problematiza e atua criticamente na superação das relações de poder.

Layrargues (2002) enfatiza a coerção atribuída dentro da educação formal transformando-a em instrumento político e ideológico, por este motivo, os programas de EA pensados e praticados devem se distanciar de uma perspectiva ingênua, e serem exploradas como ferramenta de atribuição de sentidos. E. Branco, Royer e A. Branco (2018, p. 186) expõem ser “preciso refletir acerca da organização curricular da escola, na tentativa de superar o ensino fragmentado e, principalmente, reducionista”.

A educação ambiental é um processo de construção e desconstrução, aproximar o humano-natureza é a única saída viável para alcançar um sistema equilibrado. A responsabilidade socioambiental é ensinada e apreensível, quando construída na infância pode impedir novas ações degradadoras em nosso meio ambiente (SILVA, 2020). Esta pesquisa, portanto, teve como intuito investigar como o Documento Curricular Oficial da Educação Infantil para a Rede Municipal de Trindade problematiza a Educação Ambiental no cenário da Educação Infantil Municipal. Para isso, considera-se os demais documentos normativos e

balizadores da Educação Infantil e da Educação Ambiental tendo em vista a superação da EA de caráter ingênuo pela perspectiva crítica.

2 METODOLOGIA

Optou-se por utilizar uma abordagem qualitativa por meio de uma análise documental do Documento Curricular (DC-TRIN) Oficial da Educação Infantil para a Rede Municipal de Trindade (RME-TRIN) explorando em seu âmbito se suas “Orientações, Princípios e Concepções para a Estruturação e Organização Pedagógica” incluem em suas propostas de práticas pedagógicas o tema transversal: Educação Ambiental.

Dessa forma, como proposto por Bogdan e Biklen (1982, p. 12), a investigação proposta se caracteriza como uma abordagem qualitativa, já que “os dados coletados são predominantemente descritivos”. Analisamos os dados descritivos presentes no documento retratando a perspectiva da EA e, com isso, determinamos o foco da investigação e ficaram estabelecidos os contornos deste estudo.

O documento analisado tem sua importância dada a influência direta na organização das atividades escolares do município de Trindade, em especial a Educação Infantil. Por ter, intrinsecamente, um valor singular para a educação do município, no âmbito da pesquisa qualitativa, este trabalho configura-se como um estudo de caso (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

No estudo de caso, exploram-se as inúmeras fontes de informação, como os dados dos documentos que tratam sobre EA em seus diversos níveis (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Em nosso caso específico, investigamos como este tema se manifesta no DC da Educação Infantil de Trindade.

A análise documental é essencial, tendo em vista que complementa e ratifica nossas interpretações, pois são “uma fonte de informação contextualizada” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39). Esta técnica exploratória para análise de documentos foi usada como instrumento de validação para a seleção e análise dos documentos relevantes que capturam a perspectiva de uma EA aplicável e necessária (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Este trabalho tem como intuito investigar como o documento normativo, elaborado pelo Conselho Municipal de Educação do município de Trindade, problematiza a Educação Ambiental no cenário da Educação Infantil Municipal. Seguimos assim “pela pesquisa de análise documental, respaldadas pelos estudos em Educação Ambiental e das políticas que incentivam a institucionalização da EA” (BEHREND; COUSIN; GALIAZZI, 2018, p. 85).

Igualmente, como Rodrigues e Saheb (2019, p. 897), “entendemos que a análise documental contribui para a pesquisa qualitativa como um complemento para os demais instrumentos”.

O Documento Curricular “Orientações, Princípios e Concepções para a Estruturação e Organização Pedagógica e Curricular da Educação Infantil da RME-TRIN” está estruturado em onze capítulos (TRINDADE, 2020). Por essa razão, é necessário ter um aporte teórico para analisar a abordagem da EA no texto tendo em vista “a compreensão da importância de se trabalhar a Educação Ambiental no contexto da Educação Infantil” (ALVES; SAHEB, 2013, p. 30031).

Busca-se, desta forma, escrutinar todos os dados realizando uma pesquisa que estabeleça um novo olhar para a realidade existente a partir da interpretação dos pesquisadores em diálogo com referenciais teóricos buscando uma leitura das entrelinhas dos textos analisados (MARCONI; LAKATOS, 2013 *apud* RODRIGUES; SAHEB, 2018).

Na análise dos dados, discutiremos três categorias: a perspectiva de EA para a EI na diretriz federal; a perspectiva de EA para a EI apropriada pelo documento do município de Trindade; contribuições formativas destes documentos para as crianças a partir de uma EA de caráter crítico.

Ao examinar a natureza do Documento Curricular de Trindade e confrontá-lo com todos os elementos que nos guiam politicamente na elucidação das questões do estudo, o nosso foco de interesse está no intuito de ampliar e discutir o tema EA na Educação Infantil a partir de novos ângulos contribuindo com as discussões da área de Educação Ambiental.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Educação Ambiental atua como educação política e não se limita à área de ciências ou biologia, todavia inclui essa dinâmica que envolve a educação aplicada às questões do ambiente (COSTA; LOPES, 2013). Quando tratamos da Educação Infantil esse assunto se torna ainda mais essencial, afinal é o início da vida escolar de um indivíduo e nesta fase da vida o seu desenvolvimento se baseia na exploração e nada melhor que permitir e oportunizar um desenvolvimento moral e intelectual baseado em uma consciência ambiental com efeitos políticos, sociais e culturais a curto e longo prazo (ALVES; SAHEB, 2013).

Desta forma, a EA como aspecto educativo norteia qualquer atividade e todas as disciplinas, pois o seu princípio socioambiental desenvolve novos hábitos e consequentemente forma novas atitudes, pois o conhecimento conduz a melhoria das relações

entre sociedade e natureza. A EA incorporada na Educação Infantil pode gerar esses momentos, promovendo debates onde soluções são necessárias socialmente e só novas posturas e valores serão eficazes para reverter crises ambientais que os próprios humanos provocaram (ALVES; SAHEB, 2013).

Em 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente referenciava a EA como ferramenta para capacitar indivíduos e comunidades em prol do meio ambiente, em todos os níveis de ensino. A Constituição Federal ampara a relevância e obrigatoriedade da Educação Ambiental no contexto nacional, também assegurada pela legislação dos estados (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/96, propõe que os currículos da educação básica tenham uma base nacional comum. Menciona o ensino de artes e educação física, como componente curricular obrigatório para a Educação Infantil. A EA para este nível de ensino não é citada, reduzindo a perspectiva curricular para conhecimentos do mundo físico e natural e da realidade social e política nacional. Resumindo, que historicamente a EA assim pensada, é insuficiente em suas experiências para alcançar os objetivos, posteriormente, propostos na PNEA. A EA era referenciada, até 2017, como obrigatória somente no ensino fundamental e médio, estabelecendo-se que esta seja integrada às disciplinas de maneira interdisciplinar, mas não expressa sua intencionalidade quando desenvolvida. Mas, com a Lei n. 13.415, de 2017, que alterou a LDB n. 9.394/96, é proposto que os currículos devem integrar os temas transversais.

Com base na LDB, em 1997, lançaram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que definem questões relevantes que devem estar presentes no cotidiano escolar, como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, trabalho, consumo, pluralidade e cultura. No capítulo Meio Ambiente introduziram a EA como tema transversal.

Os PCN's mostraram-se como orientações inovadoras por recomendar ideias para uniformizar os currículos, criando pilares para a transformação dos objetivos, conteúdos e a didática de ensino em cada faixa etária. A Educação Ambiental é revelada como uma ferramenta para a troca de sentimentos, opiniões e experiências, em busca de um conhecimento capaz de mudar posicionamentos, repensar práticas, aprimoramento do conceito de cidadania para um conhecimento integral de justiça ambiental e equidade (BRASIL, 1997).

Os documentos aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) como Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de 1998 trazem de forma embrionária uma visão ambiental e em seus objetivos gerais cita-se que para a criança é essencial: “observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais

como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para a sua conservação” (BRASIL, 1998, p. 63). Em nenhum momento, até então, é feita menção ao termo Educação Ambiental. Este documento pretende esclarecer o que deve ser ensinado nessa etapa da Educação Básica, organizando os conhecimentos em eixos, sendo um deles intitulado “Natureza e Sociedade” o qual engloba a questão ambiental, reunindo questões ao mundo social e natural (ALVES; SAHEB, 2013). A Lei n. 9.795/99, instituinte da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), entende esta educação como processos a partir dos quais “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

A EA passa a ser componente permanente e essencial em todas as modalidades e níveis de ensino. Na educação formal, a EA é um direito e deve estar articulada permanentemente nos programas de ensino dentro da educação escolar, inclusive na educação infantil. Uma prática educativa plural, integrada, transdisciplinar e contínua, com o objetivo de reconhecimento da interdependência entre do meio natural, social e cultural, e as múltiplas e complexas relações que os rodeiam, garantindo o desenvolvimento da responsabilidade socioambiental e consciência da defesa do equilíbrio e qualidade dos bens coletivos naturais, para um exercício pleno da cidadania (BRASIL, 1999).

Conforme a concepção educativa dos PCN’s e DCN’s, as disciplinas devem desenvolver seus conteúdos naturalmente, entrelaçando e aglutinando questões ambientais que possam ser discutidas quando levantadas, sem a necessidade de criar um componente curricular específico. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica trazem um capítulo especial destinado às DCNEA, analisando seu histórico, de acordo com o contexto atual e sua intrínseca importância na infância: [...] “A determinação para que a Educação ambiental seja integrada, contínua e permanente implica, portanto, o início do seu desenvolvimento na Educação infantil, prosseguindo sem futura interrupção”, reforçando sua obrigatoriedade e relevância (BRASIL, 2013a, p. 545).

A DCNEI não traz a nomenclatura EA, mas traz novidades ao arranjo curricular, pois, no que se refere às questões ambientais, aborda, mesmo que de forma limitada, a temática de preservação do equilíbrio ambiental e práticas pedagógicas que defendem práticas ambientalmente sustentáveis, não objetificando diretrizes de como deveria ser explanada (BRASIL, 2009). Os últimos 30 anos foram marcados pelo surgimento de novos documentos que normatizam a educação básica. Ao criar uma linha do tempo da EA escolar no Brasil,

observa-se que alguns documentos reconhecem sua obrigatoriedade e dimensão, enquanto, outros se limitam a citá-la ou restringi-la ao conhecimento do meio natural.

Consequentemente, desenvolver um novo documento é um trabalho que exige pesquisa para conseguir reunir e representar todos os objetivos e temáticas apresentados pela legislação anterior. Ao se tratar de EA no Brasil os documentos que a respaldam são as PCN's (BRASIL, 1997), a PNEA (BRASIL, 1999) e a DCNEA (BRASIL, 2012).

A DCNEA considera que, para êxito da EA na gestão e no currículo escolar, estas devem estabelecer atividades que aproximem a pluralidade e multiculturalidade do âmbito científico e popular (BRASIL, 2012). A prática pedagógica não se separa da dimensão política, por isso uma visão integrada é importante para garantir a formação do pensamento crítico-reflexivo e do sentido de pertencimento ao meio no indivíduo. Nota-se, nas DCNEA, um viés crítico para a EA no que tange à superação e uma visão ingênua do contexto ambiental em que se separa o ser humano da natureza, pois de acordo com este documento a abordagem curricular para a EA precisa relacionar, dentre outros aspectos “a dimensão ambiental à justiça social, aos direitos humanos, à saúde, ao trabalho, ao consumo, à pluralidade étnica, racial, de gênero, de diversidade sexual, e à superação do racismo e de todas as formas de discriminação e injustiça social” (BRASIL, 2012, p. 4).

Ao tratarmos da segunda categoria de análise, a perspectiva de EA para a EI apropriada pelo documento do município de Trindade, temos que a gestão de Trindade e da área educacional buscou, ao longo dos anos, criar uma identidade para o ensino municipal e, para isso, em 2016, instituíram o Conselho Municipal de Educação do Município de Trindade, que através de resoluções normatizam a prática educacional. Em maio de 2020, foi apresentado e aprovado pela equipe da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Trindade (SMEC, na gestão 2021-2024, SME - Secretaria Municipal de Educação), conforme Portaria SMEC n. 156, de 08 de maio de 2020, o Documento Curricular: Orientações, Princípios e Concepções para a Estruturação e Organização Pedagógica e Curricular da Educação Infantil (TRINDADE, 2020).

Este Documento Curricular (DC-TRIN) é um produto elaborado e estruturado a partir do segundo semestre do ano de 2017, uma mobilização desencadeada pela Equipe Pedagógica da Educação Infantil de Trindade após a homologação da BNCC (BRASIL, 2017). O documento Curricular surge com o principal objetivo de criar uma “identidade” para a Rede Municipal de Educação Infantil de Trindade. Esta etapa da educação básica que atende crianças de zero até os seis anos de idade busca, com respeito ao protagonismo das crianças e aos contextos distintos de cada instituição escolar, propor práticas pedagógicas significativas,

articulando os saberes, experiências e vivências compartilhadas entre as crianças e adultos (TRINDADE, 2020).

Desta forma, este documento vem nortear/orientar “a reelaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e Planos de Ações dos CMEI’s, Escolas Municipais e Instituições Educacionais Filantrópicas e Conveniadas” (TRINDADE, 2020, p. 19), de todas as instituições desta etapa da educação do município de Trindade.

Esse Documento é resultado de uma construção colaborativa, com a participação efetiva dos segmentos educativos da RME-TRIN, que atuam com a Educação Infantil (diretores, coordenadores pedagógicos, professores, monitores, profissionais de apoio a inclusão, pais, crianças e técnicos pedagógicos da SMEC) (TRINDADE, 2020, p. 9).

O trabalho de fundamentação deste documento afirma estar pautado, considerando e respeitando as legislações vigentes do âmbito federal, estadual e municipal que norteiam a educação. O documento está organizado em 11 capítulos que apresentam toda a fundamentação teórica e pedagógica para a EI no contexto do município de Trindade.

O DC de Trindade (TRINDADE, 2020) explicita várias perspectivas educacionais, principalmente a valorização de um ensino voltado a autonomia da criança, como proposto na BNCC (BRASIL, 2017), a função sociopolítica da EI no DCNEI (BRASIL, 2009) e assegura condições para desenvolvimento de um sujeito ativo, social e político que possa se expressar e usufruir de seus direitos nos diferentes contextos em que vive. Salienta-se que, o próprio documento explicita que há uma orientação que se estrutura a partir da orientação legal, mas cada unidade escolar possui liberdade para incluir conteúdos e práticas que sejam essenciais em momentos extraordinários, de urgência ou calamidade e que sejam de acordo, com a realidade da comunidade atendida, como por exemplo, questões de saúde (dengue, covid-19).

A criança quando nasce vive um presente no qual se apropria e se habitua, ao longo do tempo, ao “mundo historicamente construído” (TRINDADE, 2020, p. 39). Visto assim, o documento questiona, os diferentes modelos, aspectos e interações em que a criança tem acesso ainda na infância, principalmente, “o acesso ao patrimônio cultural, artístico, científico, tecnológico entre outros” (TRINDADE, 2020, p. 39). Notamos que, dentre os diferentes patrimônios considerados, não há referência ao patrimônio ambiental e, a partir da análise, observamos que, ao longo deste documento, várias vezes, esta área é tratada como subentendida.

A degradação ambiental vem se intensificando nas últimas décadas tendo várias causas e, dentre elas, o consumismo desenfreado como um elemento muito causal muito

evidente. O Brasil possui um arsenal de políticas públicas com uma visão ampla defendendo e exaltando a necessidade de estimular o respeito ao meio ambiente por meio de ações educativas em todos os níveis de ensino e em todas as faixas etárias, porque não importa onde se encontre, “o papel do sujeito diante desse processo nunca é neutro, pelo contrário, é uma ação política firmada em valores de transformação” (CAPITULINO; ALMEIDA, 2014, p. 121).

Compreendemos que a EA é importante elemento formativo da sociedade e precisa ser inserida no contexto educacional desde o início da formação escolar. Dessa forma, concordamos com Tiriba (2010, p. 2) que:

creches e pré-escolas são espaços privilegiados para aprender-ensinar porque lá as crianças colhem suas primeiras sensações, impressões, sentimentos do viver. Sendo assim, a dimensão ambiental não poderia estar ausente, ou a serviço da dimensão cultural, ambas deveriam estar absolutamente acopladas.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009, propõem-se três princípios que devem orientar as propostas pedagógicas, facilitando a ação educativa com os estudantes da Educação Infantil e que o DC-TRIN considera fundamentais. Conforme Art. 6º, os princípios são:

- I - Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
- II - Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- III - Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (BRASIL, 2009).

O DC-TRIN declara no campo ético que se deve “estimular o respeito a todas as formas de vida, incluindo a integridade de cada ser humano e a preservação da flora, da fauna e dos recursos naturais” (TRINDADE, 2020, p. 54). É essencial entender que a separação entre ser humano e natureza se configura como uma das raízes da problemática ambiental e que esse viés precisa ser superado na EA, pois sinaliza “a ilusão antropocêntrica de que todos os seres e entes não humanos nos pertencem porque somos uma espécie superior” (TIRIBA, 2010, p. 2).

Conforme aos enfoques dados a EA neste documento nota-se que as questões socioculturais e étnicas estão bem delineadas, porém, muitos dos objetivos elencados têm a sua maioria retratada como conteúdos de ciências, pautando conceitos de natureza, preservação e reciclagem. Entendemos que tais abordagens são de suma importância na

formação das crianças, mas é preciso também discutir o consumo desenfreado que é vivenciado pela sociedade e que é divulgado pelos meios de comunicação. De acordo com Cunha (2019), a discussão sobre o consumo também cabe na EI ao se abordar as questões ambientais considerando-se que a escola prepara combate ao consumo induzido pelas mídias.

O DC-TRIN também se baseou no artigo 9º do DCNEI (BRASIL, 2009), que explicita que as práticas pedagógicas desta etapa de ensino devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, assim o DC de Trindade cria 6 Eixos Estruturantes da Ação Pedagógica na Educação Infantil, são eles: Interações Sociais, Brincadeiras e Cultura; Experiências e Vivências Compartilhadas; Criatividade e Imaginação; Apropriação e Expressão das Diferentes Linguagens; Escuta Ativa e Sensível das Crianças; e Acolhimento e Afetividade como Princípio do Cuidar e Educar (TRINDADE, 2020).

Foram listados alguns objetivos elementares ao traçar as ações educativas do eixo estruturante Interações Sociais, Brincadeiras e Cultura, entre eles os que se dedicam ao âmbito ambiental são:

- III - Desenvolver as capacidades de explorar, conhecer e compreender o mundo físico e social, dando-lhes significados, (re) significando-os e produzindo culturas; [...]
- IX - Desenvolver postura crítica em relação ao consumismo e aos valores imbuídos nos brinquedos e brincadeiras (TRINDADE, 2020, p. 62).

Temos aí a preocupação com a questão do consumo permeando a formação na EI em termos de EA. Conforme destacado por Cunha (2019), é importante que a etapa escolar inicial se preocupe com as questões relacionadas ao consumismo. Entendemos que o DC-TRIN marca essa perspectiva em seu documento. Outro aspecto que podemos destacar no documento municipal é o caráter da educação como transformadora dos sujeitos, pois ainda no primeiro eixo Interações Sociais, Brincadeiras e Cultura é possível identificar a sinalização da proposta nesse sentido:

As brincadeiras contribuem no desenvolvimento infantil de forma decisiva, construindo um adulto que acredita em seu **potencial transformador, cultivando dentro de si uma forte vontade de viver em um mundo melhor**. Por meio do brincar e a partir do sentimento que aflora em cada brincadeira, a criança faz a leitura do mundo e aprende a lidar com ele, recria, repensa, imita, desenvolvendo, além de aspectos físicos e motores, aspectos cognitivos, bem como valores sociais, morais, tornando-se cooperativo, sociável e capaz de escolher seu papel na sociedade (TRINDADE, 2020, p. 60 - grifo nosso).

O olhar para a formação de um sujeito transformador do mundo em que vive se coaduna com a proposição de Tiriba (2010) para questionar e intervir em espaços educacionais da Educação Infantil. A referida autora apresenta proposições a partir de três objetivos que envolvem o desafio a uma cultura antropocêntrica, a busca por caminhos pedagógicos que considerem as múltiplas dimensões do ser humano e o combate ao consumismo e ao desperdício de recursos naturais. Nesse sentido, as escolas precisam apostar em interações afetivas e criativas que evidenciem “intencionalidade política, transformadora: são estes os caminhos que nos levarão a dizer não ao consumismo e ao desperdício de recursos naturais, renováveis e não renováveis” (TIRIBA, 2010, p. 10).

Em relação às atividades que incentivam as brincadeiras, o DC-TRIN especifica que faz parte do ato de brincar “construir/criar jogos, brinquedos e brincadeiras fazendo **uso de materiais recicláveis** entre outros” (TRINDADE, 2020, p. 62, 63 - grifo nosso). Alves e Saheb (2013, p. 30025) descrevem que os educadores de sua pesquisa continuam ainda hoje vendo como práticas possíveis de aplicar educação ambiental, “atividades voltadas para a reutilização de materiais recicláveis para a confecção de brinquedos, observação da natureza, horta e atividades relacionadas com a preservação do meio ambiente”.

No eixo estruturante Apropriação e Expressão das Diferentes Linguagens do DC (TRINDADE, 2020), destaca-se que é imprescindível a promoção de diferentes manifestações artísticas, como cinema, fotografia, dança, teatro, poesia, literatura, música, entre outras, também sinalizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2009). Ao oportunizar experiências com as diferentes linguagens nestes meios, a interação e as relações se desencadeiam durante as brincadeiras, “com isso, elas materializam suas ideias, exibindo ampla curiosidade sobre as coisas, desde questões sobre a natureza até as voltadas às relações sociais e mesmo filosóficas” (TRINDADE, 2020, p. 69). Ao almejar uma EA crítica, buscamos aproximar a ideia de que nós, seres humanos, somos uma parte deste meio, levando-nos a “pensar de forma mais humanizadora e observar o mundo ao nosso redor com mais cuidado” (CAPITULINO; ALMEIDA, 2014, p. 133-134).

No capítulo 8 do DC-TRIN é apresentada “A Organização Curricular Pelos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento e Campos de Experiências” relacionando-os aos seus Objetivos de Aprendizagem de acordo com a BNCC (BRASIL, 2017) e Documento Curricular para Goiás (DC-GO) (GOIÁS, 2018). Estes campos de experiência são interpretados pelo DC-TRIN como

[...] horizontes para o professor e as crianças se movimentarem na jornada de aprendizagens, tomarem decisões, articular os saberes e as experiências das crianças com o patrimônio científico, cultural, **ambiental** e tecnológico. [...] Experiências, estas que permitam ações individuais e em grupos, lidar com conflitos, desenvolver a identidade pessoal, a autoestima, autoconfiança e autonomia em suas próprias habilidades e o entendimento da importância de cuidar de sua própria saúde e bem estar e apropriar do patrimônio cultural, tecnológico, científico e **ambiental** (TRINDADE, 2020, p. 81 - grifo nosso).

Portanto, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento – conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, fundamentam e embasam os campos de experiências e seus objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento que orientam o cotidiano institucional da EI (GOIÁS, 2018). A rede municipal de ensino de Trindade ao elaborar este documento municipal apoia-se em documentos da esfera federal e estadual idealizando os eixos estruturantes das ações educativas, arquitetando “um arranjo curricular que coloca no centro do projeto educativo o fazer e o agir das crianças mediado pelos professores” (TRINDADE, 2020, p. 80).

Outro enfoque ambiental observado no DC-TRIN refere-se à busca por flexibilizar as práticas educativas e pedagógicas, considerando, no planejamento do Projeto Político Pedagógico (PPP) de cada Instituição Educacional Municipal, as singularidades individuais e coletivas dos alunos atendidos (TRINDADE, 2020; BRASIL, 2009a).

O entendimento, desde a formação inicial, de que há diferentes culturas, diferentes formas de viver e que todas elas devem ser respeitadas se coaduna à perspectiva de uma educação ambiental crítica na qual se afirma a luta pela igualdade e justiça para todos os grupos sociais. De acordo com Loureiro (2012, p. 40), “A ação contra práticas preconceituosas está relacionada à ação contra práticas expropriatórias em espaços estatais e no cotidiano. E o limite de uma manifestação cultural está no direito de outra cultura igualmente se manifestar e se reproduzir socialmente”. Destaca-se que essa perspectiva de aceitação do outro encontra-se marcada no DC-TRIN em diversos momentos e que isso é importante para uma formação ambiental que vise superar ideias limitadas de entendimento da relação humano-natureza.

Embora esse movimento de conhecimento e respeito a outras culturas se configure como positivo, há certa superficialidade na explicitação do entendimento dessa relação natureza-ser humano no documento. O “conhecer o mundo” é uma expressão muito utilizada no DC-TRIN, apenas refletindo a multiculturalidade histórica e étnica que cerca nossa sociedade. A questão da biodiversidade ambiental, relacionada a fatores bióticos e abióticos e suas inúmeras e intrínsecas relações ecológicas têm suas raras aparições, proferindo-se a

espécie humana como central deste emaranhado. Não se evidencia que o ser humano é só mais um dentre tantos seres vivos que usufruem dos bens da Terra e que é, na atualidade, o maior responsável pelas transformações negativas irreparáveis.

Nesse sentido, retomamos aqui o objetivo proposto por Tiriba (2010), que considera importante se desafiar a cultura antropocêntrica para o entendimento das crianças sobre as responsabilidades dos seres humanos sobre os danos ambientais. A autora (2010, p. 14) entende que a educação as crianças é um lugar importante de formação para um novo olhar ambiental:

Neste novo momento da história da humanidade, quando, finalmente, entendemos que é preciso pensar em termos globais e agir localmente, nossas creches e pré-escolas podem se constituir como instituições formadoras de inteligências, valores e sentimentos generosos em relação à vida; como campos de intervenção que nos possibilitem desmontar filosofias e ideologias antropocêntricas e consumistas que norteiam as práticas sociais atuais.

O DC-TRIN, amparado em Oliveira (2018), pauta as estratégias para aprimorar o trabalho do professor com as crianças, como “VI - Criar hábitos ligados à limpeza e preservação do ambiente, à coleta do lixo produzido nas atividades e à reciclagem de inservíveis” (OLIVEIRA, 2018 *apud* TRINDADE, 2020, p. 93).

As atividades de reciclagem de materiais se constituem como práticas pedagógicas utilizadas na Educação Infantil e em outras etapas do Ensino Fundamental e Médio, sendo as atividades e discussões adequadas a cada nível de ensino. No cenário da EI, são práticas bastante utilizadas no sentido de mobilizar as crianças e sensibilizá-las sobre diferentes formas de reutilizar, reaproveitar e reciclar materiais diversos. Como diz Cunha (2019, p. 3),

A ideia do reaproveitamento é muito boa para mudar alguns conceitos impregnados pela sociedade capitalista que prega que tudo é descartável, aproveitar materiais na educação parece ser uma saída para a falta de material para trabalhar, assim como, para o grande problema do lixo urbano. Entendemos também que não é a única forma de combate aos problemas ambientais, mas é o início de um trabalho que pode gerar frutos, se feito como projeto maior que uma família e escola.

Vê-se que as políticas públicas, seja local ou internacional, aplicam uma ideia de EA em que seu *status quo* não seja alterado. Incentivam o progresso e, conseqüentemente, ocasionam consumismo e degradação ambiental pelo descarte ou uso compulsivo de recursos naturais. Por isso, a escola acaba sendo entendida como a maior responsável por construir uma nova consciência ambiental. Assim, uma educação ambiental crítica vem para quebrar paradigmas, como consumo e desigualdade. A educação trazida para uma dimensão ambiental

pode criar uma visão inovadora com ideais mais humanistas, principalmente se tratando de relações interpessoais (CUNHA, 2019).

Como pode ser observado em alguns trechos destacados no documento balizador da EI no município de Trindade, a inserção da EA ocorre conforme prevista em normativas de caráter federal e estadual. Notam-se aspectos que avançam no DC-TRIN, como abordagens que consideram diferentes culturas e a atenção a práticas pedagógicas que envolvem a reciclagem. Mas ainda vemos o caráter dual da perspectiva ambiental em que as relações ser humano-natureza são compartimentalizadas e há um foco na visão antropocêntrica do meio ambiente. Nesse sentido, as metodologias e temáticas em EA que são promovidas nas escolas mostram uma superficialidade em suas temáticas, tratando muitas vezes a EA como sinônimo de ecologia. As práticas ainda priorizam uma tendência antropocentrista, distanciando-se de uma formação crítica em que o aluno seja capaz de criar seu senso de cidadania e atue como agente transformador de sua realidade (COSTA; LOPES, 2013).

Mas é importante destacar o papel dos professores nesse campo de sensibilização ambiental, pois professores e professoras são os agentes que trabalham na perspectiva de concretizar as propostas pedagógicas. Ao determinar a função do professor como orientador, este se torna o guia dos fundamentos historicamente estruturados. A criança como protagonista deste processo de ensino e aprendizagem carrega e manifesta suas inquietações sobre o funcionamento de questões de todos os aspectos (fenômenos, sociais, culturais) até o professor, que se compromete em acolher seus sentimentos e hipóteses após situações desafiantes, e cria reflexões entre eles e seus parceiros buscando interpretar seus pensamentos, produções e argumentos, norteando suas ideias e construindo novos conhecimentos (TRINDADE, 2020).

Tiriba (2010) cita um aspecto muito importante sobre as práticas dos professores e professoras para a EA na Educação Infantil. A autora frisa que é preciso pensar pedagogicamente para além dos muros da escola, pois a Educação Ambiental é mais que uma disciplina ou um conteúdo, é uma forma se posicionar diante o mundo. As discussões ambientais permeiam os cursos de formação e professores tanto em relação aos cursos de pedagogia quanto em relação às licenciaturas. No entanto, no caso de professores já em espaços de docência, é importante que os municípios se atentem à formação continuada em diversos campos do conhecimento. Na área de Educação Ambiental essa formação continuada também é de suma importância para que professores e professoras se atentem às diretrizes, normativas e aspectos teóricos e práticos que sustentam as discussões ambientais.

Dessa forma, a inserção da EA na EI não se dá apenas pela estruturação de documentos, mas se dá também a partir do entendimento de sua importância pelo grupo gestor e pela equipe pedagógica. A EA deve ser tratada como um processo permanente e essencialmente pedagógico baseado em questões socioambientais locais, desenvolvendo no educando a necessidade de refletir e construir novas alternativas de soluções para problemas de seu contexto (COSTA; LOPES, 2013).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamenta-se e norteia-se esta pesquisa por meio da legislação vigente e referenciais teóricos, o que permitiu identificar e analisar a concepção de educação ambiental presente no Documento Curricular de Trindade. Consideramos que a EA é retratada no DC - TRIN, quando comparada com o arcabouço normativo educacional que a defende e representa no Brasil. No entanto, deve-se assumir que desafios devem ser enfrentados, principalmente, no âmbito de conciliar os conteúdos comuns desta fase escolar com o horizonte presente nos objetivos da EA.

Esta pesquisa evidencia a necessidade atual e futura no investimento em programas de qualificação de professores e dos profissionais que atuam na educação considerando-se os desafios que permeiam a Educação Infantil no que diz respeito à EA, aprimorando a Política de Formação Continuada Municipal. A Educação Ambiental tem sua importância permanente para a formação do indivíduo e deve ser englobada durante a elaboração e execução da prática pedagógica em todos os níveis e modalidades de ensino. Tendo em vista que a EI é o espaço inicial da vida escolar e que as discussões ambientais são importantes nessa etapa de ensino, o município de Trindade, ao seguir as normativas nacionais, consegue fazer a inserção das discussões ambientais, mesmo de forma tímida, pois apesar de se frisar diversidades culturais e as perspectivas transformadoras dos sujeitos, ainda é mantida a visão antropocêntrica de mundo.

É de suma importância que desde a EI a formação aconteça por meio de ações pedagógicas críticas, que combatam o negacionismo científico, demonstrem o valor dos vínculos humano-natureza, insistam no confronto de ideias e na contestação do sistema visando formar sujeitos sociais que sejam críticos às formas de destruição ambiental que têm sido comuns na atualidade. Reconhecer a mudança e imprevisibilidade do amanhã permite que, desde a infância, a criança invista em sua criatividade e (re)construa conceitos, atitudes e

valores ambientalmente lesivos em um processo de mudança de comportamento em favor da recuperação e preservação do planeta.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. P.; SAHEB, D. **A educação ambiental na educação infantil**. PUC Paraná, Curitiba, 2013.

BEHREND, D. M.; COUSIN, C. S.; GALIAZZI, M. C. Base Nacional Comum Curricular: O que se mostra de Referência à Educação Ambiental. **Ambiente & Educação**, Revista de Educação Ambiental, ISSN - 1413-8638, E-ISSN - 2238-5533, v. 23, n. 2, p. 74-89, 2018.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Qualitative Research for Education*. Boston, Allyn and Bacon, Inc. 1982. In: LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; BRANCO, A. B. G. A abordagem da Educação Ambiental nos PCN's, nas DCN's e na BNCC. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente - SP, v. 29, n. 1, p. 185-203, 2018. ISSN: 2236-0441, DOI: 10.32930/nuances.v29i1.5526.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: 2017. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**, Brasília: MEC, SEB, DICEI, 562 p. 2013a. ISBN: 978-857783-136-4. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1º maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 12.796, de 4 de abril de 2013b**. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Conselho Pleno. **Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp002_12.pdf. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009a**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2009b**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 11 maio 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12640:parametros-curriculares-nacionais-1o-a-4o-series>. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm. Acesso em: 01 maio 2021.

CAPITULINO, C. S.; ALMEIDA, O. A. **Professores da Educação Infantil e a prática da Educação Ambiental: contexto educativo**. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, E-ISSN 1517-1256, v. 31, n. 1, p. 117-137, jan./jun. 2014.

COSTA, R. D. A.; LOPES, P. T. C.; **Educação Ambiental Escolar Crítica: As Contribuições de Marcos Reigota**. Sustentabilidade e Educação, ULBRA CANOAS, 2013.

CUNHA, A. R. N. A educação ambiental aplicada na educação infantil: um estudo sobre o trabalho realizado em uma escola de educação infantil da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 4, ed. 3, v. 7, p. 145-159, mar. 2019. ISSN: 2448-0959 versão online. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-ambiental-aplicada>. Acesso em: 20 maio 2021.

GOIÁS. **Documento Curricular para Goiás**. 2018. Disponível em: <https://cee.go.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/Documento-Curricular-para-Goiás.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LAYRARGUES, Philippe. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. *In*: LOUREIRO, F.;

LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002. p. 179-220. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237655129_O_CINISMO_DA_RECICLAGEM_o_significado_ideologico_da_reciclagem_da_lata_de_aluminio_e_suas_implicacoes_para_a_educacao_ambiental_1. Acesso em: 12 mar. 2021.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Campos de Experiências**: efetivando direitos e aprendizagens na Educação Infantil/Ministério da Educação. São Paulo: Fundação Santillana, 2018. *In*: TRINDADE. SMEC. Documento Curricular: Orientações, Princípios e Concepções para a Estruturação e Organização Pedagógica e Curricular da Educação Infantil na Rede Municipal de Trindade - GO. Trindade, Goiás, 2020.

RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A formação continuada do professor de Educação Infantil em Educação Ambiental. **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 4, p. 893-909, 2019.

RODRIGUES, D. G.; SAHEB, D. A educação ambiental na educação infantil segundo os saberes de Morin. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, ed. 253, p. 573-588, 2018.

SILVA, O. F. A Educação Ambiental da Educação Infantil nos Documentos Curriculares Nacionais da Infância: Conceitos e Correntes. **Conedi**: VII Congresso Nacional de Educação, Maceió, Alagoas, out. 2020. ISSN: 2358-8829.

SILVA, J. F.; ALMEIDA, D. E. M. P.; KOKUDAI, R. L. N. Educação Ambiental na Educação Infantil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, p. 166-179, jun. 2017. ISSN 2178-6925.

TIRIBA, L. Crianças da Natureza. I Seminário Nacional: Currículo em movimento – Perspectivas Atuais. **Anais...** Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7161-2-9-artigo-mec-criancas-natureza-lea-tiriba&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 maio 2021.

TRINDADE. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Conselho Municipal de Educação. **Documento Curricular**: Orientações, Princípios e Concepções para a Estruturação e Organização Pedagógica e Curricular da Educação Infantil na Rede Municipal de Trindade - GO. Trindade, Goiás, 2020.

TRINDADE. Conselho Municipal de Educação – CME. **Resolução CME n. 004, de 12 de abril de 2017**.

O NARCISISMO NA PERSPECTIVA DA METÁFORA DO ESTÁGIO DO ESPELHO: reflexões sobre a obra “O retrato de Dorian Gray” de Oscar Wilde

Débora Helena Gonçalves

Fernanda Franco Tiraboschi

1 INTRODUÇÃO

O Retrato de Dorian Gray é um romance publicado em 1890 que contém diversas questões humanas presentes em seu enredo. Apesar de a obra ter sido escrita no século XIX, seus temas ainda são muito atuais. Como por exemplo, podemos notar temas como a homossexualidade, o poder da influência, o suicídio, a questão da superficialidade de Dorian Gray, a valorização da beleza acima de tudo e a discriminação em relação às mulheres. Dessa maneira, é possível trazê-los para a contemporaneidade e estabelecer reflexões comparativas porque são questões que envolvem a complexidade humana e suas relações (QUADROS-ZAMBONI, 2017).

É interessante notar que Dorian Gray, personagem principal da obra em estudo, exalta sua aparência física, de modo a considerá-la como o fator que mais merecia investimentos. Ele se perde em seu próprio narcisismo e não consegue se libertar, vivendo uma vida de aparências e exterioridades. Por conta disso, o referido personagem não investe no desenvolvimento das dimensões intelectuais, emocionais e espirituais de sua personalidade. Tal tema se torna relevante, haja vista que a questão da estética e o conceito de beleza têm sido amplamente discutidos e debatidos, não só no âmbito da literatura, mas também na filosofia, psicanálise e outras áreas da ciência e da arte. Em relação a isso, Pollachi (2012, p. 42) comenta que “[o] contemporâneo é uma época angustiada. O narcisismo exacerbado e a eterna busca pela perfeição presentes nos modelos Fake e de Juventude e Magreza levam a um eterno descontentamento”. Portanto, a discussão em torno da beleza é de fundamental importância para a compreensão da superficialidade e o hedonismo da sociedade contemporânea.

Oscar Wilde escreveu um romance que nos intriga por contar a história de um jovem genuíno e gentil que, em um primeiro momento, não apresenta vaidade, mas, posteriormente, passa a venerar excessivamente sua própria imagem e se torna indiferente às emoções das pessoas ao redor, de maneira a valorizar a beleza mais que sua própria vida. A partir disso,

surge a motivação de compreender os aspectos que provocam essa mudança grotesca na personalidade de Dorian. Para tanto, a metáfora do estágio do espelho proposta por Jacques Lacan (1998) se mostra como um construto válido para nosso estudo, visto que apresenta o processo de formação do sujeito por meio de sua identificação com uma imagem construída através do olhar do outro para a constituição de sua identidade.

Desse modo, neste trabalho, procuramos responder as seguintes questões: 1) Como podemos relacionar a evolução do sujeito narcisista do personagem Dorian Gray à metáfora do estágio do espelho proposta por Lacan? 2) E quais os efeitos do narcisismo de Dorian Gray no desenrolar da obra? Para responder a essas questões, tivemos como objetivo estabelecer uma relação entre o desenvolvimento do sujeito narcisista em Dorian Gray, ao tomar como aporte teórico e metodológico a metáfora do estágio do espelho de Jacques Lacan, bem como compreender os efeitos do narcisismo no desenrolar da narrativa. O artigo se justifica na medida em que não encontramos outros trabalhos que contemplem a obra *O retrato de Dorian Gray* e o estágio do espelho da maneira como abordamos neste estudo.

A psicanálise lacaniana oferece subsídios teóricos e metodológicos porque não somente nos fornece conceitos teóricos que nos permitem fazer uma interpretação da obra como também proporciona meios para nos ajudar a identificar na leitura do romance os aspectos essenciais a nossa análise. Ao lançarmos mão da teoria do estágio do espelho de Lacan, podemos fazer inferências em relação ao processo de identificação e constituição do sujeito retratado pelo personagem Dorian Gray.

O artigo se divide em introdução, quatro seções e as considerações finais. Em um primeiro momento, nos deteremos a discutir a respeito do conceito de narcisismo, tanto na abordagem psicanalítica quanto na literatura mítica, que abrange o mito de Narciso. Em seguida, discorreremos sobre os principais pressupostos teóricos relativos à metáfora estágio do espelho na perspectiva psicanalítica. Na sequência, apresentamos alguns pontos pertinentes ao enredo da obra *O Retrato de Dorian Gray* e uma breve biografia do autor Oscar Wilde. Finalmente, traçamos algumas análises do romance, em estudo, com base na metáfora do estágio do espelho de Lacan. Por fim, apresentamos algumas considerações finais. O artigo ainda inclui as referências bibliográficas.

2 O MITO DE NARCISO: abordagem literária e psicanalítica

Nesta seção, teceremos algumas considerações sobre o modo como o mito de Narciso tem sido ressignificado a partir da literatura mítica e da perspectiva psicanalítica. É importante destacar que nos ateremos a discutir, com atenção especial, a maneira como a psicanálise retoma o mito de Narciso para explicar a constituição do sujeito. Segundo Azoubel Neto (1993, p. 15), “[a] psicanálise redescobriu o mito, retomou o seu estudo e fê-lo através de um método de trabalho próprio, um método que constitui em si um processo de resgate. Localizou a presença do mito como uma condição real, atuante e atual no inconsciente”.

Como pode-se observar, a psicanálise nos oferece não só subsídios teóricos, mas consiste em uma metodologia eficiente para a compreensão da constituição do sujeito narcísico do personagem Dorian Gray, foco de análise deste estudo. Na subseção seguinte, trataremos do mito na literatura, ao tomar como ponto central a narrativa de Narciso.

2.1 Abordagem da literatura mítica

O mito de Narciso é uma interpretação da mitologia grega que conta a história de um rapaz jovem caçador que se apaixonou por si mesmo. Há várias interpretações para o mito¹. Nesse texto, trataremos da narrativa mítica de Narciso com base em Zambolli (2002).

De acordo com o autor (2002), Ovídio (43 a.C. - 18 d.C.), poeta romano, faz menção em seu livro “Metamorfoses” ao mito de Narciso, fruto de uma ação violenta de Céfiso com a Liríope. Ao nascer, um adivinho intérprete do destino disse que ele seria amado pelas ninfas e viveria longos anos se não se conhecesse (ZAMBOLLI, 2002). A afirmação é curiosa e espantosa, porém Céfiso e Liríope ignoram e não se interessam no assunto, pois não consideram necessário se importar com tal informação.

Narciso cresceu muito belo e encantava todos ao redor, os jovens e as jovens o veneravam, mas ele não mostrava interesse em ninguém. Um dia, quando ele estava caçando, ouviu um barulho e perguntou quem era. A ninfa que causara o barulho respondeu, mas apenas repetindo suas últimas palavras. A ninfa era Eco, que tinha recebido uma maldição e, a partir de então, Eco não podia senão duplicar os sons e repetir as palavras ouvidas.

¹ Há referências para a lenda, por exemplo, nos contos de Machado de Assis e Guimarães Rosa (*O Espelho*), no conto de Cecília Meireles (*O Homem e seu espelho*), em Paul Valéry (*Fragments de Narciso*) e na obra *O Retrato de Dorian Gray* de Oscar Wilde que trataremos ao decorrer deste estudo.

Eco se encantou com Narciso e tentou se aproximar dele, mas ele a rejeitou. Por isso, ela se escondeu e passou a viver nos antros solitários. Ele era egoísta e já havia partido o coração de diversas vítimas, até que uma delas levantou a mão ao céu e exclamou: “Que ele ame do mesmo modo e do mesmo modo não possa possuir o objeto de seu amor” (OVÍDIO, *apud* ZAMBOLLI, 2002, p. 31). E a prece foi atendida.

Narciso, então, foi saciar sua sede em uma fonte em que ninguém jamais havia chegado perto. Inclinado enquanto bebia, apaixonou-se por seu reflexo, ele desejava a si mesmo. “Ele é o alimento do fogo que o ilumina” (OVÍDIO *apud* ZAMBOLLI, 2002, p. 31). Vidrado por sua própria imagem, Narciso não se ausenta de lá nem para comer, sendo assim, ele morre por ser incapaz de satisfazer as necessidades inerentes à sua sobrevivência. Seu corpo desapareceu e em seu lugar nasceu uma flor amarelo alaranjada rodeada de pétalas brancas.

2.2 Abordagem psicanalítica

De modo geral, as pessoas tendem a restringir o significado da palavra narcisismo a apenas a pessoa que se apaixona por si mesmo. A partir de um viés psicanalítico, essa concepção está equivocada, pois não necessariamente o indivíduo se ama, mas sim admira excessivamente a sua própria imagem. Ao formular uma teoria do imaginário para compreender a dimensão social no processo de constituição do sujeito, Lacan (1998) propõe a metáfora do ‘estágio do espelho’². Em seu texto *O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos é revelada na experiência psicanalítica*, originalmente publicado em 1949, o autor enfatiza a noção de narcisismo. Ao considerar que este estudo tem como objetivo analisar o desenvolvimento do caráter narcisista do personagem Dorian Gray, nos deteremos a discussão do estágio do narcisismo a partir da teoria lacaniana.

Falar de narcisismo em Lacan nos faz obrigatoriamente estudar narcisismo em Freud, pois o que o Lacan faz em suas obras é uma revisão de alguns conceitos desenvolvidos nas teorias de Freud. Dessa maneira, para Freud, o narcisismo surge quando o indivíduo ainda é uma criança (ZAMBOLLI, 2002). Este é chamado de narcisismo primário, em que a mãe atende todas as necessidades do bebê, por isso, ele acha que é o centro de tudo. No narcisismo secundário, ocorre um desinvestimento libidinal, fazendo com que a energia seja transferida

² Essa metáfora tem sido traduzida ora como ‘estágio do espelho’ ora como ‘estádio do espelho’ (SALES, 2005). Neste texto, utilizaremos o termo ‘estágio do espelho’. A outra expressão será mantida apenas em citações literais.

para o outro, e não apenas em si mesmo. A esse respeito, com base em Freud, Severo (2005, p. 21) aponta que “[...] o narcisismo primário designa um estado precoce em que a criança investe toda a sua libido em si mesma. O narcisismo secundário designa um retorno ao ego da libido retirada dos seus investimentos objetais”.

Narcisismo é, então, o conjunto de processos que permitem o investimento da libido sobre o próprio ego. A diferença entre essas duas etapas é que a primeira é precisa, pois irá ajudar no desenvolvimento da criança, ela necessita de comer, por isso, chora e é atendida pela mãe. No narcisismo secundário, a criança deve desinvestir essa energia em si mesmo e pensar em outras coisas e outras pessoas, quanto maior o investimento do sujeito na realidade exterior, menor o investimento em si e quanto maior o investimento em si, menor o investimento na realidade exterior (FURLAN, 2000). Se o investimento em si mesmo se sobressair, a criança irá crescer autocentrada e isso virá a ser um problema, pois quando o indivíduo investe toda a sua energia libidinal em si mesmo, o narcisismo se torna patológico.

É interessante ressaltar que a proposta do estágio de espelho consiste em um dos construtos teóricos utilizados por Lacan para explicar a constituição do sujeito. Por razões de limitação na extensão desse artigo e do nosso foco de análise, não faremos uma discussão mais detalhada no que se refere à concepção lacaniana de sujeito, ao invés disso, nos restringiremos a explicar os aspectos relacionados ao conceito do estágio do espelho, principalmente, no que se refere ao estágio do narcisismo que consiste em um aspecto pertinente a nossa análise.

Para Lacan (1949), o narcisismo nasce através do estágio do espelho, uma fase do desenvolvimento da personalidade da criança, em que ela percebe o seu reflexo no espelho como um ser real. Por meio do estágio do espelho, a criança não se reconhece no espelho inicialmente, é apenas mais uma imagem, até que ela começa a se perceber e perceber os outros. Quando ela começa a se perceber, o investimento da energia libidinal em si mesmo começa a aumentar, pois ela se vê no espelho e se reconhece. Desse modo, a criança tomaria como primeiro “objeto de amor” o seu próprio corpo. Nesse sentido, assim que a criança percebe que é ela, ela começa a investir a libido nessa imagem, portanto, se torna narcisista, pois ela se encanta por sua própria imago. Como todas as teorias passíveis de falsificação, as teorias de Freud e Lacan receberam algumas críticas. Lowen³ (2017), por exemplo, discute sobre a teoria de Freud, que postulou a possível existência de um narcisismo primário. O referido autor acredita que o narcisismo resulta de uma distorção do desenvolvimento. Nessa

³ Alexander Lowen (1910-2008) é médico, psicoterapeuta e precursor da bioenergética.

linha, ele esclarece que não concorda com o conceito de narcisismo primário, pois afirma que considera “todo o narcisismo secundário, proveniente de alguma perturbação no relacionamento pais-filhos” (LOWEN, 2017, p. 21).

Ele diz ainda que a questão do poder interligada ao relacionamento entre pais e filhos é trocada, os bebês são impotentes e os pais são onipotentes, mas mesmo assim, os pais tratam os seus filhos como diferentes e especiais. Isso é resultado não só de um narcisismo presente nos filhos como também nos pais. Seguindo essa linha de raciocínio, Lowen (2017, p. 20) faz o seguinte questionamento: “[p]or que então nós, adultos, nos referimos amiúde ao bebê como “sua alteza real”? Então, aqui não se trata de um narcisismo primário infantil, mas sim um narcisismo presente na mente adulta, ou seja, o narcisismo dos pais é projetado na criança, em outras palavras, conforme Lowen (2017, p. 21) enfatiza, os pais se apoiam no seguinte pensamento: “Sou especial, portanto, meu filho é especial”.

Severo, em seu livro *Do narcisismo à dependência* publicado em 2015, diz que a dependência que causa o narcisismo é como a dependência da droga, pois quando o indivíduo se torna narcisista ele se torna egocêntrico, fechado, solitário, frio e insensível. Nesse sentido, o autor (2015, p. 16) explana:

[s]abemos que indivíduos voltados para si, ou melhor, eminentemente narcisistas não denotam preocupações em relação ao outro, não destinam investimento algum para fora das fronteiras que demarcam o seu corpo. O outro serve como mero instrumento para a obtenção do prazer.

Como podemos perceber, esse autor situa o narcisismo em um meio social, ele também diz que o narcisismo é fruto de uma sociedade capitalista. Dessa forma, ele coloca o narcisismo como ponto central nas relações humanas. Na visão de Severo (2015, p. 18),

o investimento proeminente do indivíduo em estruturas narcisistas defensivas acaba por se manifestar de duas formas: do ponto de vista social, amplia as intransigências com as discriminações de toda ordem, alcançando graus de brutalidade impensáveis; e do ponto de vista individual, observa-se a procura ávida da prosperidade e do bem-estar contíguos, representados por um consumo de serviços e bens (drogas legais e ilegais) incluídas a qualquer custo.

Nesse sentido, conforme o autor (2015), vivemos em uma sociedade propícia ao investimento no caráter narcisista do indivíduo contemporâneo. Tal fato pode ser observado na busca pelo ‘sucesso’, pela felicidade momentânea, pelo consumo exagerado e pela postura exibicionista em redes sociais (LIPOVETSKY, 2014; SEVERO, 2015). Portanto, torna-se indispensável refletir sobre questões que envolvem a energia dispensada pelo indivíduo em

direção ao narcisismo. Na próxima seção, faremos uma breve discussão sobre as fases que constituem o estágio do espelho.

3 O ESTÁGIO DO ESPELHO

Nesta seção, apresentamos algumas discussões com base no seminário de Lacan *O estágio do espelho como formador da função do eu*⁴. Lacan formaliza, em 1949, sua teoria do estágio do espelho, que diz respeito à importância da imago na formação da criança.

O estágio do espelho, para Lacan (1949), é uma fase inerente ao desenvolvimento da criança e da subjetividade do ser, que fará com que ela se identifique e forme o seu *eu*.

Lacan inicia seu seminário fazendo uma relação entre um macaco e uma criança. Ao se olharem no espelho, inicialmente, possuem as mesmas reações, pensam que é somente outra imagem. Em determinado momento, a criança é capaz de superar o macaco, pois esta possui uma linguagem que está em desenvolvimento e que a permite se comunicar com o outro e se reconhecer. É sobre essa transformação indicada pelo uso da imago que o autor propõe sua teoria do estágio do espelho. Nas palavras de Lacan (1998, p. 97),

Basta compreender o estágio do espelho como uma identificação, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem - cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo imago.

Então, suponha-se que uma criança qualquer, por exemplo, ao se olhar no espelho antes dos seis meses de idade não se reconheça, para essa criança a imagem é apenas outra criança, um outro qualquer. Segundo Lacan (1998), a partir dos seis meses de idade a criança começa a se reconhecer, através do espelho e do olhar da mãe ou do cuidador dessa criança. Assim, podemos perceber que dentro do estágio proposto por Lacan, temos quatro objetos: o bebê, o espelho, a imagem e o processo de se identificar nessa imagem. Inicialmente, a criança possui uma imagem fragmentada de si mesma, então, ela busca uma imagem totalizada, que seja “completa” como a do outro que essa observa. O espelho aqui servirá como um objeto que permitirá que a criança se aproprie de uma imagem, da sua imagem. Ao se deparar com sua imagem no espelho, a criança tem uma sensação de júbilo, uma sensação prazerosa e alegre, porque ela obteve a conquista de sua imagem. Nesse sentido, Lacan diz

⁴ Comunicação feita no XVI Congresso Internacional de Psicanálise, em Zurique, em 17 de julho de 1949.

que para se identificar e se reconhecer não basta apenas o espelho e a criança, é necessária também a intervenção do outro. Nessa linha, o autor (1998, p. 98) argumenta:

a forma total do corpo pela qual o sujeito antecipa numa miragem a maturação de sua potência só lhe é dada como Gestalt, isto é, numa exterioridade em que decerto essa forma é mais constituinte do que constituída, mas em que, acima de tudo, ela lhe aparece num relevo de estatura que a congela e numa simetria que a inverte, em oposição à turbulência de movimentos com que ele experimenta animá-la.

Portanto, Lacan (1998) alega que a forma total do corpo, sua Gestalt⁵, simboliza tanto a permanência mental do eu, como prefigura sua destinação alienante. Para explicar, o pesquisador (1998) utiliza dois exemplos em seu seminário. O primeiro diz respeito à maturação da gônada na pomba que é necessariamente preciso uma visão de um congênere. O segundo exemplo está relacionado ao gafanhoto migratório. Como podemos perceber nas palavras do autor, “[...] no gafanhoto migratório, a transição da forma solitária para a forma gregária, numa linhagem, é obtida ao se expor o indivíduo, numa certa etapa, a ação exclusivamente visual de uma imagem similar [...]” (LACAN, 1998, p. 99).

Como se é passível de interpretação com os exemplos, não foi utilizado necessariamente um espelho. Em relação a isso, Garcia Roza (1999) afirma que a experiência da criança não se refere apenas a de frente um espelho. Pode ser tanto em face de um espelho, pela mãe ou pelo outro. Através da imagem da criança e de um outro, que a criança é inserida no mundo da linguagem, fazendo com que ela possa se identificar e obter significados através da mãe, construindo assim sua cultura. Winnicott (1975) acrescenta que quando a criança olha para o rosto da mãe, o que ela vê é a si própria. O rosto da mãe funciona como espelho e como lugar a partir do qual se iniciam as primeiras trocas significativas com o mundo. Lacan (1998, p. 101) conclui sua teoria do estágio do espelho, ao mencionar que

[e]sse momento em que se conclui o estágio do espelho inaugura, pela identificação com a *imago* do semelhante e pelo drama do ciúme primordial (tão bem ressaltado pela escola de Charlotte Buhler nos fenômenos de *transitivismo* infantil), a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas.

O autor (1998) assegura que é por volta desse momento que o sujeito começa a ser tocado e influenciado pelo desejo do outro.

Como podemos notar, o estágio do espelho é essencial ao desenvolvimento da criança, pois permite que ela se reconheça e possa iniciar seu investimento libidinal, narcisismo, em si

⁵ Teoria que considera os fenômenos psicológicos como configurações.

mesma e no Outro e seja inserida em uma realidade, construindo seus significados através da sua imago, da linguagem e da imagem do outro.

É importante ainda destacar que o próprio Lacan (1998) reconheceu o estágio do espelho não só como uma estrutura que aparece nos estágios iniciais do desenvolvimento da criança, mas pode consistir em uma estrutura constante na construção da subjetividade (EVANS, 1966; SALES, 2005). A esse respeito, o pesquisador (1998, p. 15) enfatiza que “o estágio do espelho está bem longe de apenas conotar um fenômeno que se apresenta no desenvolvimento da criança. Ele ilustra o caráter de conflito da relação dual”. Desse modo, tal metáfora enfatiza o eu em relação ao outro, isto é, a maneira como a alteridade pode exercer uma influência permanente na constituição do eu.

4 RESUMO DA OBRA “O RETRATO DE DORIAN GRAY” E BIOGRAFIA DO AUTOR

Nesta seção, apresentamos alguns pontos relativos ao enredo da obra que nos propomos a analisar, bem como alguns aspectos atinentes à vida de Oscar Wilde, autor da obra em estudo.

4.1 Resumo da obra

O retrato de Dorian Gray é uma obra considerada clássica na literatura inglesa. Escrita e publicada na era vitoriana, período fortemente marcado por rigidez moral, a obra foi criticada, principalmente por sugerir homoafetividade, o que fez com que Wilde tivesse que retirar mais de 500 palavras do livro, tendo assim duas histórias para o público leitor, uma censurada e outra não.

No prefácio do autor, é introduzida a obra evidenciando o contexto dela. Oscar Wilde era membro de um movimento chamado esteticismo que buscava a arte pela arte. Nesse movimento, o artista não deve ter intenções moralistas ao escrever ou produzir suas obras. Estas devem ser criadas tão-somente para serem admiradas por sua beleza, algo é belo simplesmente porque é bonito, bem-composto e admirável e não porque tem a finalidade de incidir lições de moral para a sociedade. Nesse sentido, Wilde (2005, p. 13) destaca:

[os] que só veem intenções vis nas coisas belas são depravados destituídos de encanto. É um defeito. Os que admitem intenções belas nas coisas belas são espíritos cultos. Para estes há esperança. São os eleitos, para quem o belo significa unicamente Beleza. Não existe livro moral nem imoral. Os livros são bem ou mal escritos. Eis tudo.

Então, o esteticismo busca a literatura e a arte que não queira discutir política em suas obras, pode conter, mas sem aquela preocupação de querer construir uma literatura engajada, que nos faça pensar em nossa própria realidade.

O enredo do livro é bastante intrigante, visto que nos conta a história de um homem que trocou de alma com uma pintura, no intuito de permanecer jovem. Esses detalhes nos mostram, também, alguns aspectos característicos de uma obra gótica⁶. Em relação à literatura gótica, é possível perceber alguns detalhes obscuros como o medo, a maldade livre de remorsos e o sobrenatural, que é o caso da pintura ter trocado de alma com Dorian Gray.

A história se inicia em um diálogo entre Lorde Harry Woton e Basil Hallward e o assunto é o quadro pintado por Basil, cujo modelo foi Dorian. O ponto interessante aqui é que ao olhar para a pintura, Harry já soube que Dorian era um jovem ingênuo e puro, apenas por sua beleza. Como podemos ver nas falas de Harry: “O seu misterioso jovem amigo, cujo nome você nunca me disse, mas cujo retrato me enfeitiçou realmente, não pensa” (WILDE, 2005, p. 16). O argumento para tal ideia é que os homens que se realizam e vencem na vida são feios e hediondos.

Ouvindo as palavras de Harry, Basil tenta convencer Harry a não conhecer Dorian, a razão disso é que Harry é um poderoso influenciador, pois tem muita lábia. Nessa atitude egoísta, ao lermos, podemos perceber que Basil tem um sentimento diferenciado por Dorian, visto que Basil é egoísta e não quer apresentar o Dorian, como se o jovem fosse um objeto pertencente ao Basil. O pintor fala de uma maneira como se tivesse apaixonado pelo jovem, porque ele o exalta com elevada extravagância. Basil chega a dizer que não se sentiria feliz se não visse Dorian todos os dias. Tal fato pode ser observado no trecho seguinte: “– Todos os dias. Eu não me sentiria feliz, se não o visse diariamente. Ele me é necessário. – Incrível! Sempre pensei que só a sua arte o interessasse. – Ele agora, é para mim a minha arte” (WILDE, 2005, p. 21).

A partir dessas palavras ditas por Basil, nos deparamos com a seguinte indagação: “Basil estaria apaixonado por Dorian?” O modo como ele descreve o jovem nos faz pensar que há uma relação de amor entre eles. O que é um choque, visto que a obra foi escrita na era vitoriana e a homoafetividade nessa época era considerada como práticas indecentes e, por

⁶ Expressão que remete a um tipo específico de literatura emergente no século XIII.

isso, enquadradas como crime. Por essa razão, Wilde foi criticado e condenado a dois anos de trabalhos forçados.

[...] nunca se estigmatizou tanto o comportamento público dos homossexuais e se infligiu aos culpados penas tão severas que causavam a completa desonra social: Oscar Wilde, por tanto tempo a coqueluche da sociedade londrina, condenado a dois anos de trabalhos forçados em 1895, o sentiu na própria pele” (CHARLOT; MARX, 1993 *apud* BARBOSA, 2005, p. 3).

Em meio ao vai e vem de conversas entre Basil e Harry, o jovem chega ao local e conhece finalmente o Harry. Desde o encontro, Harry começa a influenciar Dorian, por perversidade, já que o próprio sabe que todo tipo de influência é imoral. Nas palavras dele: “porque influenciar uma pessoa é emprestar-lhe a nossa alma. Essa pessoa deixa de vibrar com as suas paixões naturais. As suas qualidades não são verdadeiras” (WILDE, 2005, p. 28).

Harry, então, introduz a ideia de que a beleza é tudo e o mais importante na vida de alguém. Observemos tal fato no fragmento a seguir: “a beleza é uma forma de gênio... mais elevada até do que o gênio, pois dispensa explicação” (WILDE, 2005, p. 31).

De acordo com o argumento de Harry, Dorian deveria viver uma vida de hedonismo e buscar o prazer como seu único propósito de vida. Dorian que era ingênuo, ao ouvir aquelas palavras mudou de feição completamente e sua reação ao ver sua pintura foi uma surpresa. Antes, ele apenas via um jovem normal, agora, ao ver a pintura Dorian se zanga porque a obra sempre permanecerá bela e jovem enquanto ele envelhecerá. Então, ele suplica que a pintura envelheça em seu lugar e assim o faz, como podemos ver no fragmento seguinte:

Mas este retrato se conservará eternamente jovem. Nele, nunca serei mais idoso do que neste dia de junho... Se fosse o contrário! Se eu pudesse ser sempre moço, se o quadro envelhecesse!... Por isso, por esse milagre eu daria tudo! Sim, não há no mundo o que eu não estivesse pronto a dar em troca. Daria até a alma! (WILDE, 2005, p. 34).

Ao descobrir que seu desejo foi cedido, Dorian passa a gozar de todo o esplendor da mocidade com incontáveis festas, amores e extravagâncias. Nesses acontecimentos, Dorian se torna hedonista, egoísta, insensível e perverso. Em meio a essas aventuras, o jovem se apaixonou por uma moça chamada Sibyl Vane e a desprezou, o que fez com que a tristeza de Sibyl se tornasse um suicídio. Outro evento que prova que Dorian comete seus pecados livre de culpa é o que envolve Basil. O pintor vê que Dorian está completamente diferente, pois está vivendo de forma mundana, e começa a indagá-lo. Dorian se estressa e o assassina e isso não pesa nenhum pouco a consciência do jovem. “Dorian Gray considerou, surpreso, a

presteza com que ocorrera tudo aquilo, a estranha calma que sucedera ao seu frenesi. Abriu a sacada. O vento varrerá a cerração” (WILDE, 2005, p. 132).

O tempo foi passando e Dorian preenchia seu pensamento com seus pecados cometidos, principalmente o assassinato de Basil. As memórias o aterrorizavam e ele passou a viver com medo. “Que vida seria a dele, daí em diante, se os espectros dos seus erros o perseguissem dia e noite? Oh! E a hora de delírio em que ele tivera a coragem de matar o seu amigo!” (WILDE, 2005, p. 161). Dorian não aguentava mais, qualquer acontecimento, o mais inocente que fosse, o amedrontava. Percebe-se na passagem: “No andar de cima, Dorian Gray deitara-se em um sofá. Tremia-lhe de apreensão cada fibra do corpo. A vida tornara-se-lhe de repente odiosa como um fardo que lhe custasse carregar” (WILDE, 2005, p. 165).

Sem suportar mais, Dorian pensa em uma solução. A solução encontra-se no retrato. Destruir a pintura era a única saída, já que essa o arruinara. Assim o fez. Ao fincar uma faca no retrato, a pintura se renova e Dorian cai morto no chão. O quadro foi encontrado em perfeito estado, mas Dorian estava no chão sem vida, velho e cheio de rugas.

4.2 Biografia do autor

Oscar Fingal O’Flahertie Wills Wilde foi um escritor, poeta e dramaturgo inglês extremamente importante no âmbito literário, haja vista que suas obras trazem diversas questões humanas pertinentes à sociedade atual, mesmo que ele tenha escrito seus livros no século XIX. Wilde escreveu novelas, dramas, poesias, contos infantis e apenas um romance, *O Retrato de Dorian Gray*.

Oscar é filho do médico Willian Wilde e da escritora Jane Francesca Elgee. Ele cresceu rodeado de intelectuais, vivendo em um ambiente em que imperavam a vaidade e a ostentação. Desde cedo, ele começou a alimentar sentimentos de superioridade e se formou. Mais tarde casou-se com Constance Lloyd e juntos tiveram dois filhos. Oscar teve um caso com Lord Alfred Douglas, cujo pai o processou pelo caso amoroso entre os dois. Por esse motivo, Wilde, em 1895, foi condenado a dois anos de prisão e trabalhos forçados. Isso aconteceu porque o contexto da época era o da sociedade vitoriana e, nesse período, os valores morais eram vigorosamente respeitados. Wilde foi também criticado por sua obra *O Retrato de Dorian Gray* porque mostra implicitamente relações homoafetivas no romance. As críticas em relação à obra foram impulsionadas pelo fato de Wilde ser considerado homossexual por ter relações homoafetivas com Alfred Douglas. Oscar foi tão famoso quanto criticado em sua vida, obteve fama, mas também a viu decair. Assim como em seu romance,

Dorian Gray obtém uma vida maravilhosamente feliz, mas ao decorrer da história, ele próprio vê sua decadência. Em 30 de novembro de 1900, Oscar Wilde morre por uma inflamação chamada meningite.

5 A METÁFORA DO ESPELHO E O NARCISISMO EM “O RETRATO DE DORIAN GRAY”

Nesta seção, apresentamos uma análise a partir de uma relação entre o desenvolvimento do sujeito narcisista em Dorian Gray e a metáfora do estágio de espelho de Lacan, bem como os efeitos do narcisismo no desenrolar da narrativa.

Discorreremos esta análise explicando, por meio de uma divisão de seis momentos, a relação entre o estágio do espelho com a obra de Oscar Wilde. É importante salientar que todas as teorias utilizadas de Lacan para estudar *O Retrato de Dorian Gray* são usadas como uma metáfora, pois Lacan estuda o desenvolvimento de uma criança, e Wilde escreve sobre um adulto.

O primeiro momento é quando acontece o desconhecimento. Como já vimos, Lacan (1998) nos conta que, inicialmente, no estágio do espelho, a criança não se reconhece, é apenas mais uma imagem qualquer, como se fosse outra criança. Cumpre lembrar que Dorian via suas pinturas e era como se não fosse nada para ele, eram apenas retratos quaisquer, como se ele não se enxergasse.

No segundo momento, a criança possui uma imagem fragmentada de si, e por isso, busca por uma imagem completa. O lugar que ela procura é no espelho e no olhar da mãe. A exemplo disso, Lacan (1998, p. 94) sugere:

[...] ante o espetáculo cativante de um bebê que, diante do espelho, ainda sem ter o controle da marcha ou sequer da postura ereta, mas totalmente estreitado por algum suporte humano ou artificial (o que chamamos, na França, um *trote-bébé* [um andador]), supera, numa azáfama jubilatória, os entraves desse apoio, para sustentar sua postura numa posição mais ou menos inclinada e resgatar, para fixá-lo, um aspecto instantâneo da imagem.

Em *O Retrato de Dorian Gray*, podemos perceber que Dorian possui, metaforicamente, uma imagem fragmentada de si porque ele não se reconhece, nunca havia depositado seu investimento libidinal em si mesmo porque não possuía uma imagem de si

formada completamente. Por essa razão, o jovem busca saciar todos os novos pensamentos a partir das influências de Lorde Harry. O trecho seguinte ilustra essa ideia:

Dorian observava o inseto com o interesse singular pelas coisas triviais que manifestamos quando outras de suma importância nos tornam apreensivos, quando nos alvoroça uma emoção nova, para a qual não encontramos expressão, ou quando alguma ideia que nos apavora assalta-nos subitamente o cérebro, intimando-nos a ceder (WILDE, 2005, p. 32).

Para Lacan (1998), o narcisismo nasce no estágio do espelho, pois quando a criança se reconhece, ela pode dar início ao investimento libidinal em si mesma. Diante da nossa análise, podemos perceber que Dorian Gray ao se reconhecer como belo, se torna um ser humano narcisista. Ele investe sua libido apenas em sua imago, não há o desinvestimento libidinal na história de Gray, por isso, o seu narcisismo se torna patológico. O personagem Gray vive anos como um ser humano autocentrado, idolatra sua imagem e se torna sem sentimentos perante aos outros.

O fato de investir toda a sua libido em sua imagem e tornar o seu narcisismo excessivo pode ser observado nesse trecho “[...] mas parece que perdi a faculdade de me apaixonar, que o desejo morreu em mim. Concentrei-me demais no meu eu e a minha personalidade se tornou um peso” (WILDE, 2005, p. 164). Embora Dorian tenha se concentrado demais em sua imago, as suas dimensões intelectuais e emocionais foram deixadas de lado. Ele adorava a sua imagem, mas odiava o que ele se tornara: um ser humano perverso, cruel, egoísta, egocêntrico e indiferente às emoções.

Pode-se ainda, relacionar a concepção de narcisismo proposta por Lowen (2017) à obra, quando ele diz que o narcisismo não está apenas nas crianças como também na mente adulta. Conforme discutido anteriormente, o médico (2017, p. 21) defendia que o narcisismo dos pais também era projetado nas crianças, o que os faziam pensar: “Sou especial, portanto, meu filho é especial”. Em O Retrato de Dorian Gray, o personagem Harry adorava e idolatrava a beleza: “Só os espíritos fúteis não julgam pelas aparências. O verdadeiro mistério do mundo é o visível e não o invisível [...]” (WILDE, 2005, p. 31). Ele, então, acabou depositando esse pensamento em Dorian, fazendo com que ele começasse a pensar demais em sua própria imagem e a ignorar outros aspectos que o constituía, bem como as pessoas ao seu redor, tornando-o assim, um jovem maldoso e apático.

Em um terceiro momento, na metáfora do estágio do espelho em Lacan, a criança começa a se reconhecer a partir do espelho e do olhar da mãe ou cuidador. Nas palavras de Lacan (1998, p. 96), “[...] o filhote do homem, numa idade em que, por um curto espaço de

tempo, mas ainda assim por algum tempo, é superado em inteligência instrumental pelo chimpanzé, já reconhece não obstante como tal sua imagem no espelho”.

No romance, Dorian se viu no quadro pintado como se nunca tivesse visto antes, era como se ele tivesse se reconhecido pela primeira vez. Ele se identificou a partir da sua pintura, como pode ser observado nesse excerto: “A noção da sua beleza dominava-o como uma revelação. Nunca a tivera antes dessa hora” (WILDE, 2005, p. 33). Para um jovem que já havia pousado várias vezes e visto suas pinturas diversas vezes, era estranho o olhar diferenciado que ele obtivera. Então, nesse momento, há o reconhecimento de Dorian a partir de sua pintura, como se ele não se reconhecesse antes.

No quarto momento da teoria de Lacan, a criança, ao se reconhecer, tem uma sensação de júbilo, como se ela tivesse conquistado a sua imagem. No pensamento do autor (1998, p. 94),

[a] assunção jubilatória de sua imagem especular por esse ser ainda mergulhado na impotência motora e na dependência da amamentação que é o filhote do homem nesse estágio de *infans* parecer-nos-á, pois, manifestar, numa situação exemplar, a matriz simbólica em que o [eu] se precipita numa forma primordial, antes de se objetivar na dialética da identificação com o outro e antes que a linguagem lhe restitua, no universal, sua função de sujeito.

Dorian Gray também obteve essa mesma sensação ao olhar para sua pintura. O garoto, que já havia visto várias de suas pinturas, ao olhar para aquele retrato juntamente com as influências de Harry tem a sensação de júbilo, ele se reconheceu, se encantou, permitindo, assim, o início do investimento libidinal em si mesmo, já que este teve o reconhecimento de sua imagem. “Mal pousou o olhar no quadro, recuou e corou de prazer. Uma luz jubilosa lampejou-lhe nos olhos, como se nesse momento se visse pela primeira vez” (WILDE, 2005 p. 33).

Em um quinto momento da análise do estágio do espelho em Lacan, deteremos uma discussão a respeito do reconhecimento da criança que é inerente à intervenção do Outro. Já citamos dois exemplos utilizados por Lacan (1998) para fomentar sua teoria, a maturação da gônada na pomba e a transição do gafanhoto. Esses exemplos ajudam a entender a importância do Outro no estágio do espelho, não só relacionado aos animais como também aos seres humanos. Quando a criança se olha no espelho e observa o olhar da mãe, ela percebe que é ela, a criança se reconhece pelo olhar do reconhecimento da mãe, é como se o bebê olhasse para a mãe e se confirmasse através do olhar da mãe ou da fala “sim, é você”, sim, essa criança é você. Então, o bebê se identifica através do espelho e da linguagem realizada

entre a mãe ou o cuidador e a criança (EVANS, 1966; GARCIA ROZA, 1999; SALES, 2005).

No romance de Wilde também acontece, metaforicamente, o reconhecimento de Dorian através do Outro. Esse Outro seria representado por Lorde Harry, que o influencia e o faz se reconhecer através de sua pintura, com um olhar que Dorian nunca havia tido antes. Dorian Gray, que antes via suas pinturas inocentemente, não achava nada demais aquelas imagens, para ele eram apenas quadros simples e normais. Agora, possui um olhar diferente e narcísico, pois reconhece sua imago e está apto para investir sua libido nela. Vejamos um trecho que exemplifica isso:

Sempre tomara os elogios de Basil por um exagero gentil de amigo. Ouvira-os, rira-se deles, esquecera-os. Nunca esses cumprimentos lhe tinham influenciados a índole. Eis que surge lorde Henry Wotton com o seu singular elogio da mocidade, a terrível advertência da breve duração dessa quadra da vida. Como isso o comovera! E nesse instante em que admirava, extasiado, a sua beleza, como se lhe evidenciava a realidade daquelas palavras! (WILDE, 2005, p. 34).

No sexto e último momento, ocorrerá a finalização do estágio do espelho, em que Lacan (1998) fala que o bebê, após ter reconhecido sua imagem e se ligado ao Outro, será inserido em uma realidade em que trocará significados com o Outro, representado pela mãe ou o cuidador. Esses significados poderão ajudar na criação de sua cultura. Na concepção do autor (1998, p. 98),

[e]sse momento em que se conclui o estágio do espelho inaugura, pela identificação com a *imago* do semelhante e pelo drama do ciúme primordial (tão bem ressaltado pela escola de Charlotte Buhler nos fenômenos de *transitivismo* infantil), a dialética que desde então liga o [eu] a situações socialmente elaboradas. É esse momento que decisivamente faz todo o saber humano bascular para a mediação pelo desejo do outro [...].

Na obra em estudo, Dorian começa a se constituir através daquilo que Harry diz sobre o mundo. Dorian se torna alienado por causa das influências de Harry e obtém significados que criarão sua cultura baseados nas influências de Harry (EVANS, 1966; GARCIA ROZA, 1999; IMANISHI, 2008; SALES, 2005). Como exemplo, observemos o fragmento seguinte:

– Nunca se case com uma mulher de cabelos de palha, Dorian. [...] – O melhor é não casar, Dorian. Os homens casam-se de cansaço, as mulheres, de curiosidade. Ambos decepcionam-se. [...] Meu filho, mulher nunca é um gênio. As mulheres são um sexo decorativo. Nunca têm nada a dizer, mas falam que é um encanto. [...] A “grande paixão” é o privilégio dos que não têm o que fazer. É a única utilidade da classe ociosa de um país (WILDE, 2005).

Nesses versos do romance, podemos perceber que Harry dá várias lições de vida ao jovem Gray sobre amor, mulher e casamento. Dorian era inocente e amoroso e pretendia se casar, porém, depois das influências que Harry exerceu sobre o jovem, este se torna hedonista e vive uma vida na boemia, deixando a ideia de se casar de lado.

Apresentamos, a seguir, um quadro sintetizando os seis momentos para que se obtenha uma visão geral quanto ao entendimento dos conceitos de Lacan no romance de Oscar Wilde.

Quadro 1 - Análise do personagem Dorian Gray e a teoria lacaniana

Momentos	Teoria Lacaniana	Dorian Gray
1º momento	A criança não se reconhece na frente do espelho.	Dorian não se reconhece em seus retratos, é uma imagem de um jovem qualquer.
2º momento	A criança possui uma imagem fragmentada de si e vai à busca da imagem completa.	Dorian não tem uma imagem completa de si porque ele não se reconhece.
3º momento	A criança se reconhece com a ajuda do espelho. Há então, o início do investimento libidinal.	Dorian se reconhece através de seu retrato. Dorian se torna narcisista.
4º momento	A criança, ao se reconhecer tem uma sensação de júbilo.	Dorian, ao se identificar com a imagem tem a sensação de júbilo.
5º momento	O reconhecimento da criança é inerente à intervenção do Outro.	O reconhecimento de Dorian é inerente à intervenção do lorde Harry.
6º momento	O bebê, ao se reconhecer, será inserido em uma realidade em que trocará significados com o Outro através da linguagem.	Dorian começa a se constituir através daquilo que Harry diz sobre o mundo.

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Lacan (1998) e Wilde (2005).

Como podemos observar, a metáfora do estágio do espelho nos permitiu observar a evolução do sujeito narcisista em Dorian Gray e compreender os efeitos do caráter narcisista nas ações do personagem ao longo da narrativa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada, neste trabalho, teve como base a metáfora do estágio do espelho. Tal abordagem se mostrou eficaz para nosso estudo, visto que a narrativa analisada teve foco em um jovem se torna aficionado por sua própria imagem e, por isso, desenvolve uma personalidade narcisista. Sua energia em seu próprio ego, tornando-o, dessa forma, egoísta, frio e insensível. Ao relacionarmos o personagem à teoria de Jacques Lacan (1998), o estágio do espelho, depreendemos que Dorian Gray passa por um mesmo processo que a criança ao se reconhecer na frente do espelho.

As análises nos permitiram observar como se deu a mudança do sujeito Dorian: antes era inocente, puro, sensível, respeitoso e responsável, mas se tornou maléfico, corrompido, impiedoso, grosseiro e desajuizado. Além disso, ao se reconhecer como um ser belo, Dorian se tornou narcisista, exaltando sua própria imagem, de maneira a praticar atrocidades em prol da continuidade de sua juventude e beleza física, como até mesmo cometer assassinato e provocar suicídios. Quando o investimento libidinal em si mesmo chega a esse ponto, ele se torna patológico, em que o indivíduo não consegue controlar mais e precisa de ajuda.

A discussão em torno da exaltação exacerbada da beleza é de fundamental importância para a compreensão da superficialidade e o hedonismo da sociedade contemporânea (QUADROS-ZAMBONI, 2017). Em vista disso, refletimos sobre os efeitos da valorização da beleza pelo personagem Dorian Gray na obra de Oscar Wilde, uma vez que a literatura pode consistir em um espaço revelador não só de traços e de comportamentos humanos, mas também, da complexidade de suas motivações, intenções e atitudes diante de determinadas situações. Portanto, acredita-se que o trabalho poderá contribuir para os estudos literários, visto que buscou contemplar a interdisciplinaridade no diálogo entre literatura e psicanálise.

REFERÊNCIAS

AZOUBEL NETO, D. **Mito e psicanálise**: estudos psicanalíticos sobre formas primitivas de pensamento, Campinas, SP: Papirus, 1993.

BARBOSA, C. R. Concepções da sexualidade romana na Inglaterra Vitoriana. Simpósio Nacional de História, 23, 2005, Londrina. **Anais** [...] Instituto de História, 2005.

EVANS, D. *An introductory dictionary of lacanian psychoanalysis*. New York: Routledge, 1966.

FURLAN, R. Natureza e economia na teoria freudiana. **Estudos de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 123-148, 2000.

IMANISHI, A. H. A Metáfora na teoria lacaniana: o estágio do espelho. **Boletim de psicologia**, v. 58, n. 129, p. 133-145, 2008.

LACAN, J. O estágio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, J. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 96-103.

LEOPOLDO, R. A crítica literária de Albert Camus ao livro De Profundis. **Bagoas - Estudos gays, gênero e sexualidade**, v. 9, n. 13, p. 416-426, 2016.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: Ensaio sobre o individualismo Contemporâneo. Lisboa: Relógio D'Água Editores Ltda, 2014.

LOWEN, A. **Narcisismo**: A negação do verdadeiro *self*. São Paulo: Summus, 2017.

POLLACHI, B. **A beleza em consumo**. 43 f. Monografia (Especialização em Estética e gestão de moda) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

QUADROS-ZAMBONI, A. S. Não existem livros morais ou imorais: hedonismo, subjetividade e sociedade em O retrato de Dorian Gray. **Revista Versalete**, v. 5, n. 8, p. 97-108, 2017.

SALES, L. S. Posição do estágio do espelho na teoria lacaniana do imaginário. **Revista do departamento de psicologia**, v. 17, n. 1, p. 113-127, 2005.

SEVERO, D. C. **Do narcisismo à dependência**: uma introdução metapsicológica a um funcionamento contemporâneo. São Paulo: Ideias e Letras, 2015. p. 16-27.

WILDE, O. **O Retrato de Dorian Gray**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

ZAMBOLLI, C. J. **A poeta ao espelho** (Cecília Meireles e o Mito de Narciso). 122 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

HANSENÍASE: manifestação clínica e diagnóstico

Letícia Palma de Andrade Pereira

Francislene Lavôr Batista

1 INTRODUÇÃO

A Hanseníase foi conhecida oficialmente em 1976 é uma doença crônica granulomatosa, proveniente de infecção causada pelo bacilo *Mycobacterium leprae*, não é hereditária, porém é transmissível, assim existe grande preocupação dos governantes em criar programas preventivos e de tratamento. A doença ataca os nervos das pernas e braços causando formigamento, dormências e feridas (OPRAMOLLA; URA, 2002).

O interesse pela hanseníase, sua etiologia, e tratamento começa a se evidenciar na Europa a partir do século XVII quando foram construídos os primeiros leprosários, que eram pequenos hospitais ou casas para hansenianos geralmente sobre responsabilidade de religiosos (CUNHA, 2002).

É uma doença exclusivamente humana, conhecida também como uma doença dermatológica, e as primeiras lesões são anestesiadas por que atingem os nervos, o dano neurológico responsabiliza-se pelas sequelas que podem surgir.

Pode causar danos que determinam lesões motoras e deformidades que levam a amputação de extremidades (LASTÓRIA; ABREU, 2012).

Apenas em 1986 os serviços de saúde no Brasil passaram a se organizar para combater bacilo, agente causador da Hanseníase, em 1991 surge o tratamento de um ano que inclui três drogas: Dapsona, Rifampicina e Clofazimina que foram introduzidas em nosso país. Esses medicamentos serão receitados de acordo com a carga bacilar encontrada no diagnóstico laboratorial do paciente. O esquema PQT/OMS (Poliquimioterapia) limita-se em Multibacilar (MB) casos com mais de cinco lesões de pele, sendo, muitos bacilos ou Paucibacilar (PB) casos com até cinco lesões de pele, poucos bacilos (BRASIL, 2008).

Para o alcance da erradicação é primordial que todas as entidades, organizações, e associações participem do desenvolvimento de proposta única de eliminação (BRASIL, 2006).

No Brasil existe um alto índice de registro da doença, são diagnosticados mais de 220 a 250 pacientes novo/ano, devido ao fato do Brasil ter clima tropical (BRASIL, 2006).

O *M. leprae* depois de sua entrada no organismo, não ocorrendo a sua destruição pelo sistema imunológico, este será inserido na célula de Schwann, SNC e na pele. Sua disseminação para outros tecidos pode ocorrer nas formas mais graves da doença, nas quais o agente infectante não encontra resistência contra a sua multiplicação (SANTOS *et al.*, 2007).

O diagnóstico é feito pelo enfermeiro por meio de exame físico, baseado nos sinais e sintomas detectados na observação de toda pele, olhos, narinas, palpação os nervos, avaliação da sensibilidade e força muscular (QUINTAS *et al.*, 2009).

O objetivo deste artigo foi abordar as manifestações clínicas e o diagnóstico da hanseníase.

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, com levantamentos de dados através de livros, artigos, publicações em revistas científicas e dissertações. A pesquisa bibliográfica teve uma abordagem metodológica, através do método exploratório, proporcionando maior conhecimento sobre o tema proposto, uma vez que a pesquisa qualitativa exploratória facilita a compreensão do assunto e permite o aprofundamento do conhecimento relativo aos aspectos considerados relevantes ao assunto pesquisado. Utilizaram-se como descritores: *Poliquimioterapia, Hanseníase*, nos indexadores *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BIREME, MEDLINE no período *1997 a 2013* em língua *portuguesa e inglesa*. Como critérios de seleção serão considerados os artigos com dados bibliográficos que abordem Hanseníase, Manifestações Clínicas e Diagnóstico e outras informações específicas correlacionadas ao assunto. A coleta de dados para este trabalho foi realizada na biblioteca da Faculdade Alfredo Nasser localizada na cidade de Aparecida de Goiânia – GO. Foram pesquisados 27 artigos científicos na língua portuguesa e inglesa, todos lidos na íntegra, destes tivemos 06 eliminados que não correspondiam ao objetivo. Para o desenvolvimento deste trabalho foram selecionados 21 artigos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A hanseníase é causada pelo bacilo de Hansen, o *Mycobacterium leprae*, uma bactéria que atinge a pele e os nervos periféricos. Descoberto em 1873 e conhecida oficialmente como hanseníase em 1976 em homenagem ao seu descobridor o cientista norueguês Gohard Amauer Hansen (BRASIL, 2002).

A hanseníase é um antigo problema de saúde pública no Brasil e representa ainda um dos mais importantes desafios para as autoridades sanitárias. Além de contar com agravantes inerentes às doenças de origem socioeconômica e cultural, também é marcada pela repercussão psicológica advindas das deformidades e incapacidades físicas frequentes no processo do adoecimento (SILVA; PAZ, 2010).

O paciente acometido pela Hanseníase é assegurado pela Lei n. 8.080/90, artigo 2º § 1º que diz: O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1990).

Quando o *Mycobacterium leprae* penetra em uma pessoa com imunidade mediada por células suficientes contra ele, o bacilo é destruído, se esse tipo de defesa é levemente deficitário, alguns bacilos vão se multiplicar e uma lesão irá se desenvolver. Dependendo do grau imunitário, quadros clínicos e histopatológicos mais aparentes podem se desenvolver gradualmente (OBADIA *et al.*, 2011).

A tendência da detecção de casos novos de hanseníase é decrescente no país, mas nota-se, ainda, alta detecção nos estados das regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, quando comparados aos estados das regiões Sul e Sudeste (BRASIL, 2009).

Segundo o Ministério da Saúde, a prevalência da doença no Brasil é de 1,24 casos para cada 10.000 habitantes, número este que fez o país passar de primeiro lugar no ranking da doença para o segundo lugar, perdendo somente para Índia (BRASIL, 2006).

Em 2006, foi detectado que os casos de hanseníase vêm diminuindo no mundo, mesmo que seja paulatinamente. Em relação aos índices de 2006 a hanseníase mundial diminuiu 11% e no mundo fica em torno de 2% (0,02) casos para cada 10.000 habitantes (BRASIL, 2006).

O Brasil é o maior responsável pela endemia no continente americano e está entre os 12 países que registraram 90% dos casos no mundo, ocupando o primeiro lugar em incidência e prevalência entre os três países que ainda não eliminaram a doença no mundo. Houve uma

discreta redução no valor médio da incidência da doença no país que foi de 26,61/100.000 em 2001 para 21,08/100.000 em 2007 (ARANTES *et al.*, 2010).

Em Goiás, a prevalência da hanseníase é maior de dois casos para cada 10.000 habitantes, ficando no sétimo lugar quanto à incidência da doença em relação aos demais estados brasileiros (COVISA, 2011).

O fato de ser curável a mais de meio século, de possuir terapêutica eficiente, de baixo custo e de fácil administração, não tem encontrado reflexo direto nos dados epidemiológicos (SANTOS *et al.*, 2007).

O bacilo é um parasita intracelular obrigatório, que possui uma afinidade com as células cutâneas, mas pode afetar outros órgãos como fígado, testículos e olhos (GUERRA, 2004).

Este bacilo tem a capacidade de infectar grande número de indivíduos (alta infectividade), no entanto poucos adoecem (baixa patogenicidade), dessa forma a doença demora em se manifestar, apresentando um período de incubação de dois a sete anos. O alto potencial incapacitante da hanseníase está diretamente relacionado ao poder imunogênico do *M. leprae* (GUERRA *et al.*, 2004).

Na evolução da hanseníase os nervos periféricos podem ser acometidos em número e gravidade variável de acordo com a resposta imunocelular inerente a cada paciente (MARQUES, 2003).

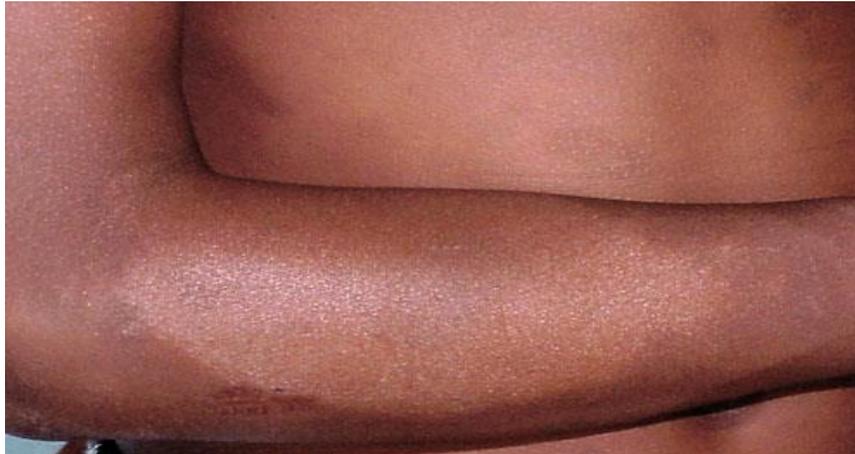
A hanseníase manifesta-se através de sinais e sintomas dermatológicos e neurológicos que podem levar a suspensão diagnóstica da doença. As alterações neurológicas, quando não diagnosticadas e tratadas adequadamente, podem causar incapacidades físicas que podem evoluir para deformidades (BRASIL, 2002).

Existem quatro tipos de manifestações hansênicas que são: Hanseníase Indeterminada (HI) e Tuberculóide (HT), que são do tipo Paucibacilar; Virchoviana (HV) e Dimorfa (HD), que já representam as do tipo Multibacilar (ARAÚJO, 2003).

O grupo Indeterminada caracteriza-se por máculas hipocrômicas, apresenta ligeira diminuição da sensibilidade sem espessamento neural (LASTÓRIA; ABREU, 2012).

Na hanseníase indeterminada, não há comprometimento de troncos nervosos e, portanto, não há ocorrência de incapacidades e deformidades (OPRAMOLLA; URA, 2002).

Figura 1 – Hanseníase Indeterminada



Fonte: atlasdermatologico.com.br.

Na forma Tuberculóide, a doença é limitada pela boa resposta imunocelular do hospedeiro. As lesões cutâneas isoladas e assimétricas são placas hipocrômicas bem delimitadas, frequentemente com bordas externas elevadas e centro normal apresentando alterações importantes da sensibilidade (LASTÓRIA; ABREU, 2012).

As lesões de hanseníase Tuberculóide mostram que os histiócitos ou macrófagos diferencia-se em células epitelióides, que, reunidas, formam granulomas com maior capacidade de destruir bacilos. Os granulomas superficiais entram em contato íntimo com a epiderme produzindo atrofia (OBADIA *et al.*, 2011).

A pesquisa de bacilos é quase sempre negativa na forma tuberculóide, diferentemente à pesquisa na hanseníase virchowiana (OBADIA *et al.*, 2011).

Figura 2 – Hanseníase Tuberculóide



Fonte: atlasdermatologico.com.br.

O tipo de Hanseníase Virchowiana manifesta-se naqueles indivíduos que apresentam imunidade celular deprimida para o *Mycobacterium leprae*. Admite-se que a HV possa evoluir a partir da forma indeterminada ou se apresentar como tal desde o início. Ocorre uma filtração difusa e mais acentuada na face e nos membros. Há rarefação dos pelos nos membros, cílios e supercílios. A queda dos pelos nesse local chama-se Madarose (ARAÚJO, 2003).

São sinais precoces da HV, a obstrução nasal, rinorreia serosanguinolenta e edema de membros inferiores (ARAÚJO, 2003).

A basilosopia apresenta-se fortemente positiva nos casos de hanseníase virchowiana (ARAÚJO, 2003; TEIXEIRA *et al.*, 2010).

O diagnóstico da hanseníase virchowiana tem importância epidemiológica, já que estes pacientes são os principais responsáveis pela disseminação do bacilo (TEIXEIRA *et al.*, 2010).

Esse tipo de Hanseníase constitui-se na forma mais bacilífera e de maior dificuldade diagnóstica, quando na se faz a suspeição. A ausência de imunidade permite que o bacilo prolifere na célula nervosa por quase uma década, em média, sem que haja sintomas característicos (nódulos, “manchas”, neurite ou deformidades) (TEIXEIRA *et al.*, 2010).

Figura 3 – Hanseníase Virchowiana



Fonte: atlasdermatologico.com.br.

A Hanseníase Dimorfa é caracterizada por sua instabilidade imunológica. As lesões da pele revelam-se numerosas e sua morfologia mescla aspectos de HV e HT, podendo haver predominância ora de um, ora de outro tipo. Compreendem placas eritematosas, manchas com bordas ferruginosas, manchas acastanhadas, com limite interno nítido e limites externos

difusos. Quando numerosas são chamadas lesões em “renda” ou “queijo suíço”. Há infiltração assimétrica da face, dos pavilhões auriculares, e presença de lesões no pescoço e nos nervos, são elementos desta forma clínica (ARAÚJO, 2003).

Figura 4 - Hanseníase Dimorfa



Fonte: altasdermatologico.com.br

As reações hansênicas denominam-se como fenômenos agudos que ocorrem durante a evolução da hanseníase, e elas podem ocorrer em todas as formas clínicas com exceção do grupo indeterminado (OPRAMOLLA; URA, 2002).

Procurava-se em meados do século XIX um agente intermediário, um vetor, que explicasse o contágio da mesma forma que o mosquito da febre amarela (QUEIROZ, 1997).

Em 1905, Oswaldo Cruz, depois de assumir a diretoria geral de saúde pública, envia seu relatório ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Com os seguintes dizeres: A propagação se faz por contágio, isto é, pelo contato imediato ou mediato com o doente, que é a única fonte. O contágio é lento e varia segundo a forma da moléstia, não se conhecem ainda as vias de penetração dos bacilos no organismo humano, supõe-se que penetrem pela mucosa nasal, por via genital e por via cutânea (CUNHA, 2002).

O diagnóstico de caso de hanseníase na Atenção Básica de Saúde é essencialmente clínico, mas existem também mais dois tipos de diagnósticos geralmente utilizados, que são: O Laboratorial e o Diferencial. O diagnóstico clínico é por meio do exame

dermatoneurológico para identificar lesões ou áreas de pele com alteração de sensibilidade e/ou comprometimento de nervos periféricos (sensitivo, motor e/ou autonômico) (MS, 2008).

A baciloscopia apresenta uma especificidade de 100%, quando um resultado positivo for analisado em conjunto com outros sinais da doença. A sensibilidade é baixa, uma vez que menos de 50% dos esfregaços de indivíduos doentes são positivos (OLIVEIRA, 2010).

Nas regiões em que a Hanseníase é endêmica, quando não se dispõe de recursos laboratoriais, o diagnóstico é apenas clínico (QUINTAS *et al.*, 2009).

O exame de contato poderá ser realizado pelo enfermeiro e pelo médico com anamnese dirigida e sinais e sintomas da Hanseníase, exame dermato-neurológico (exame da superfície corporal, palpação de troncos e nervos), checar presença de cicatriz de BCG. Na ausência de cicatriz, fazem-se duas doses com intervalo de seis meses. Na presença de uma cicatriz, faz-se a segunda dose, desde que o tempo decorrido em relação à primeira dose seja igual ou maior que seis meses (ANDRADE *et al.*, 2006).

Existem obstáculos que devem ser superados para que o diagnóstico da hanseníase seja feito precocemente, eles referem-se às unidades de saúde, aos profissionais de saúde e a população: as unidades de saúde devem ter seus serviços organizados para desenvolver as atividades de controle da hanseníase, garantindo o acesso da população a esses serviços (QUINTAS *et al.*, 2009).

Os profissionais de saúde devem estar capacitados para reconhecer os sinais e sintomas da doença, isto é para diagnosticar e tratar os casos de hanseníase (CUNHA, 2002).

Os profissionais de saúde devem estar capacitados para realizar ações de promoção de saúde (OPRAMOLLA; URA, 2002).

A população deve conhecer os sinais e sintomas da doença e deve estar informada que a hanseníase tem cura. Deve estar informada, também, sobre o tratamento e estar motivada a buscá-lo nas unidades de saúde de seu município (SANTOS *et al.*, 2007).

O preconceito em relação à doença, a de desinformação dos profissionais e da população, a concentração do atendimento ao portador de hanseníase em poucas unidades básicas de saúde ainda são barreiras que impedem a detecção precoce dos casos existentes (ANDRADE, 2006).

O tratamento da hanseníase não é limitado apenas pela cura bacilífera do doente, deve-se também, considerar as incapacidades físicas geradas. Devem-se conhecer as características com relação aos graus de incapacidades, a limitação funcional, limitação de atividade, consciência de risco e restrição à participação social em pessoas acometidas por essa patologia (RAFAEL, 2009).

Muitos experimentos foram realizados em pacientes, com o uso de várias drogas, causando-lhes em geral muito mais danos que benefícios (QUEIROZ, 1997).

A poliquimioterapia é considerada o instrumento mais importante na eliminação da hanseníase e foi introduzida no Brasil a partir de 1986 (OLIVEIRA, 2010).

Os esquemas incorporaram combinação de drogas bactericidas e bacteriostáticas, Rifampicina, Dapsona, acrescidas de Clofazimina em pacientes MB, sendo considerados efetivos, seguros e de duração máxima de dois anos (BRASIL, 2008).

Entre as medidas de controle da hanseníase está a vacinação BCG intra-dérmica (BCGid), única vacina contra tuberculose e hanseníase disponível nos serviços de saúde. O BCGid é uma cepa atenuada do *Mycobacterium bovis*, utilizada pela primeira vez em 1921 na França, enquanto vacina contra tuberculose, por Albert Camette e Camille Guérin, origem do nome BCG. No Brasil, o programa de controle da tuberculose apresenta altas taxas de coberturas vacinais pelo BCGid em recém-nascidos. Para hanseníase, a recomendação é administração de BCGid em contatos domiciliares de pacientes de hanseníase, independente da idade, exceto para indivíduos HIV positivos (BRASIL, 2008).

A ingestão da medicação por longos meses é um dos fatores que contribui para o abandono e irregularidade do tratamento dos portadores da hanseníase. É necessário muito apoio e incentivo por parte da família. Os serviços de saúde devem envolver os familiares do paciente com hanseníase no controle e tratamento dos seus doentes, despertando-lhes a responsabilidade do autocuidado, cobrança da assiduidade dos retornos médicos, controle dos contatos e prevenção das lesões (ARANTES *et al.*, 2010).

As úlceras cutâneas são responsáveis por um alto índice de morbidade e mortalidade. É uma situação de difícil manejo para os indivíduos acometidos, bem como para os familiares e profissionais da área da saúde. Além disso, significa para o doente, família e serviços de saúde uma elevação nos custos econômicos decorrentes dos constantes cuidados com curativos, higiene, medicações e hospitalizações (MARQUES, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que classificar uma doença é uma forma de compreendê-la melhor. E ajudar a pesquisar novos fármacos possa controlá-la de forma mais adequada e com menos efeitos colaterais.

A hanseníase por ser uma doença milenar, sempre existe novos estudos e técnicas de como obter um melhor diagnóstico e tratamento sem causar dor e desconforto ao paciente, os cuidados com o paciente e família deve ser levado em consideração por base de uma equipe de saúde multidisciplinar, para que se tenha acesso a acompanhamento psicológico e dermatológico, pois após a alta, o tratamento deve prosseguir devido as possíveis reações pós cura.

Essa doença gerou muita polêmica no decorrer da história da humanidade, muitos sofreram exclusão social sem se quer entender o que se passava, ou de onde vinha tal moléstia. Era como se as pessoas acometidas pela doença por mero acaso ou por azar. Acredita-se que por ser uma doença antiga os estudos científicos, através de pesquisas que deixaram a desejar, pelo fato de ter retardado a descoberta do tratamento e cura.

Atualmente se conhece a subdivisão da doença (paucibacilar e multibacilar) e formas de tratamento para cada um deles, onde hoje há uma facilidade para o processo de cura.

Ainda a sociedade desconhece a doença, gerando ainda muito preconceito. Apesar de a hanseníase ser uma doença que tem tratamento e cura.

Os profissionais da área da saúde devem prestar orientações à família e ao paciente quando detectada algum sintoma ou sinal referente a essa moléstia, para que assim o paciente tenha adesão e não venha a abandonar o tratamento.

Os profissionais de saúde devem estar capacitados para realizar ações de promoção de saúde.

Apesar da existência de um programa de controle da hanseníase estruturado, se a equipe que trabalhará com ele não foi capacitada para tal, ele não avançará em seu propósito. Mais do que capacitar, é preciso capacitar com qualidade e permitir que o educando se deixe orientar e colabore na construção do seu conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. R. C. *et al.* Atenção à saúde do adulto: Hanseníase. **Saúde em casa**. 1. ed. SES/MG, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: http://www.fasa.edu.br/images/pdf/Linha_guia_hansenia.pdf. Acessado em: 16 out. 2013.

ARANTES, C. K. *et al.* Avaliação dos Serviços de Saúde em Relação ao Diagnóstico Precoce da Hanseníase. **Epidemiologia Serviço Saúde**, Brasília, p. 155-164, abr. 2010. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/pdf/ess/v19n2/v19n2a08.pdf>. Acessado em: 16 out. 2013.

ARAÚJO, M. G. Hanseníase no Brasil. **Rev Soc Bras Med Trop.**, v. 36, n. 3, p. 373-82, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsbmt/v36n3/16339.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Hanseníase no Brasil: Dados e Indicadores Seleccionados**. 1. ed. Brasília/DF, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_de_indicadores_hanseniase_brasil2001a2008.pdf. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Vigilância em Saúde**. Situação Epidemiológica da Hanseníase no Brasil. Brasil, 2008. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/boletim_novembro.pdf. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano Nacional de Eliminação da Hanseníase em Nível Municipal**. Brasília, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/hanseniase_plano.pdf. Acesso em: 04 ago. 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Para o Controle da Hanseníase**. Brasília: MS, 2002. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_de_hanseniase.pdf. Acesso em: 16 out. 2013.

BRASIL. **Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção, recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em: 26 ago. 2013.

COORDENAÇÃO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (COVISA). **Indicadores Epidemiológicos do Programa de Controle de Hanseníase**, São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/vigilancia_em_saude/doencas_e_agrivos/hanseniase/index.php?p=6199. Acesso em: 16 out. 2013.

CUNHA, A. Z. S. Hanseníase: Aspectos da evolução do diagnóstico, tratamento e controle. Departamento de enfermagem e odontologia. **Ciência & saúde coletiva**, Santa cruz do Sul/RS, v. 7, n. 2, p. 235-242, 2002.

GUERRA, Jackeline Gomes *et al.* Avaliação de série de casos de eritema nodoso hansênico: perfil clínico, base imunológica e tratamento instituído nos serviços de saúde. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 37, n. 5, Out. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822004000500003&lng=en&nrm=iso. Acesso: 16 out. 2013.

LASTÓRIA, J. C.; ABREU, M. A. M. **Hanseníase: Diagnóstico e Tratamento**. Univ. Estadual Paulista. Hospital Regional. Presidente Prudente/SP, 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2012/v17n4/a3329.pdf>. Acesso em: 16 out. 2013.

MARQUES, C. M. Atuação Fisioterapêutica no Tratamento de Úlceras Plantares em Portadores de Hanseníase: Uma Revisão Bibliográfica. **Hansenologia Internationalis**.

Universidade Católica de Brasília. Junho, 2003. Disponível em:
http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10642. Acesso em: 07 set. 2013.

OBADIA, D. L. *et al.* Hanseníase: Correlação clínico – histopatológica. **Revista Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v. 10, n. 1, jan.-mar. 2011. Disponível em:
http://revista.hupe.uerj.br/detalhe_artigo.asp?id=133. Acesso em: 09 dez. 2013.

OLIVEIRA, M. E. **Técnica de Mapeamento Sensitivo por Meio de Reobase para Detecção das Alterações Sensoriais na Hanseníase**. Universidade do Vale da Paraíba. São José dos Campos/SP, 2010. Disponível em:
http://www.ppgbioeng.univap.br/mestrado_bio_eng/docs/dissertacoes/2010/MariaEvangelina.PDF. Acesso em: 17 ago. 2013.

OPRAMOLLA, D. V. A.; URA, S.; **Atlas de Hanseníase**. Instituto Lauro de Souza Lima. Bauru/SP, 2002. Disponível em:
http://hansen.bvs.ilsl.br/textoc/livros/OPROMOLLA_DILTOR_atlas/PDF/parte_1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2013.

QUINTAS, V. G. *et al.* Achados Fonoaudiológicos na Hanseníase: Considerações Teóricas. **Revista Soc. Bras. Fonoaudiol.**, ago. 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rsbf/v14n4/a22v14n4.pdf>. Acesso em: 03 set. 2013.

RAFAEL, A. C. **Pacientes em tratamento e pós-alta em hanseníase**: estudo comparativo entre os graus de incapacidades preconizados pelo ministério da saúde correlacionando-os com as escalas salsa e participação social. Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em:
http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4384/1/2009_AngelicaCamposRafael.pdf. Acesso em: 09 dez. 2013.

SANTOS, D. C. M. *et al.* A Hanseníase e o seu processo diagnóstico. **Hansen Int.**, Pernambuco/Recife, 2007. Disponível em:
http://www.ilsl.br/revista/detalhe_artigo.php?id=10906. Acesso em: 24 ago. 2013.

SILVA, C. D. S.; PAZ, E. P. A. Educação em Saúde no Programa de Controle da Hanseníase: A Vivência da Equipe Multiprofissional. Escola Anna Nery. **Revista de Enfermagem**, abr. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1277/127713099003.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2013.

TEIXEIRA, L. O. *et al.* Hanseníase Virchowiana “pruriginosa” em idoso: A importância do exame dermatoneurológico e suspeição diagnóstica. **Hansen Int.**, v. 35, n. 1, p. 57-62, 2010. Disponível em: www.ilsl.br/revista/download.php?id=imageBank/1332-3392. Acesso em: 08 dez. 2013.

A SEMIÓTICA DENTRO DO DIREITO

Patrícia Luciene Braz Francisco de Souza

Lizandro Poletto

1 INTRODUÇÃO

A semiótica jurídica visa transmitir a compreensão dos fenômenos jurídicos com base no seu próprio ponto de vista na comunicação jurídica. Os símbolos verbais da linguagem jurídica são captados por meio de apoio oral do advogado no tribunal, interrogatório de testemunhas, comportamento das partes no início da audiência, professores do curso de Direito ministrando aulas, estagiários trabalhando, alunos interpretando leis e, muitos outros comportamentos praticados durante o processo.

Desde que o significado das leis, portarias, sentenças ou textos contratuais não sejam imediatamente claros e precisos, a semiótica jurídica sugere combinar ferramentas com técnicas tradicionais de interpretação jurídica.

A parceria entre a semiótica que estuda o mundo dos signos e analisa a relação de uma “coisa” qualquer com o seu significado, e o Direito em sua interpretação é de extrema importância, pois o estudo da Semiótica introduzida a um discurso jurídico, não é meramente o estudo dos signos das palavras inseridas na lei, mas os fatos ideológicos, comportamentais.

Entender o sistema judiciário como fenômeno simbólico significa acolher todos os usuários que o compõem nas diversas instituições (tribunais, defensores, promotores, faculdades, escritórios, etc.) de forma contínua a cada gesto, postura e texto para enviar e receber mensagens. Bem como oral, imagem e ritual. Os símbolos existem como uma unidade de qualquer sistema de linguagem, independentemente de como são expressos.

Para a elaboração deste artigo, a metodologia a ser utilizada será uma pesquisa bibliográfica, focando na análise de ideias de alguns teóricos: Pierce e Santaella (2015), Araújo (2017), Diniz (2009), Coelho (2020), entre outros.

As ideias centrais destes autores e documentos serão selecionadas e argumentadas por meio da elaboração de citações, na perspectiva do tema: A Semiótica dentro do Direito. O estudo bibliográfico proporcionará fontes de conhecimentos necessários para aprofundamento desta pesquisa.

2 HISTÓRIA E CHEGADA DO CURSO DO DIREITO NO BRASIL

A partir do momento em que as pessoas passaram a conviver em sociedade, o direito apareceu na história. Nos primórdios da humanidade, o Direito era confundido com política e religião.

Devido à crescente complexidade das relações sociais, o direito foi se moldando mediante o desenvolvimento da sociedade com as interações para além do ambiente familiar e as normas ficaram cada vez mais complexas para que fossem capazes de orientar e organizar relações sociais. Como a quantidade de pessoas aumentava, logo seria mais fácil resolver os conflitos.

O primeiro curso jurídico do Brasil foi o da Corte, com decreto de 9 de janeiro de 1825, provisoriamente, com o objetivo de ensinar os alunos sobre conhecimento para a formação de futuros magistrados. Porém, esse curso não deu muito certo e então somente em 1827, por lei de 11 de agosto, foram inseridos cursos de ciências jurídicas e sociais nas cidades de São Paulo e Olinda.

Em São Paulo, o curso foi inaugurado em 1º de março de 1828, no Mosteiro de São Francisco, por isso é considerado como o primeiro curso legal a funcionar no Brasil, e em Olinda no Mosteiro de São Bento teve início em 15 de maio desde 1828.

Antes da criação de cursos jurídicos, os magistrados que compunham o sistema judicial em funcionamento na colônia eram fornecidos, principalmente, pela Universidade de Coimbra. Seria a geração de intelectuais que se formara pela matriz jurídica luso-liberal que constituiria a intelligentsia do Império e sua elite burocrática – regentes, ministros e parlamentares. Mas, também os revolucionários que conduziram o processo de independência receberam a marca da tradição jurídica portuguesa (HOLLANDA, 1985, p. 361).

Embora a história jurídica da atualidade esteja ligada ao conceito de Estado, deve-se entender que o conceito de Estado é um conceito que surgiu na modernidade. A forma do sistema jurídico conhecido hoje é, portanto, novo. É claro que as mudanças na sociedade também mudaram as relações jurídicas. Desta forma, representa uma simbiose, pois a lei rege a sociedade por um lado e é por ela moldada e consolidada por outro. E uma vez que essas mudanças envolvem transformações nas regras e na aplicação da lei, elas também afetam o funcionamento da lei e a carreira jurídica.

O que aconteceu na modernidade é o que chamamos de diferenciação social, por meio da qual o direito passou a funcionar segundo seu próprio código. Desse modo, não é

admissível, serem confundidas com códigos específicos de religião, política ou economia. No entanto, a história jurídica está mudando constantemente.

Neste sentido, é válido destacar que o direito como a carreira jurídica mudou não só em termos de novas perspectivas de interação social, mas também de interação com uma sociedade que cada vez mais investe em inovação e tecnologia. Um bom exemplo (atual) é com a pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19), onde audiências, aulas e atendimentos estão acontecendo de forma remota, e o “novo normal” também fará parte da história jurídica marcada pelo ano de 2020.

Questões como a semiótica jurídica estão se tornando cada vez mais importantes à medida que afetam a aplicação da lei, interpretação e comportamento dos envolvidos.

E é assim que descobrimos novas formas de melhorar a comunicação. Isso ocorre devido à necessidade de estudos sobre o impacto que podem gerar no ordenamento jurídico.

Da mesma forma, a profissão da advocacia também mudou ao longo dos anos. Atualmente, as especializações e segmentações de nicho são fatores que diferenciam profissionais e ferramentas cada vez mais procuradas em suas carreiras.

Contudo, uma análise abrangente da História do Direito é complexa, dadas as particularidades que o Direito assume nos lugares e nas suas diferentes áreas. Não podemos quebrar a relação entre a história e o desenvolvimento do direito. Porque a lei muda e evolui de acordo com o desenvolvimento e modificação das civilizações e sociedades.

2.1 O que o Direito representa para a sociedade

Segundo Aristóteles, o homem é um ser eminentemente social que precisa viver em sociedade e se relacionar com seus semelhantes. A convivência social é uma forma de não viver completamente isolado, é o que propicia a união entre grupos humanos, o que é, sem dúvida, a característica essencial de nossa espécie.

Para a sociologia, o direito tem sua origem nos fatos sociais, nos acontecimentos da vida em sociedade. Todas as nossas práticas e comportamentos acabam se refletindo em costumes, valores, tradições, sentimentos e cultura. Essa elaboração do Direito ocorre de forma lenta e espontânea na vida social.

Muitas vezes a coexistência na sociedade gera conflitos, atritos, perturbações, diferenças a serem resolvidas, para que a paz social seja restaurada, para que haja pelo menos uma coexistência “melhor” entre as pessoas do mundo. Viver em sociedade é uma tarefa extremamente difícil, pois temos todo o tempo para nos limitar, temos todo o tempo para

limitar nossas ações, para não atrapalhar os outros comportamentos humanos, e o principal responsável por estabelecer tais restrições é o Estado.

A vida em sociedade requer que o Estado regule constantemente as relações sociais por meio de regras de conduta. Os diversos conflitos que surgem entre as pessoas devem ser resolvidos por intermédio da lei, o Estado tem a obrigação de buscar essa pacificação social.

O direito pode ser entendido como um conjunto de normas que visam garantir a manutenção da paz social, que lutam pela busca de uma convivência harmônica e pelo bem estar coletivo. De forma bem sucinta, o direito simplesmente visa dar a cada um, o que lhe é devido. Ele é o grande promovedor da justiça social, restabelecendo a harmonia social, interferindo diretamente nas condutas humanas, pondo limites à atuação do homem, seja através da imposição de obrigações, seja através de punições ou restrições.

O Estado é uma entidade jurídica constituída de acordo com a lei, e os princípios que regem a vida social foram formulados também em concordância com a lei. Esses princípios são atribuídos a dois ramos do direito. Dentre todas as divisões fornecidas por esta doutrina, a mais importante é a divisão que distingue o “conteúdo” dos ramos jurídicos. Portanto, a doutrina costuma dividir o direito: direito público e direito privado.

O direito público protege as relações estabelecidas pelo estado, como regras organizacionais, atividades e relações jurídicas entre estados e indivíduos. É o departamento responsável pela gestão do Estado e dos interesses gerais. É principalmente responsável pela gestão das relações jurídicas do Estado como parte contratante, tais como a constituição, direito administrativo, direito tributário, direito processual, etc.

O direito privado trata das relações entre os indivíduos, sendo responsável por estabelecer as regras que regem as relações privadas de forma que permita a convivência harmoniosa entre os indivíduos, como o direito civil e o comercial.

O direito é fantástico. Ele e só ele tem o dom de criar fenômenos completamente diferentes no homem ao mesmo tempo: para algumas pessoas, isso representa uma vantagem, para outras, representa uma desvantagem. Para algumas pessoas representa felicidade, para outras representa infelicidade, indignação e resistência. É correto dizer que é variável, pois muda ao longo do tempo, depende de vários fatores e circunstâncias de sua aplicação.

Concluimos, portanto, que dentro de uma sociedade, seja ela democrática ou não, a lei é o bem mais importante de um indivíduo. Isso mesmo: a lei é tudo. Este é um bem precioso, ainda que os próprios direitos esperem, e até a própria vida possa correr o risco de não ser protegida.

3 A IMPORTÂNCIA DAS MENSAGENS (LINGUAGEM JURÍDICA)

Mesmo que não prestemos atenção à lei, a lei existe no nosso dia-a-dia: quando alguém nasce, quando alguém compra bens numa determinada instituição, quando paga impostos, quando há briga entre amigos ou vizinhos, e até mesmo na hora da morte de um ente querido. Portanto, aconteça o que acontecer, o direito sempre existirá em qualquer ramo e, por sua natureza interdisciplinar, acabará se comunicando com múltiplos ramos: seja sociologia, filosofia, ética, linguagem, etc. Portanto, como jurista, sabedoria e atitude são muito importantes.

A principal ferramenta de trabalho do advogado é a linguagem. Ele a utiliza para apreender novos conhecimentos e comunicar-se com seus clientes e demais operadores jurídicos. Uma vez que a linguagem do advogado é geralmente técnica, ele pode não ser capaz de entendê-la corretamente ao se comunicar com o cliente porque ele geralmente não tem nenhum conhecimento jurídico.

Os advogados devem dominar bem a língua portuguesa para que a sua comunicação seja bem-sucedida. Espera-se que todos os profissionais do direito se expressem de forma clara, coesa e coerente e promovam a comunicação com os públicos com os quais interagem. É salutar que ele conheça outros idiomas para ampliar seus conhecimentos e atender outros clientes (estrangeiros) residentes ou que estejam de passagem em nosso país.

É necessário esclarecer o significado de alguns conceitos que serão úteis para a compreensão de como ocorrem a linguagem:

LINGUAGEM é um sistema de signos utilizados para estabelecer uma comunicação. A linguagem humana seria de todos os sistemas de signos o mais complexo. Seu aparecimento e desenvolvimento devem-se à necessidade de comunicação dos seres humanos. Fruto de aprendizagem social e reflexo da cultura de uma comunidade, o domínio da linguagem é relevante na inserção do indivíduo na sociedade. [...] A LINGUAGEM VERBAL é uma faculdade que o homem utiliza para exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais denominado língua. Esse sistema organiza os signos e estabelece regras para seu uso. Assim, pode-se afirmar que qualquer tipo de linguagem desenvolve-se com base no uso de um sistema ou código de comunicação, a língua. A LINGUAGEM é uma característica humana universal, enquanto a LÍNGUA é a linguagem particular de uma comunidade, um grupo, um povo. SISTEMA é uma organização que rege a estrutura de uma língua. [...] LÍNGUA é um código que permite a comunicação, um sistema de signos e combinações. Ela tem caráter abstrato e dispõe de um sistema de sons, e concretiza-se por meio de atos de fala, que são individuais. Assim, enquanto a língua é um conjunto de potencialidades dos atos de fala, esta (ou discurso) é um ato de concretização da língua. [...] A FALA é anterior à escrita, mas tem, através dos tempos, sido relegada a uma condição de inferioridade por causa das circunstâncias modernas em que informações e documentos escritos constituem o mundo das relações humanas e de produção. [...] As características diferenciadoras entre LÍNGUA e FALA são: a língua é sistemática, tem certa regularidade, é

potencial, coletiva; a fala é assistemática, nela se observa certa variedade, é concreta, real, individual. [...] A NORMA varia segundo a influência do tempo, espaço geográfico, classe social ou profissional, nível cultural do falante. A diversidade das normas, visto que há tantas quanto os indivíduos, não afeta a unidade da língua, que contém a soma de todas as normas. [...] A LÍNGUA PORTUGUESA, portanto, é um sistema linguístico que abrange o conjunto das normas que se concretiza por meio dos atos individuais de fala. Ela é um dos sistemas linguísticos existentes dentro do conceito geral de língua e compreende variações diversas devidas a locais, fatores históricos e socioculturais que levam à criação de variados modos de usar a língua. [...] NORMA é um conjunto de regras que regulam as relações linguísticas. A norma sofre afrontas ou é contrariada devido a vários fatores: alterações devidas às classes sociais diferentes, alterações devidas aos vários indivíduos que utilizam a língua. (MEDEIROS *et al.*, p. 17-21).

As pessoas podem se comunicar de duas maneiras: comunicação linguística verbal e não verbal. Para as formas orais, a linguagem oral torna-se extremamente importante. As formas não verbais podem ocorrer de inúmeras maneiras, como a linguagem corporal e a linguagem da vestimenta, por exemplo: toga é a informação que indica a função desempenhada pelo juiz.

O Direito e linguagem tem uma importante relação, já que o direito se realiza efetivamente por meio da linguagem. Neste sentido, Calmon de Passos (2001, p. 63-64) afirma que

[...] o Direito, mais que qualquer outro saber, é servo da linguagem. Como Direito posto é linguagem, sendo em nossos dias de evidência palmar constituir-se de quanto editado e comunicado, mediante a linguagem escrita, por quem com poderes para tanto. Também linguagem é o Direito aplicado ao caso concreto, sob a forma de decisão judicial ou administrativa. Dissociar o Direito da Linguagem será privá-lo de sua própria existência, porque, ontologicamente, ele é linguagem e somente linguagem.

A comunicação pode ocorrer não apenas na forma escrita ou oral, mas também instantaneamente, porque pode ser feita por meio de gestos ou aparências, e gestos ou aparências podem ter múltiplos significados. Um simples silêncio pode dizer mais que muitas palavras por exemplo. Deste modo,

A comunicação é a única forma de sobrevivência social, o próprio fundamento da existência humana, solidificada pela cooperação e pela coexistência. É o instrumento que possibilita e determina a interação social; é o fato marcante através do qual os seres vivos se encontram em união com o mundo. Sem o sopro da comunicação não há cultura. (GONÇALVES, 2002, p. 9).

Existem alguns elementos básicos que fazem parte do esquema da comunicação:

Emissor: é o sujeito que elabora e disponibiliza a mensagem. É o remetente. Na dimensão jurídica, é o sujeito ativo (autor) que provoca a máquina judiciária; O **receptor:** é o destinatário da mensagem elaborada e emitida pelo emissor do ato de comunicar. Situa-se no pólo passivo, recebe a mensagem. É provocado em sua conduta; A **mensagem:** consiste no conteúdo que se deseja transmitir, através de signos, símbolos, ícones e demais elementos significativos, ao receptor; O **canal** de comunicação: é o elemento que conduz, transmite a mensagem. É o meio que possibilita a transmissão e fluxo da mensagem; O **código:** é a convenção pré-determinada ou definida (a língua, por exemplo), pelo emissor e receptor, de modo a permitir a compreensão no plano da decodificação da mensagem. O código tem a função de viabilizar a unidade comunicacional, a padronização sígnica. O **referente:** é constituído pelos dados e contexto, oferecendo, no momento da comunicação, percepções influenciadas pelos objetos reais, situação do local, sensibilidade do receptor e outras circunstâncias que permeiam a comunicação (GONÇALVES, 2002, p. 20).

Pode-se observar que todos os elementos interagem para formar a estrutura das ideias e, portanto, é possível comunicar-se com sucesso se os mecanismos forem utilizados de forma adequada na profissão jurídica.

A lei depende da utilização de ferramentas funcionais adequadas. Como resultado, os operadores legais devem estudar o uso correto da sinalização. Vale ressaltar que a complexidade da linguagem não pode ser aceita pela ciência que analisa e controla as relações existentes na sociedade.

A linguagem científica atual deve ser clara e objetiva, portanto, o jargão do uso excessivo de termos profissionais deve ser abandonado, pois polui diretamente a linguagem jurídica e confunde os objetivos dos intérpretes e agentes da lei. A sociedade atual está cada vez mais atenta ao direito, focando em traduzir seu trabalho em pessoas que o busquem de forma clara e precisa.

O conhecimento é indispensável para a realização bem-sucedida dos requisitos e, deve ser continuamente aprimorado pelos operadores legais. Portanto, sob a premissa de que termos jurídicos ou técnicos fazem parte da linguagem jurídica, deve-se levar em consideração o bom senso do operador na hora de praticar o famoso “juridiquês”, por se tratar de uma linguagem de fácil compreensão pela maioria das pessoas.

4 O MECANISMO DE UTILIZAÇÃO DOS SIGNOS

4.1 Semiótica, conceitos e definições

Para entender como ocorrem as relações entre o Direito, as mensagens e seus efeitos precisa-se entender o que é semiótica. O nome semiótica vem da raiz grega *semeion*, que quer dizer signo, portanto semiótica é a ciência dos signos. Não se tratam dos signos ligados à Astrologia, e sim signos ligados à linguagem. Mas o que é signo?

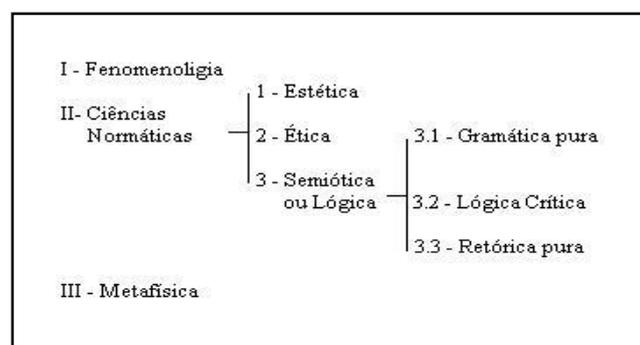
Em uma definição mais detalhada, o signo é qualquer coisa de qualquer espécie (uma palavra, um livro, uma biblioteca, um grito, uma pintura, um museu, uma pessoa, uma mancha de tinta, um vídeo etc.) que representa outra coisa, chamada de objeto do signo, e que produz um efeito interpretativo em uma mente real ou potencial, efeito este que é chamado de interpretante do signo (SANTAELLA, 2010, p. 8).

Segundo Santaella (1985, p. 15), semiótica é: a Ciência que investiga todas as linguagens possíveis, ou seja, tem como objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significação e de sentido.

A semiótica possui duas vertentes, uma europeia onde o signo assume um caráter duplo de significante que simboliza alguma coisa e de significado que é indicado pelo significante, resumidamente seria forma e conteúdo. A outra vertente é a americana, de acordo com Charles Sanders Peirce.

Peirce arquitetou a configuração de sua lógica para a Semiótica em uma cadeia filosófica.

Figura 1 - Edifício filosófico Pierceano



Fonte: Santaella (2005, p. 4).

Santaella (2005, p. 44) explica a cadeia filosófica de Peirce:

E, é, porém, sobre a base da fenomenologia que as ciências normativas se desenvolvem obedecendo a sequência seguinte: Estética, Ética e Semiótica ou Lógica. Tento todas elas por função “distinguir o que deve e o que não deve ser”, a Estética se define como a ciência daquilo que é obviamente admirável sem qualquer razão ulterior. É a base para a Ética ou ciência da ação ou conduta que da Estética recebe seus primeiros princípios. Sob ambas, e delas extraíndo seus princípios, estrutura-se em três ramos a ciência Semiótica, teoria dos signos e do pensamento deliberado. Por fim, como última ciência desse edifício aparece a Metafísica ou ciência da realidade.

Fenomenologia é a ciência que estuda os fenômenos, ou seja, tudo aquilo que aparece a mente, podendo ser real ou não. Pierce estabeleceu suas categorias a partir da análise dos fenômenos.

As “Categorias do pensamento e da natureza”, criadas por Pierce, sob a ótica de Santaella (2010, p. 7),

São elementos formais e universais em todos os fenômenos que se apresentam a percepção a mente. São categorias lógicas que se apresentam como coisas vivas e vividas, a partir disso torna-se claro que o mundo aparece e se traduz como linguagem, fundamento de toda a Semiótica. Num nível de generalização esses elementos são chamados de primeiridade, secundidade e terceiridade.

De acordo com Santaella (2010), a primeiridade é o signo em relação a si mesmo, aparece em tudo que estiver relacionado com acaso, possibilidade, qualidade, sentimento, originalidade e liberdade.

O primeiro (primeiridade) é presente e imediato, de modo a não ser segundo para uma representação. Ele é fresco e novo, porque, se velho, já é um segundo em relação ao estado anterior. Ele é iniciante, original, espontâneo e livre, porque senão seria um segundo em relação a uma causa. Ele precede toda síntese e toda diferenciação; não tem nenhuma unidade nem partes. Ele não pode ser articuladamente pensado; afirme-o e ele já perdeu toda a sua inocência característica, porque afirmações sempre implicam a negação de uma outra coisa. Pare para pensar nele e ele já voou (SANTAELLA, 2005, p. 68).

A secundidade é a reação buscando o entendimento; está ligada às ideias de dependência, determinação, dualidade, ação e reação, aqui e agora, conflito, surpresa e dúvida.

A qualidade de sentimento não sentida como resistindo num objeto material. É puro sentir, antes de ser percebido como existindo num eu. Por isso, meras qualidades não resistem. É a matéria que resiste. Por conseguinte, qualquer sensação já é secundidade: ação de um sentimento sobre nós e nossa reação específica, comoção do eu para com o estímulo (SANTAELLA, 2005, p. 73).

Pierce (*apud* SANTAELLA, 2002, p. 07) relata que a terceiridade é a interpretação e a forma mais simples da terceiridade, manifesta-se no signo, visto que o signo é um primeiro (algo que se apresenta a mente), ligando um segundo (aquilo que o signo indica, se refere ou representa) a um terceiro (o efeito que o signo irá provocar em um possível intérprete).

Em síntese: compreender, interpretar é traduzir um pensamento em outro pensamento num movimento ininterrupto, pois só podemos pensar um pensamento em outro pensamento. É porque o signo esta numa relação a três termos que sua ação pode ser bilateral: de um lado representa o que esta fora dele, seu objeto, e de outro lado, dirige-se para alguém em cuja mente se processara sua remessa para um outro signo ou pensamento onde seu sentido se traduz. E esse sentido para ser interpretado tem de ser traduzido em outro signo, e assim *ad infinitum* (SANTAELLA, 2005, p. 81).

A teoria pierceana estuda a significação e a representação de um conceito ou ideia no geral. As definições e classificações de signo formuladas por Pierce são logicamente gerais, quase matemáticas. É necessário ter um nível bem elevado de abstração para entendê-las.

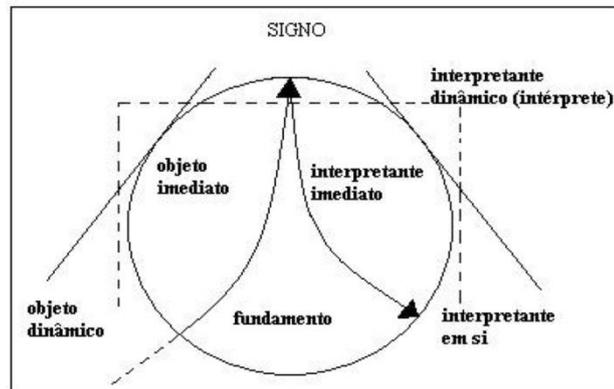
Porém, após assimiladas, essas relações formais nos permitem perceber uma multiplicidade e as diferenciações nas linguagens com as quais convivemos diariamente.

Dentre as inúmeras quantidades de definições sobre a forma de interpretação feitas por Pierce, Santaella (2005, p. 90) destaca como exemplar a que:

Um signo intenta representar, em parte pelo menos, um objeto que é, portanto, num certo sentido, a causa ou determinante do signo, mesmo se o signo representar seu objeto falsamente. Mas dizer que ele representa seu objeto implica que ele afete uma mente, de tal modo que, de certa maneira, determine naquela mente algo que é mediatemente devido ao objeto. Essa determinação da qual a causa imediata ou determinante é o signo, e da qual a causa mediata é o objeto, pode ser chamado de o Interpretante.

Podemos dizer então que o signo é uma coisa que representa outra coisa: seu objeto. Para uma melhor definição convém esclarecer que o signo tem dois objetos e três interpretantes.

Figura 2 - Gráfico do signo



Fonte: Santaella (2005, p. 92).

O objeto imediato (dentro do signo, no próprio signo) diz respeito ao modo como o objeto dinâmico (aquilo que o signo substitui) está representado no signo:

Se trata de um desenho figurativo, o objeto imediato é a aparência do desenho, no modo como ele intenta representar por semelhança a aparência do objeto (uma paisagem por exemplo). Se trata de uma palavra, o imediato é a aparência gráfica ou acústica daquela palavra como suporte portador de uma lei geral, pacto coletivo ou convenção social que faz com que essa palavra, que não apresenta nenhuma semelhança real ou imaginária com o objeto, possa, no entanto, representá-lo. (SANTAELLA, 2005, p. 92).

O interpretante imediato consiste naquilo que o signo está apto a produzir, ou seja, pode produzir numa mente interpretadora qualquer. Existem signos que podem ser interpretados na forma de qualidade por meio de sentimento, por experiência ou simples pensamento. Já o interpretante dinâmico, é o que o signo efetivamente produz na mente dependendo da sua natureza e do seu potencial como signo, o emocional.

“O interpretante em si consiste no modo como qualquer mente reagiria ao signo”, na visão de Santaella (2005, p. 95). Assim, a palavra casa produzirá como interpretante em si outros signos da mesma espécie: habitação, moradia, lar, lar doce lar, etc.

A relação do objeto com o seu interpretante vai variando de níveis de acordo com a percepção das pessoas gerando assim o primeiro, o segundo, e o terceiro contato de acordo com suas classificações.

Santaella (2005 p. 97) explicita a classificação dos signos de acordo com uma divisão lógica e como são suas definições mostrando que eles se apresentam misturados e interconectados tanto na parte de produção quanto na parte de utilização prática, uma informação importante para entendermos como ocorre o processo de ligação entre as classificações feitas por Peirce que estabeleceu uma rede de classificações sempre triádicas.

Foram estabelecidas dez tricotomias cuja combinatória resultam 64 classes de signos e a possibilidade lógica de 59.049 tipos de signos.

4.2 Interpretação dos signos no Direito

Décio Pignatari (2004, p. 20) indaga sobre a natureza dos signos e suas relações:

Mas, afinal, para que serve a Semiótica? Serve para estabelecer as ligações entre um código e outro código, entre uma linguagem e outra linguagem. Serve para ler o mundo não-verbal: “ler” um quadro, “ler” uma dança, “ler” um filme – e para ensinar a ler o mundo verbal em ligação com o mundo icônico ou não-verbal. [...] A Semiótica acaba de uma vez por todas com a ideia de que as coisas só adquirem significado quando traduzidas sob a forma de palavras.

A semiótica está embutida em tudo, principalmente no direito, onde as pessoas se comunicam incessantemente, assim mesmo despercebidos os signos estão presentes provocando seus efeitos.

O pensamento jurídico também encontra na linguagem a sua forma de exteriorização, até porque “o pensamento precisa da articulação linguística, pois os signos linguísticos constituem o essencial da comunicação humana, sendo, portanto, o fundamento da linguagem” (DINIZ, 2009, p. 169).

Definir discurso jurídico é muito complexo, teríamos que aprofundar sobre o assunto para tal feito. O discurso jurídico é a linguagem colocada em prática: o falar, o trabalhar a linguagem que se encontra no papel ou na ideia.

O discurso jurídico é conhecido por sua persuasão de natureza, sendo o mesmo taxado como argumentativo. Eduardo C. B. Bittar (2013, p. 15) discorre sobre o tema:

De um lado o discursus consiste no uso da racionalidade depurativa das ideias, contrapondo-se, portanto, à noção de intuição (noésis); o discursus envolve o cursus de uma proposição a outra, de modo que todo raciocínio encontra-se condicionado por esse percurso. De outro lado, o discurso é entendido como sendo logos, ou seja, o transporte do pensamento (noûs) das estruturas eidéticas para a esfera da comunicação, o uso do noûs na articulação da linguagem. O logos, em verdade, é o noûs feito em palavra, o que equivale a dizer que há uma passagem do simbólico abstrato e noético, do simbólico do pensamento e da formação das ideias, para o simbólico concreto e expressivo.

A linguagem como um fator fundamental do discurso jurídico, se torna função essencial, pois o mesmo não se baseia apenas em intuição, e sim em algo mais construtivo, conforme Bittar (2013, s/p):

Dessa forma, todo ato de linguagem (verbal, não verbal, sincrético), enquanto ato de construção de sentido, é um ato de escolha e de seleção de elementos a compor; é uma escolha de valores, de estruturas, de formas, de significância, de objetivos, de impressões, de efeitos retóricos, de consequências, de afirmação de realização de atos [...]. O sujeito-do-discurso faz-se presente em seu discurso operando escolhas.

Se levarmos em conta que em âmbito popular, o melhor advogado seria o que falasse muito e escrevesse muito, cairíamos em divergência com a opinião de um juiz ao qual preza pela clareza e objetividade na hora de uma sustentação oral em audiência, por exemplo. Escrever e falar com as palavras que se usa na linguagem comum evitando os jargões, arcaísmos, expressões raras e obsoletas, garantem a clareza que é uma das principais qualidades de um bom profissional do direito.

A comunicação entre o juiz e as partes em sentenças e decisões, muitas vezes é marcada por imprecisão, abstração, obscuridade, entre outros que regem toda a produção destinada à aplicação do direito que não são por si só precisas ou claras, dependendo muito da interpretação de quem as recebe.

A relação do autor, réu, sociedade com a realidade é intermediada por um mundo de significações. Os fatores individuais dos receptores como religião, cultura, política e até mesmo educação influenciam na captação dos signos, pois nem todos possuem a mesma formação, a mesma capacidade e até vontade de interpretação e compreensão.

Analisando alguns fatores do direito segundo a semiótica de Pierce, as pessoas exprimem o contexto à sua volta através de uma tríade, qual seja Primeiridade, Segundidade e Terceiridade. Levando em conta tudo que se oferece ao nosso conhecimento, exigindo de nós a constatação de sua existência, e tentando distinguir o pensamento racional para a consciência aos poucos dessas três etapas.

A primeira qualidade percebida pela consciência é uma sensação não visível, tênue que seria a visão que o cliente tem do advogado logo de início, que é presente, imediato, o entendimento superficial.

O segundo atributo é a percepção dos eventos exteriores, da matéria, da realidade concreta, na qual estamos constantemente em interação, quando o advogado começa a falar, explicar seu ponto de vista. É a compreensão mais profunda dos significados.

Já a terceira e última etapa é o inteligível da experiência, aos significados dos signos, à esfera da representação e da simbolização. Neste âmbito se realiza a elaboração intelectual, a junção dos dois primeiros aspectos, chegando a uma conclusão sobre o fato, é quando o cliente confia sua causa ou não ao advogado, levando em consideração alguns fatores que

podem ser levados para o âmbito pessoal ou apenas para a não compreensão real que se esperava.

O advogado carrega além de títulos como o de “doutor” que é muito discutido entre profissionais de diversas áreas, a figura de imagem séria e formal, devido às vestimentas sociais que utilizam; muitos defendem que não só pelo Direito, mas também pela tradição, o título de doutor pertence aos advogados, título este dado por Dom Pedro 1º pela Lei do Império de 1827.

Já outros defendem que atualmente, o título de doutor é conferido apenas pelas universidades aos estudiosos que concluírem o curso de (doutorado) e, mediante defesa e aprovação de uma tese, adquirem o título em questão. Com tudo, a imagem de seriedade e respeito é algo que os advogados e todos os operadores do direito em geral prezam, é a (primeiridade). A roupa tem muito poder. As prioridades, valores e expectativas podem ser percebidos através do que a pessoa veste, ou seja, a imagem que ela passa.

Tem-se a impressão de que o terno é peça fundamental para uma “causa ganha”; porém alguns profissionais fogem da formalidade, dentro do que o código de ética e estatuto da Ordem dos Advogados sugere e permite, existem opções menos formais que cabem à profissão e não tiram do advogado a seriedade enquanto trabalho, nem competência para a função.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que o direito representa um conjunto de instituições sociais que relacionam valores normativos as práticas atuais, sendo assim um sistema de signos.

É importante lembrar que o destinatário da mensagem tem que possuir condições que estabeleça alcance aos seus objetivos, e a semiótica embasa a natureza jurídica do direito, visto que esta ciência é um estudo de linguagem e sua função simbólica poderá interferir na realidade. Portanto, uma disciplina que poderia fazer parte da grade curricular do curso de direito.

Contudo, os ordenamentos jurídicos são sistemas abertos que crescem e se desenvolvem de forma dinâmica mediante as interpretações, estratégias retóricas, construções dialógicas do discurso. Não se pode negar, que a linguagem é uma forma de comunicação, sem a qual dificilmente conseguiria chegar ao nível de desenvolvimento atual.

A linguagem jurídica possui suas características e peculiaridades, para seus objetivos, é assim que temos de distinguir, nas mensagens, entre o texto das leis, seus significados, a imagem do advogado, a fala do juiz, professores de direito, e as reações que provocam entre os envolvidos assim como suas consequências.

A semiótica dentro do direito tem por finalidade descobrir a estrutura do fenômeno jurídico, através do uso de paradigmas indiciários que possam conduzir a inteligência à sua mais ampla compreensão. Ao captar sinais existentes no universo ligando significante e significado, pode-se construir relações simbólicas de comunicação significativa, concebidos pelo nosso cérebro.

Assim, o estudo da semiótica aplicado ao direito nos apresenta grande utilidade, tendo em vista não só as carências demonstradas pelos estudiosos no tocante à filosofia do direito, como também pela necessidade de maiores esclarecimentos ao público em geral das noções básicas do alcance, do uso e da maneira mais correta de utilizar os princípios jurídicos e suas consequências práticas.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ARAUJO, Clarice Von Oertzen de. Semiótica jurídica. *In*: CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Álvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz (Coords.). **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Tomo: Teoria Geral e Filosofia do Direito. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/96/edicao-1/semiotica-juridica>. Acesso em: 12 jul. 2020.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História**: volume único. São Paulo: Ática, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. **Linguagem jurídica**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CASTRO, Flávia Lages de Castro. **História do Direito Geral e Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

CARVALHO, Francisco José. **A função social do Direito e a efetividade das Normas Jurídicas**. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteúdo/artigos/a-funcao-social-do-direitoea-efetividade-das-normas-juridicas/7940>. Acesso em:

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem. A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980. In: FONSECA, Ricardo Marcelo. *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, v. 8, p. 97-116, 2005. Disponível em: <https://goo.gl/zx9PQE>. Acesso: 12 nov. 2020.

COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais**: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930). Rio de Janeiro: Record, 1999.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**: Introdução à Teoria Geral do Direito, à Filosofia do direito, à Sociologia Jurídica e à Lógica jurídica. Norma jurídica e Aplicação do Direito. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FONSECA, Ricardo Marcelo. A formação da cultura jurídica nacional. **Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija**, v. 8, p. 97-116, 2005.

GONÇALVES, Wilson José. **Comunicação Jurídica**: perspectiva da semiótica. Campo Grande: UCDB, 2002.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. Tradução de João Baptista Machado. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

LEVEQUE, Pierre. **As Primeiras Civilizações**. Da Idade da pedra aos povos semitas. 2. ed. Lisboa: Edições 70. 2009.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do direito I**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MEU ARTIGO. **Mas afinal, o que significa o Direito**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/concursos/mas-afinal-que-significa-direito.htm>. Acesso em: 14 nov. 2020.

SAJ. **História do Direito**. Disponível: <https://blog.sajadv.com.br/historia-do-direito/>. Acesso em: 13 nov. 2020.

SILVA, Luzia Gomes da. **A Sociologia Jurídica e o Conceito Sociológico do Direito**. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?página=artigos&id=4930>. Acesso em: 16 nov. 2020.

SILVEIRA, Daniel Coutinho. **Norberto Bobbio e sua Análise Funcional do Direito**. Disponível em: <http://direitoeprocessa.blogspot.com.br/2008/11/anlise-funcional-do-direito-por.html>. Acesso em: 16 nov. 2020.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história do direito**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

INQUISIÇÃO: a demonização da figura feminina durante a Idade Média

Rocksany Gusson

Leusa Alves de Moura Silva

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade, analisar o viés da representação da figura da mulher durante a Idade Média. Através da obra “Martelo das Feiticeiras”, será enfatizada uma visão demoníaca, sendo a mulher uma agente propícia ao diabo. O estudo busca as raízes do pessimismo sexual e feminino por parte da Igreja Católica. Através da interpretação dessa fonte documental, se acredita estar representada parte expressiva dessa visão a respeito das mulheres por parte das elites intelectuais e eclesiásticas da Europa do Baixo Medievo.

Antes de adentrarmos no mundo da demonização, irá se refletir sobre algumas premissas da Igreja Católica sendo a detentora da única verdade durante todo o período analisado para só então, se decifrar os discursos hostis que fixavam a mulher num plano de submissão ao homem, e posteriormente como sendo um instrumento do diabo.

No que diz respeito à imagem feminina na Idade Média, pode-se afirmar que o mais próximo de um modelo feminino cristão seria Eva, a representação verdadeira do pecado. Eva seria nada mais do que a antítese de outra personagem feminina de importante relevância para a construção do ideal feminino: Maria. Maria, por sua vez, representa a perfeição e a pureza, sendo aquela que concebe sem pecado, mulher “pura, plena, perfeita, limpa sem mácula, bela, verdadeira, mãe e amiga do criador” “assim como Eva foi a responsável pelo pecado original, a Virgem Maria, ‘nova Eva’, era fonte da redenção” (MACEDO, 1992, p. 45).

A escolha pelo tema deve-se pelo fato de entender a importância e a necessidade que se deu a construção da figura da mulher que estava inserida nesse processo.

O texto está dividido em três partes, a primeira fala sobre a origem da inquisição, que mostra um momento em que a igreja queria zelar pela imagem da fé cristã e manter a ordem e seu poder. A segunda parte vai falar sobre a representação da figura feminina mostrando sua representação de inferioridade social e religiosa. A terceira e última parte apresenta uma breve análise do *malleus maleficarum* e a caça às bruxas, mostrando como o manual serviu para justificar o posicionamento da igreja com relação à postura feminina.

Sendo assim alguns autores foram utilizados para discutir este tema e analisar o tema feminino do período evidenciado, foram eles Novinsky e Carneiro (1992); Nogueira (1991), entre outros. A principal fonte foi *Malleus Maleficarum* (2014), pois aborda esse imaginário idealizado da época, sendo ele, considerado a bíblia do inquisidor.

2 A ORIGEM DA INQUISIÇÃO

A Santa inquisição que também foi chamada de Santo Ofício se inseriu no cenário europeu, sendo ela uma instituição formada pelos tribunais da Igreja Católica que perseguiram, julgavam e puniam as pessoas que eram acusadas de serem hereges¹. A Inquisição foi criada por volta do século XII, e foi produto de uma longa evolução durante a qual a Igreja e o Papado sentiam-se ameaçados em seu poder (NOVINSKY; CARNEIRO, 1992, p. 15).

A Igreja, juntamente com a nobreza com seu caráter político, unificou suas forças naquele momento histórico. A princípio ela se apresentava, como uma organização puramente católica, onde tinha como seu objetivo zelar pela imagem da fé cristã e seus domínios. Posteriormente, essa organização assume também um caráter político, tendo como objetivo principal, fazer utilização desses instrumentos para manter ordem e poder dos soberanos nos reinos em que vigoravam.

Em 1376, Nicolas Eymerich, um religioso dominicano escreve o “*Manual dos Inquisidores*”. Este livro continha os métodos que os inquisidores usavam para descobrir as práticas de heresias e bruxaria. As punições eram vistas como algo necessário para manter a ordem da sociedade, mediante ao que era imposto pela igreja. Era através das torturas que se buscava as confissões dos suspeitos, aquele que confessasse se livraria de penas mais duras.

Com relação às penas, utilizavam-se castigos corporais, pelos quais as pessoas poderiam passar o resto de suas vidas com algum problema físico, por terem sido mutiladas em sessões de tortura, ou até mesmo terem sua pele marcada do ferro quente ou dos açoites, pelos tribunais. Também havia a pena de prisão perpétua, confisco de bens, além da pena de morte, executada para crimes como o de heresia, também julgados pela justiça secular e o de lesa-majestade (traição cometida contra o rei).

O documento medieval além dos relatos e as penas de heresia prescrevem regras para uma sociedade moldada nos padrões que o Santo Ofício determinara em sua época. Neste

¹ Que ou quem professa uma heresia; que ou quem professa doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja como dogma (Dicionário online de Português).

sentido, a sociedade é a “personagem” protagonista na obra de Eymerich, caracterizando-se num corpus em potencial a ser encarcerado pelos pareceres eclesiásticos. Desse modo, o manual dos Inquisidores baseava-se em ditas leis e normas a serem realizadas por todos os membros do meio social, com terríveis julgamentos e penas se estes não as cumprissem, em “prol do bem comum”.

3 A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA

Durante a Idade Média, a mulher fazia parte de um processo onde seu corpo era visto como um objeto de pecado. Figurada já com inferioridade social e religiosa em diversos pontos se torna mais propensa a ser utilizada pelo demônio na efetivação de seus planos malignos, pois é pela sexualidade que ele age para apropriar-se do corpo e da alma dos seres humanos. A figura da mulher, sendo altamente relacionada à sexualidade, era vista como a mais propícia a cometer os atos maléficos e se desviar do caminho considerado virtuoso pelos cristãos. “Por serem mais fracas na mente e no corpo, não surpreende que se entreguem com mais frequência aos atos de bruxaria” (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 116). Grande parte das acusações contra as mulheres era de feitiçaria, e também por cultuar deuses pagãos “feitiços e outros poderes popularmente acreditados” [...] (CLARK, 2006, p. 160).

Para melhor se compreender as representações sobre a mulher durante esse período, é importante conhecer a evolução histórica que existe por trás dessa ideia que embasou essa ideologia mediante a representação da mulher.

Segundo o relato do Gênesis sobre a criação, Deus teria criado o Homem (Adão), à sua imagem e semelhança. Deus o autorizou a comer de todas as árvores do jardim conhecido como Éden, com exceção os frutos da árvore do conhecimento. Deus então percebeu que Adão precisava de uma companhia que fosse igual a si. Então, o Senhor fez com que ele entrasse em sono profundo retirando-lhe uma costela a partir da qual criou a mulher (Eva).

Até o presente momento, o relato da Bíblia não possuía, portanto, qualquer sentimento de vergonha por estarem nus. Surge então a serpente que é representada como o mal. A serpente seduz a mulher a comer do fruto da árvore proibida, que Deus havia dito para não comer. E a mulher, por sua vez, induz o homem a comer do fruto. Como forma de castigo, a partir desse momento a mulher sofreria para dar à luz. Enquanto o homem, por sua vez que a despeito de seu domínio sobre mulher, teria que colher o pão de seu próprio trabalho. E por fim, Deus os expulsa do paraíso.

Além de apontar a razão pela qual o homem foi expulso do paraíso, e dos sofrimentos que ele havia ter que passar mediante a desobediência, reforça também a ideia de que a mulher é fraca e fácil por ter cedido à tentação da serpente ao comer do fruto proibido.

Le Goff acredita que a mulher sempre foi vista como ser inferior ao homem, devido a sua sexualidade e por ser responsável por conduzir a humanidade ao pecado, e o cristianismo pouco fez para mudar essa situação. Ele sempre confiou e propagou que a mulher deveria estar limitada ao domínio masculino. Somente no século XII ocorreu uma mudança de direção na espiritualidade cristã, quando se instituiu o culto a Maria, “que passa a sublinhar a redenção da mulher pecadora por Maria, a Nova Eva” (LE GOFF, 2005, p. 285), considerada por muitos uma maneira de promoção da mulher. Mesmo que a doutrina cristã tenha defendido esse conceito sobre as mulheres, Eva foi citada por muito tempo pela Igreja, principalmente a respeito do surgimento da humanidade e da criação de uma companheira para Adão.

Uma das reflexões mais interessantes, no meu modo de sentir, é a de Tomás de Aquino. Foi mais ou menos o que ele disse: Deus criou Eva a partir de uma costela de Adão, não criou a partir da cabeça, nem do pé; se a tivesse criado a partir da cabeça, isso significaria que via nela uma criatura superior a Adão; inversamente, se a tivesse criado a partir do pé, ela seria inferior. A costela é o meio do corpo e esse gesto estabelece a igualdade entre Adão e Eva segundo a vontade de Deus (LE GOFF, 2005, p. 122).

Desse modo, se forma a ideia de que a mulher passa a ser dependente do homem, portanto, deve-se sempre submeter-se ao mesmo. Resumidamente, o extrato ideológico da narrativa do livro de Gênesis consagra uma representação inferior da mulher em relação ao homem. Durante a Idade Média, o amor idealizador era considerado sentimento dos jovens solteiros, dessa forma o homem que desejava com excesso sua esposa chegava a ser considerado pelos outros homens como fraco e imaturo.

Sendo assim, era aceitável que o homem fosse em busca do prazer sexual com outras mulheres. Enquanto a mulher virtuosa, por sua vez, deveria se dedicar ao marido e aos filhos e seus deveres domésticos, além de ser rigorosamente religiosa. A mulher, além de ser recatadamente religiosa, deveria respeitar o marido, dedicando-se aos filhos e aos seus deveres. O homem não possuía impedimentos na busca de prazer com outras mulheres.

Além disso, a superioridade do homem era justificada pelos pensadores da época até pela etimologia da palavra que designava cada sexo, uma vez que a palavra latina que representava o sexo masculino era “Vir”, lembrando a palavra “Virtus”, que significava força e retidão, enquanto a palavra que designava as mulheres era “Mulier”, associada à “Molitia”,

que se relaciona com a fraqueza, a flexibilidade e a dissimulação. Os maridos ainda possuíam o direito de castigar as mulheres como se castiga uma criança ou até mesmo um escravo.

Levando em consideração o conceito de representação nos estudos que abordam as mulheres nesse período, pode-se articular com a categoria de gênero, sendo apresentadas como submissas e controladas pelo masculino, estabelece assim, uma subjetividade nas práticas sociais, nas políticas culturais e nas diferenças entre os sexos. Um dos clássicos trabalhos da autora Joan Scott (1995, p. 75) apresenta a seguinte afirmação:

Uma maneira de indicar “construções sociais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado.

Segundo José Rivair Macedo (1992), na obra “A mulher na Idade Média”, Jacques Fournier era um inquisidor sob cuja guarda se encontravam registros do final do século XIII e início do XIV que atestavam muitos hábitos e costumes de comunidades rurais de determinada região da França, conhecida como fronteira meridional. Nesses registros, além de se vislumbrar o direito dos homens de se utilizarem da “sura conjugal”², consta também uma declaração feita ao inquisidor por um homem chamado Arnaud Lufre, uma declaração que traz consigo uma referência nada lisonjeira às mulheres: “A alma de uma mulher e a alma de uma porca são quase o mesmo, ou seja, não valem grande coisa”.

4 UMA BREVE ANÁLISE DO *MALLEUS MALEFICARUM* E A CAÇA ÀS BRUXAS

A crescente demonização da figura da mulher durante a Idade Média se deu, sobretudo, por um fator fundamental, visto que a figura feminina, desde a Antiguidade, se prestava a funções de parteira e curandeira, com o passar dos séculos, essas mesmas mulheres passaram a serem vistas como uma ameaça. Mediante ao suposto poder médico que estavam desenvolvendo, além de compartilharem entre elas conhecimentos exotéricos para cura do corpo e da alma, e também, grandes participações em grupos de revoltas camponesas.

Existia também a figura da mulher virtuosa, que ao contrário das mulheres mal vista pelos dogmas cristãos, elas eram consideradas as verdadeiras cristãs, responsáveis pelo seu

² Infidelidade conjugal.

lar, e altamente submissas ao seu marido. A crença nos padrões de comportamento de fé e submissão foi estimulada durante séculos pela Igreja e pelas autoridades patriarcais.

A fizeram varrer a casa? Sim. Façam-na varrer. A fizeram lavar de novo as tigelas? Façam-na relavar. A mandaram peneirar? Façam-na então peneirar. Ela fez a lixívia? Façam-na prepará-la em casa. - Mas ela tem uma serva! Não importa a servente. Deixem-na fazer [a esposa], não por falta de ter quem faça, mas para aplicar-lhe um exercício. Façam-na velar as crianças, lavar os cueiros e todo o resto. Se não lhes acostumas a fazer de tudo, ela se converterá em um bom pedacinho de carne. Não abandone suas alegrias, eu te digo. Enquanto a mantiveres ocupada, ela não permanecerá à janela e não lhe passarão pela cabeça outras ideias (NOGUEIRA, 1991, p. 107).

Assim, a mulher deve se manter sempre ocupada. Do contrário, acabaria por se entregar às tentações. Enquanto as mulheres estiverem permanentemente ocupadas, os homens não precisarão se preocupar com ameaças de uma traição, por exemplo. Senão nas tarefas de casa que estão a desempenhar, as mulheres pensarão em mais nada. No casamento, o único papel da mulher no meio social é cuidar do marido e dos filhos.

4.1 As Bruxas

Acontecimentos negativos passaram a serem vistos como fruto da ação de bruxas. Mulheres com aparência vista como desagradável, como deficiência física, deformidades e idade avançada, ou então muito bela, que despertavam desejos não correspondidos em homens poderosos, poderiam ser denunciadas por praticar bruxaria ou de compactuarem com o demônio.

As mulheres foram descritas como poderosas e merecedoras de temor. Seu olhar possui efeitos extraordinários, e suas palavras, quando proferidas intencionalmente, podem produzir efeitos sobrenaturais prodigiosos. São capazes de percorrer grandes distancias em poucos instantes, ouvir e conversar com demônios, e seduzir a todos ao seu redor com encantamentos mágicos.

As supostas bruxas poderiam até as transformá-las em animais, além de voar o auxílio de uma “pomada voadora, que tem sua fórmula definida pelas instruções do diabo e é feita dos membros de crianças mortas” (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 28). Ao passar a pomada na vassoura à mesma poderia alcançar voou. As bruxas também poderiam lançar feitiços sobre os homens, fazendo com que eles percam a ereção e a ejaculação. O que se tornava o maior temor entre os homens desse período, no qual os mesmos eram os responsáveis por conceber a vida.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, não somente homens poderiam ser atingidos com tais feitiços, as bruxas poderiam também, com o auxílio do demônio, matar crianças ainda no útero de suas mães, e também causar doenças em animais. Neste contexto se criou um imaginário de que as bruxas, juntamente com outros grupos como os judeus, eram responsáveis pela disseminação dos males que poderiam arruinar toda a comunidade. Boa parte das acusações às mulheres era relacionada à feitiçaria, o que era imaginado por cultuar deuses pagãos e podiam criar “feitiços e outros poderes popularmente acreditados [...]” (CLARK, 2006, p. 160).

4.2 O *Malleus Malificarum* ou Martelo das Feiticeiras

No século XV, em torno do ano de 1484, dois inquisidores conhecidos como Heinrich Kramer e James Sprenger elaboraram um instrumento no qual pudesse servir como uma guia na busca de julgamentos e punição aos hereges. Sendo assim, foi redigido o manual o *Malleus Maleficarum*, ou Martelo das feiticeiras, sendo uns dos mais lidos em seu tempo. Ele demonstrava o quanto estava enraizada essa questão imaginária de gênero inferiorizado.

[...] houve uma falha na formação da primeira mulher, por ter sido ela criada a partir de uma costela recurva, ou seja, uma costela do peito, cuja curvatura é, por assim dizer, contrária a retidão do homem. E como, em virtude dessa falha, a mulher é animal imperfeito, sempre decepciona e mente (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 116).

É importante ressaltar que homens também foram condenados pela inquisição por cometer atos de bruxaria, porém, grande parte dos casos era por parte das mulheres, que acabavam sendo queimadas na fogueira ainda vivas. Esse manual foi considerado como a Bíblia do inquisidor.

A relação da criação da primeira mulher a Eva, está relacionada com o primeiro pecado que é recorrente na obra. Pois, procura demonstrar que o mal é natural a mulher, tornando-a propícia à bruxaria, como sendo mais propícia aos pecados. A primeira parte do documento está intitulada Das três condições necessárias para a bruxaria: o diabo, a bruxa e a permissão de Deus Todo-Poderoso (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 47).

Tenta provar a todo custo a existência do fenômeno, esclarecendo, nesse sentido, a maneira pela qual o demônio se aproveita do corpo feminino (Íncubos) e em alguns casos do corpo masculino (Súcubos). Íncubos e súcubos são as formas assumidas pelo demônio na

relação com os dois sexos, “pois o demônio é Súcubo para o homem e se torna Íncubo para a mulher” (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 85).

A segunda parte aborda os métodos pelos quais são infligidos os malefícios, e de que maneira podem ser curados, descrevendo também as formas de que as bruxas se encontram com os demônios. Traz também instruções específicas sobre modos para se tornar imune aos atentados das bruxas, através de remédios preventivos e curativos, além de explicitar os ingredientes que encerram o pacto com o demônio.

A terceira parte enfoca as medidas judiciais nos tribunais, tanto eclesiástico quanto civil, contra os hereges e a bruxas, e aborda questões que buscam definir as normas para a instauração dos processos explicando também os modos de conduzir o processo e de se lavrar as sentenças. A bruxa segue apresentada no documento como o mais infame símbolo da heresia. Sendo assim, o instrumento preferido do diabo.

A bruxa é vista como participante de um complô para a destruição das almas dos homens e da cristandade, em um embate do mal contra a fé. Desse modo tal concepção é tida como noção de pacto: uma seita envolvendo a bruxaria, onde, está sob a regência do pecado maior, o pacto com o diabo. Um tipo de seita organizada sob as regras próprias das trevas e envolve uma entrega total aos espíritos do inferno, e a participação em suas cerimônias, que tem como característica envolvimento em crimes impensáveis diante da moralidade católica tomada como ideal de vida cristã, quais sejam o assassinio ritual, o canibalismo, a antropofagia, o infanticídio, a profanação dos símbolos sagrados, os ritos orgiásticos e incesto.

É preciso observar especialmente que esta heresia - a da bruxaria - difere de todas as demais porque nela não se faz apenas um pacto com o diabo, e sim um pacto perfeitamente definido e explícito que ultraja o Criador e que tem por meta profaná-lo ao extremo e atingir Suas criaturas. Pois que em todas as demais heresias não há pacto com o demônio, seja tácito ou explícito, embora seus erros e suas falsas doutrinas sejam diretamente atribuídas ao Pai dos erros e das mentiras. Ademais, a bruxaria difere de todas as outras artes maléficas e misteriosas pelo fato de que, de todas as superstições, é a mais vil, a mais maléfica, a mais hedionda - seu nome latino, *maleficium*, significa exatamente praticar o mal e blasfemar contra a fé verdadeira (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 77).

A mulher e o diabo traziam consigo profunda carga simbólica no imaginário do homem do medievo. Segundo *o Malleus Maleficarum*, as ações subversivas dos próprios demônios, visam seduzir as criaturas e fazê-las cair no pecado. Dessa maneira, os demônios utilizam-se do cansaço, da tristeza e da pobreza, para agradá-las, de modo que lhes pedem em troca pequenas formas de abnegação da fé, como cuspir ao chão ao adentrar uma igreja e

conjurar palavras aparentemente sem sentido no momento em que se consagrava a hóstia. Acreditava-se que as bruxas poderiam com o auxílio do diabo, destruir lavouras, provocar tempestades e causar prejuízo às colheitas e aos animais. Lê-se no *Malleus Maleficarum*: “Os demônios, portanto, por meio das bruxas, assim afligem seus vizinhos inocentes com a perda de bens temporais, para que sejam, por assim dizer, compelidos a suplicarem, primeiro, pelo sufrágio das bruxas e, ao cabo, a se submeterem aos seus conselhos” [...] (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 209).

Santo Agostinho³ talvez seja aquele que melhor defina a visão da bruxa segundo a visão da cristandade de época:

Bruxas, também chamadas de feiticeiras, são assim denominadas por causa da magnitude de seus malefícios. São as que, pela permissão de Deus, perturbam os elementos - as forças da natureza -, são as que confundem a mente dos homens, conduzindo-os à descrença em Deus, e que, pela força terrível de suas fórmulas malignas sem qualquer poção ou veneno, matam seres humanos (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 67-8).

Essa construção da imagem do feminino impactava diretamente nas relações sociais e no imaginário das pessoas, atitudes e sensibilidades acentuadamente misóginas⁴, marcadas pelo medo diante da ameaça dos malefícios operados pela bruxaria. Representações dessa ordem, portanto, traziam consigo uma legitimidade simbólica sempre precedente às perseguições violentas perpetradas pela máquina inquisitorial, que se utilizava de torturas para obter as confissões de seus supostos crimes contra a fé católica.

Dessa maneira, eram utilizados procedimentos dolorosos e de violência repressiva, as mulheres que eram acusadas de bruxaria. As mesmas tinham pouca ou nenhuma chance de provar sua inocência. Acabava, assim, por confessar seus crimes, etapa que as levava geralmente à execução nas fogueiras como forma de espetáculo nas praças públicas.

Contudo, não obstante a confissão de seus crimes, os autores insistem, conforme se atesta na segunda parte do manual, que os condenados não alcançariam a paz divina, pois “embora pudessem ser livradas da possessão diabólica pela confissão sincera, continuaram a ser atormentadas por muito tempo e seriamente, sobretudo à noite. E Deus assim permite para seu próprio castigo” (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 373). Desse modo, mesmo que as supostas bruxas viessem a confessar os seus crimes de heresia, elas continuariam sofrendo tormentos do demônio, o que seria consentido por Deus, uma vez que a mulher por criação já

³ Santo Agostinho (354 -430) foi um dos mais importantes teólogos e filósofos dos primeiros séculos do cristianismo.

⁴ Relacionado ao ódio ou aversão às mulheres.

possui predisposição ao pecado, como foi Eva. A bula de Inocêncio VIII⁵ fixa claramente o propósito de dar fim à bruxaria:

Desejando [...] que a fé Católica [...] cresça e floresça por todas as partes, e que toda a depravação herética seja varrida de todas as fronteiras e de todos os recantos dos fiéis, é com enorme satisfação que proclamamos e inclusive reafirmamos os meios de métodos particulares pelos quais nosso desejo piedoso poderá surtir os efeitos almejados (KRAMER; SPRENGER, 2014, p. 43).

Nos julgamentos baseados no manual, as acusações de bruxaria feitas pelos juízes inquisidores recaíam principalmente a grupos específicos de mulheres, que eram consideradas, portanto, alvos preferidos para denúncias de crimes contra a fé. Eram elas: velhas, viúvas ou suspeitas de ações sedutoras.

As viúvas passam a ser considerada como as mais acessíveis às armadilhas do diabo pela privação material e solidão recorrente a perda de seu marido. As mulheres mais pobres também pertenciam a esse grupo. Bem como a “fragilidade” a qual as mulheres foram expostas, revelam-se nas confissões, que apresentam um mundo de misérias e fantasias não realizadas, promessas de dinheiro, jóias, pagamento de dívidas, carne. O diabo aparecia à suas vítimas quando as mesmas se encontravam fragilizadas, conforme apresentam os autores do *Malleus Maleficarum*: vítimas do abandono social, as futuras bruxas acabam por ceder as tentações por desespero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, é possível concluir que os discursos da época eram repletos de representações estereotipadas sobre a mulher, que era considerado um ser inferior.

Além disso, é possível observar no discurso inquisitorial uma conexão entre a figura feminina e a bruxaria. Após estudo e a análise do *Malleus Maleficarum* nota-se que concepções fundamentalmente misóginas do manual o ligam claramente às formulações esboçadas nas Sagradas Escrituras sobre o feminino. Exemplo disso, como se viu, era a ideia de que a mulher apresentaria um defeito primordial na sua formação desde a primeira mulher, Eva, a saber, o de ter sido formada de uma costela curva de Adão, que assentaria, desse modo, sua representação como um ser vivo possuidor de uma tendência natural desvirtuada.

⁵ Papa Inocêncio VIII (1432-1492), em 1484, proclama a Bula contra os Bruxos.

A crença nos padrões de comportamento de fé e submissão, estimulada durante séculos pela Igreja e pelas autoridades patriarcais, foi um catalisador poderoso da perseguição às bruxas. Diante disso, muito mais decisivo para os inquisidores do que a negação das mulheres suspeitas de bruxaria foi a confissão de seus crimes sob tortura, o que as levou à pena final em fogueiras por toda a Europa em nome de Deus.

A caça às bruxas, e seu contexto de demonização traz consigo todo um processo histórico, que se pode perceber o quão vivos ainda estão os resquícios de uma misoginia herdada dos campos religiosos, sociais e culturais. Certas representações difundidas sobre as mulheres da época causam profundos reflexos nos dias atuais sobre essas coletâneas de ideias como a da inferiorização da mulher e a sua subordinação ao homem.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: Edição Pastoral. São Paulo: Paulus, 1990.

CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios**. São Paulo: EDUSP, 2006.

KRAMER, H.; SPRENGER, J. **O martelo das feiticeiras**. 25. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2014.

LE GOFF, Jacques. História. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 2. ed. Campinas: Edunicamp, 2005. p. 285.

MACEDO, José Rivai. **A mulher na Idade Média**. 2. ed..São Paulo: Contexto, 1992.

NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Bruxaria e História**: As práticas Mágicas no Ocidente Cristão. São Paulo: Ática, 1991.

NOVINSKY, Anita; CARNEIRO, Maria L. T. (Orgs.). **Inquisição**: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

ATIVIDADE FÍSICA E NUTRIÇÃO ALIADAS AOS TRATAMENTOS ESTÉTICOS

Laysa Aliane Freitas Moraes

Renata Maria Neves Mendes Vieira

Valéria Geralda Monteiro Queiroz

Yasmim Alves de Medeiro

Sabrina Fonseca Ingênito Moreira Dantas

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, uma das preocupações da sociedade, principalmente do público feminino, é ter um corpo bonito e em forma (WITT; SCHNEIDER, 2011). Em função disso, foram impostos padrões desrespeitosos à diversidade cultural existente no país. Para alcançar esses padrões, muitas pessoas fazem dietas radicais, não se alimentando de forma adequada e praticam exercícios físicos excessivos sem acompanhamento de um profissional qualificado, muitos ainda acreditam que apenas os tratamentos estéticos serão suficientes para manter o corpo nos padrões desejados. Sabe-se que a prática contínua de atividade física associada à alimentação equilibrada, composta de todos os nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo, e a realização de procedimentos estéticos são importantes para melhorar a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida.

O objetivo deste estudo é realizar uma revisão bibliográfica de artigos científicos sobre a eficácia da combinação entre procedimentos estéticos, alimentação balanceada e exercícios físicos para assim entender a importância de associá-los e apresentar os procedimentos utilizados no tratamento de disfunções estéticas corporais como: estrias, adiposidade localizada, flacidez e fibro edema geloide (FEG).

2 MATERIAL E MÉTODO

Este estudo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica, pois procura explicar o problema a partir de referências teóricas publicadas anteriormente em artigos, livros, dissertações e teses e descritiva que tem por base observar, registrar, analisar e correlacionar os fatos ou fenômenos sem manipulá-los (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007), realizada

entre outubro de 2019 e novembro de 2020, pelo qual houve um levantamento em livros e artigos científicos disponíveis nas bases de dados MEDLINE, LILACS, *SciELO (Scientific Electronic Library Online)* e artigos disponibilizados *online* por meio de revistas eletrônicas.

Para as buscas foram utilizadas as seguintes combinações de palavras-chave em português e inglês: tratamento estético; *aesthetic treatment*; nutrição; *nutrition*; atividade física; *workout*. A partir das leituras dos títulos, resumos e resultados foram incluídos artigos nacionais e internacionais publicados no período de 2003 a 2019 que abordam a eficácia da combinação dos procedimentos estéticos aliados à atividade física e à alimentação saudável e excluídos todos os artigos que estiverem fora do período acima citado e não disponível na íntegra para consulta e ainda os artigos que abordaram o tema superficialmente e com temas não condizentes com a pesquisa.

3 ATIVIDADE FÍSICA ASSOCIADA À NUTRIÇÃO NA MELHORIA DA SAÚDE, BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA

Saúde é fator significativo quando se refere ao corpo, sendo que, para que esta esteja presente no cotidiano deve-se equilibrar bem-estar físico, mente e também convívio em sociedade, logo pode-se afirmar que saúde não é somente uma mera ausência de doença, mas sim um conjunto de fatores (GOETZ; CAMARGO, 2014). Há mais de 50 anos, a alimentação do brasileiro vem sofrendo alterações, sendo a globalização uma das causas desse acontecimento. Com isso a prática da atividade física foi beneficiada, sendo esta de fundamental importância na prevenção e controle de diversas enfermidades (SILVA; UYEDA, 2016).

A alimentação equilibrada, composta de todos os nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo, de acordo com as características individuais, aliada à prática esportiva é essencial para o bom desempenho do metabolismo. Na ausência de nutrientes, dificilmente o corpo consegue metabolizar o tecido adiposo, obtendo energia por meio da degradação muscular com tendência ao acúmulo de gordura, uma vez que a mesma é reserva corporal. Alguns alimentos devem ser evitados e deixados para ocasiões especiais, e outros devem ser valorizados devido ao grande benefício que trazem ao organismo, dispensando o uso de medicamentos, de dietas milagrosas ou de cirurgias plásticas para conquistar o padrão de beleza desejado (WITT; SCHNEIDER, 2011). É indispensável ressaltar a importância de

associar atividade física e hábitos alimentares saudáveis para se obter resultados eficientes nos tratamentos estéticos (SILVA, 2013).

3.1 A importância da alimentação saudável na qualidade de vida

O alimento hoje é o principal responsável pela saúde e qualidade de vida. A vida moderna vem causando um grande impacto na sociedade, a falta de tempo, por exemplo, aumenta cada dia mais o consumo de alimentos industrializados, o que favorece o aumento de indivíduos acima do peso ou com problemas de saúde por alta ou baixa ingestão alimentar e baixos em nutrientes necessários para uma vida saudável (KLEIN, 2012).

A procura de um profissional da área da nutrição é de extrema importância para ter uma dieta saudável e balanceada. Dietas da moda podem priorizar certos alimentos e privar de outros causando danos até irreversíveis para o corpo e a pele do indivíduo, se executados por um longo período (AZEVEDO; PUJOL, 2011).

A maioria das pessoas busca emagrecimento rápido e esquecem que o processo inflamatório é fundamental na prevenção de doenças e na manutenção da saúde. Esse tem por base o surgimento de várias doenças associadas a vida moderna, também incluindo disfunções estéticas como fibro edema geloide (FEG), conhecida como celulite, e até mesmo as rugas (AZEVEDO; PUJOL, 2011).

Já é comprovado que a ingestão de diversos alimentos beneficia a prevenção de doenças e a conservação da saúde de forma geral, como mencionado pelo grande filósofo grego Hipócrates: “que o alimento seja seu medicamento e o medicamento seja o seu alimento” (BASHO; BIN, 2010).

3.2 Efeitos da atividade física na saúde

Desde a década de 1950, a atividade física tem sido associada como fator de proteção a saúde. Seus benefícios vêm sendo demonstrados através de estudos que comprovam a diminuição do peso de adultos que praticam atividades aeróbicas ao longo da vida, redução de doenças crônicas ou ainda a redução do risco de morte prematura por doenças cardiovasculares. Observou-se em 2008, que o baixo índice de atividade física alcançou a margem acima de 10% em diversos países; já no Brasil o percentual de inativos na época foi de 26,1% (POLISSENI; RIBEIRO, 2014).

Todo movimento corporal promovido pelo sistema musculoesquelético, trazendo ao indivíduo gasto de energia é considerado uma atividade física, podem ser realizadas ao ar livre, como forma de lazer onde aproveitam o tempo livre para praticar caminhadas, esportes diversos e até mesmo as atividades domésticas (POLISSENI; RIBEIRO, 2014).

Nos idosos, a redução dos níveis de atividade física colabora para o aparecimento de diversas doenças, tendo como consequência a perda da capacidade funcional como a força, agilidade e coordenação que são consideradas essenciais na realização das atividades diárias. O declínio da inatividade física é considerado um dos responsáveis pela redução seletiva da massa muscular no envelhecimento (MANTOVANI, 2007).

A atividade física melhora a circulação sanguínea, estresse, concentração, qualidade do sono e ajuda o indivíduo a perder peso. Uma das abordagens estéticas é a massagem que reduz a fadiga, equilibra o indivíduo emocionalmente, melhora autoestima, a textura da pele e promove relaxamento que, quando combinado aos exercícios físicos obtêm-se melhores resultados (SANTORO; ALMA, 2013).

A flacidez vem sendo uma disfunção estética bastante frequente por causa da falta de exercícios físicos, o que causa a diminuição da tonicidade do músculo. Existem dois tipos de flacidez: a flacidez muscular e a tissular. É normal encontrar a associação dos dois, apresentando um aspecto ainda pior na região do corpo que se encontra o problema. A falta de exercícios físicos é a principal causa da flacidez. Se os mesmos não forem associados, as fibras musculares ficam hipotrofiadas e flácidas (MENDONÇA; RODRIGUES, 2011).

3.3 Procedimentos estéticos no tratamento de disfunções estéticas corporais associados à atividade física e alimentação equilibrada

3.3.1 Intradermoterapia

A intradermoterapia ou mesoterapia consiste na aplicação de medicamentos através de injeção na pele ou subcutâneo, o produto é escolhido pelo profissional esteta de acordo com o objetivo do tratamento, esta técnica é realizada para introduzir baixas concentrações de determinados medicamentos no local de ação, aumentando o resultado desejado. A técnica é indicada para tratamentos de celulite, gordura localizada, estrias, flacidez e revitalização da pele da face, em homens e mulheres. Este é o tratamento mais recomendado pelos profissionais habilitados para a perda de gorduras localizadas (GEREMIA; FONTANIVE; MASCARENHAS, 2017).

A aplicação é feita utilizando agulhas finas e curtas, que introduzem pequenas quantidades de substâncias medicamentosas no tecido subcutâneo e dérmico. No tecido subcutâneo atua com a finalidade de tratar FEG e gordura localizada e na camada dérmica, trata flacidez e estrias. As micro injeções perfuram a pele em uma profundidade de 0,5 milímetros a 4 milímetros levando a solução chamada de mescla, que consiste em um conjunto de aminoácidos, vitaminas, anestésicos, medicações lipolíticas, substâncias eutróficas, substratos nutrientes e extrato de enzimas e plantas. Os medicamentos introduzidos aumentam a permeabilidade celular e promovem a vasodilatação, que favorece a chegada do material no local de ação desejado; sendo estes, todos, autorizados para uso estético de acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) (SOUZA, 2012).

Os resultados começam a aparecer após pelo menos 5 (cinco) sessões, e isso é totalmente dependente das substâncias utilizadas, que deve ser devidamente selecionada pelo profissional especializado para cada caso e paciente. As sessões duram em média 15 (quinze) minutos e devem ser realizadas uma vez por semana para tratamentos de celulite, estrias e gordura localizada e até duas vezes por semana para revitalização facial e flacidez, com avaliação a cada 5 (cinco) sessões (SEVERO; VIEIRA, 2018).

A intradermoterapia realizada de acordo com todos os parâmetros inerentes ao profissional especialista traz resultados satisfatórios e com baixos efeitos colaterais por ter ação local dos ativos utilizados, resguardando assim a circulação sistêmica. É uma ótima opção para o verão, pois é um tratamento que apresenta efeito rápido e promove a perda de 3 (três) a 10 (dez) centímetros de gordura a cada sessão, ajuda a eliminar a flacidez, as estrias e as celulites, promove melhora da hidratação da pele e suavização das rugas em poucas sessões, sem trazer riscos à saúde (SOUZA, 2012).

A gordura localizada é considerada uma das principais queixas de muito pacientes. Estudos relatam que a prática da ginástica localizada e exercícios que objetivam a redução dos depósitos de gordura, estimula a retirada de gordura de todas as partes do corpo e não somente das regiões mais próximas à musculatura ativa, que realiza a atividade. Assim algumas partes do corpo não reduzem exclusivamente por completo o depósito de gordura, que passa a ser eliminado somente com a soma de exercícios físicos e procedimentos estéticos associados a uma dieta equilibrada (BOTEZELLI; LEME; MELLO, 2009).

A inclusão das hortaliças nos hábitos alimentares de indivíduos obesos favorece a contribuição de fibras, que desempenha papel importante na dieta para redução de peso. Além disso, a restrição moderada do consumo energético juntamente com a realização de exercícios

específicos são necessárias para a perda de gordura (MONTEIRO; RIETHER; BURINI, 2004).

3.3.2 Endermoterapia

A endermoterapia promove a massagem corporal e é realizada através de uma sucção sobre a pele utilizando-se ventosas, este é formada por uma bomba a vácuo que aspira o ar no tubo e na ventosa. Os feitos fisiológicos que ocorrem na endermoterapia são: vasodilatação, melhora de oxigenação e nutrição tecidual, melhora do sistema linfático, auxilia na eliminação de toxinas e é indicado para edemas, melhora o tônus tissular, pré e pós-operatórios, flacidez tissular e fibro edema geloide (ALMEIDA; KILIAN; MOREIRA, 2015).

Para o tratamento do FEG, a técnica de endermoterapia pode ser eficiente, sendo indicada de forma isolada ou combinada a outras técnicas, como por exemplo, a drenagem linfática. No decorrer do procedimento, é importante a colaboração da cliente com dieta balanceada, a ingestão de água e a prática de atividade física (PEREIRA *et al.*, 2015).

Volpi *et al.* (2010) realizaram um estudo com uma paciente não praticante de atividade física e concluíram que a vacuoterapia se apresentou como uma técnica de tratamento eficiente, obtendo resultado satisfatório, mesmo usado de forma isolada, mas não descartou que a associação de exercício físicos e dieta equilibrada proporcionam uma melhora sistêmica tecidual e vascular e por consequência a diminuição do grau do FEG. Já em outro estudo com uma amostra de 80 mulheres, sendo 40 sedentárias e 40 praticantes de atividade física, foi observado diferença significantes entre as que praticavam exercícios físicos, pois acredita-se que a atividade física associada minimiza os efeito do FEG (FALCÃO *et al.* 2008 *apud* VOLPI *et al.*, 2010).

A dieta equilibrada é essencial para a utilização dos nutrientes durante o exercício, pois a energia necessária para a atividade física provém dos alimentos. A ingestão elevada da quantidade de proteínas e carboidratos da dieta é rapidamente convertida a ácidos graxos e armazenados como triacilgliceróis, que são por sua vez, armazenados nas células adiposas, ocupando a maior parte do seu volume celular, durante o exercício físico, a gordura (triacilgliceróis) libera ácidos graxos e glicerol na circulação, ocorrendo a lipólise durante a atividade física (MARANGON; WELKER, 2008).

3.3.3 Drenagem Linfática

Desenvolvida por Vodder em 1936, a drenagem linfática manual (DML) consiste em um tratamento especializado, executado do sentido distal para o proximal com o toque leve e movimento lento, essa técnica resume-se em drenar o excesso de líquido através de filtração e reabsorção da linfa por meio de capilares linfáticos e linfonodos. Com o objetivo de melhorar o fluxo linfático, eliminar resíduos metabólicos, reduzir edema, auxiliar na regularização do sistema imunológico (BRANDÃO *et al.*, 2010).

A drenagem linfática manual é considerada uma terapia adequada para o tratamento da alteração metabólica no tecido subcutâneo, causando irregularidade na arquitetura da pele por meio de edema provocado pelo acúmulo de líquido intersticial. Proporcionando uma melhora da autoestima e do aspecto clínico visual da pele, o estudo mostrou ser uma terapia coadjuvante no tratamento de fibro edema geloide (BRANDÃO *et al.*, 2010).

É um dos tratamentos mais indicados para gestantes, pois melhora a oxigenação das células musculares e diminui os edemas que aparecem geralmente no primeiro e no último trimestre de gravidez. A DLM associada à atividade física de baixo risco tais como; sessões de alongamento, caminhada leve, ioga, natação e hidroginástica, trazem melhores resultados de conforto e tranquilidade proporcionados tanto para mãe quanto para o bebê no período de gestação (FONSECA *et al.*, 2009).

Em um trabalho realizado com uma amostra de 15 mulheres que apresentavam grau II de FEG e sedentárias, após 20 (vinte) sessões de DLM obtiveram resultados satisfatórios, comprovando a eficácia do procedimento, porém os autores sugerem que praticar atividade física regularmente e adotar uma dieta saudável auxilia na eficácia do tratamento (LIMA *et al.*, 2006).

3.3.4 Massagem Modeladora

Atualmente, a massagem modeladora vem se tornando um dos procedimentos estéticos mais utilizados com sentido convergente. Esse tipo de massagem clássica da estética usa manobras frequentes de aproximadamente 5 segundos para cada movimento, ritmo constante com pressão e intensidade moderada. A ação não é cumulativa, mais se prolonga por 48 horas após a aplicação (MACHADO *et al.*, 2017).

A massagem modeladora colabora no processo de emagrecimento, diminui a ansiedade e o estresse, uma vez que melhora a aparência da pele e contorno corporal. Quando

executada concomitantemente com ativos cosmeceuticos e aplicando corretamente as manobras inerentes à massagem modeladora, consegue-se obter resultados satisfatórios no tratamento da lipodistrofia localizada (MACHADO *et al.*, 2017).

Seus resultados são alcançados por meio da melhora da microcirculação e do retorno venoso com aumento da captação de oxigênio auxiliando na normalização do metabolismo e promovendo regeneração celular. Todos os ganhos a nível biomoleculares são potencializados quando associados a uma dieta balanceada e prática de atividade física pelo menos três vezes por semana (MACHADO *et al.*, 2017).

Segundo França *et al.* (2016), um estudo realizado por Kall e Wright, com pacientes obesos revelou que a massagem não tem efeito sobre a obesidade generalizada ou sobre os depósitos de gorduras, sendo ineficaz para a redução de peso. Porém, constatou-se por meio dos artigos pesquisados, que as técnicas de massagem atuam na redução de medidas e melhoram os aspectos do fibro edema geloide. Entretanto, para reduzir as reservas de gorduras do organismo, é indispensável a combinação da alimentação moderada com a rotina de exercícios físicos.

3.3.5 Termoterapia

A termoterapia é uma técnica que consiste na utilização do calor como forma de tratamento. Seus principais efeitos são: a vasodilatação, melhora do metabolismo e circulação local, analgesia, relaxamento muscular, redução da rigidez articular, aumento da extensibilidade do tecido colágeno e alívio do espasmo muscular (FELICE; SANTANA, 2009).

A radiofrequência (RF) é considerada como um procedimento de termoterapia, pois emite ondas eletromagnéticas que se convertem em energia térmica. O uso da RF, no tratamento da gordura localizada, permite que a elevação da microcirculação sanguínea, a atividade enzimática, metabólica e térmica, aumenta a quebra da gordura, além de elevar o consumo de energia em nível celular (ATP). Com o aquecimento é observado a hiperemia da pele como resultado da vasodilatação e aumento do fluxo de sangue, que como efeito aumenta a circulação periférica e assim melhora a oxigenação do tecido por meio da corrente sanguínea (LOFEU, 2015).

Para potencializar o resultado do procedimento é necessário manter uma dieta saudável e praticar atividade física, sendo importante evitar a obesidade e o emagrecimento excessivo em curto espaço de tempo (DUARTE; MEJIA, 2012). A RF é um método utilizado

praticamente em todas as clínicas de estéticas do país devido sua eficácia, sendo indicada principalmente no tratamento de flacidez, rugas e celulites e pode ser utilizada tanto corporal quanto facial. Também muito indicado para tratar fibroses e aderências cicatriciais (DUARTE; MEJIA, 2012).

O calor emitido pela RF por sua vez faz um aquecimento das camadas mais internas da pele, mas consegue ao mesmo tempo manter a superfície resfriada e protegida. O calor gerado promove a desnaturação e a contração das fibras de colágenos causando a retração do tecido, conseqüentemente ocorre a contração imediata das fibras colágenas, estimulando a formação de novas fibras. O aquecimento também provoca a ativação dos fibroblastos subsequentemente remodelando o tecido (TAGIOTATTO, 2015).

Estudo realizado por Silva, Costa e Caron (2017), em uma amostra de 5 mulheres sedentárias constatou-se que a aplicação da RF na adiposidade abdominal resultou em diminuição das medidas dos perímetros avaliados, mostrando um efeito positivo, quando utilizado de forma isolada, porém as autoras também relatam a necessidade mais estudos, pois a associação de dieta alimentar e atividade física reduzem as camadas de gorduras. Cavaleri *et al.* (2016) também afirmam que a alimentação equilibrada e a prática de atividade física regular têm grande impacto no resultado dos tratamentos.

3.3.6 Eletroestimulação

A estimulação elétrica neuromuscular é a aplicação de corrente elétrica para eliciar uma contração muscular. Tem sido, ao lado da cinesioterapia, um dos recursos mais amplamente utilizados na clínica fisioterapêutica para se produzir fortalecimento e hipertrofia muscular (EVANGELISTA *et al.*, 2003).

Durante uma contração muscular voluntária, as unidades motoras são recrutadas de uma maneira dessincronizada, isto é, unidades motoras não são todas ativadas no mesmo instante no tempo, sendo assim, a estimulação elétrica neuromuscular demonstra ser mais eficaz aos pacientes do que apenas exercícios, residem na diferença nos padrões de recrutamento e de acionamento (disparo) entre a eletroestimulação e as contrações musculares voluntárias (EVANGELISTA *et al.*, 2003). De acordo com estudos, é um recurso utilizado para o tratamento de flacidez muscular (LIMA; RODRIGUES, 2012).

Evangelista *et al.* (2003) realizaram um estudo com 15 voluntários, para fortalecimento muscular através da corrente russa, e foram divididos em 3 grupos, onde 5 participantes participavam apenas da eletroestimulação, 5 participavam apenas de exercícios

físicos controlados e 5 participavam da eletroestimulação e dos exercícios físicos controlados. Foi observado que o grupo que participava apenas da eletroestimulação teve um resultado mais eficaz em relação ao grupo que só participou da atividade física e o grupo que participou da eletroestimulação e atividade física verificou maior resultado entre os grupos, ressaltando a importância da associação.

3.3.7 Carboxiterapia

A carboxiterapia é uma técnica que utiliza da aplicação do gás carbônico nas vias subcutâneas com o objetivo de melhorar oxigenação dos tecidos e circulação (MACHADO, 2014). O uso do dióxido de carbono na medicina é antigo, em 1932 foi utilizado na França em portadores de arteriopatas periféricas, 2 anos depois o cardiologista Jean Baptiste Romuef publicou resultados de uma experiência subcutânea, ela qual ficou esquecida durante quatro décadas, sendo recente o uso de CO₂ (gás carbônico) em procedimentos estéticos (FERREIRA *et al.*, 2012).

Segundo Scorza e Borges (2008), outros importantes trabalhos usando a carboxiterapia foram publicados atuando sempre em patologias vasculares, principalmente em cirurgias de videolaparoscopias e histeroscopias e ainda como contrastes em arteriografias e ventriculopatias.

O fibro edema geloide (FEG) é uma desordem metabólica que provoca alterações no corpo. É uma afecção do tecido subcutâneo causada por infiltração edematosa, não inflamatória (CORRÊA *et al.*, 2008), ou seja, a celulite nada mais é do que um depósito de gordura sob a pele. Existem ainda estudos recentes que comprovam a eficácia do CO₂ na redução de depósitos de gordura localizada. Costa *et al.* (2011) realizaram um estudo em que foi observado que a aplicação padronizada de CO₂ em mulheres saudáveis, no tecido subcutâneo da parede abdominal anterior reduziu significativamente o número e o tamanho dos adipócitos presentes no local.

Foi comprovada a eficácia da carboxiterapia na elasticidade cutânea, gordura localizada e as arteriopatas, devido ao efeito vaso motor que ativa a circulação local, perfusão dos tecidos e reorganização das fibras elásticas e colágenas (PACHECO, 2011).

A carboxiterapia é um procedimento estético com grande eficácia, atuando com diversos fins, entre eles: flacidez da pele, FEG (Fibro Edema Geloide), gordura localizada, cicatrizes atróficas, pré e pós operatórios de cirurgias plásticas (MACHADO, 2014).

Brandi *et al.* (2004) realizaram um estudo com o objetivo que constatar a eficácia da carboxiterapia, para esta pesquisa foi o procedimento em 48 mulheres com idade de 24 a 51 anos de idade que apresentavam gordura localizada em coxa, joelho e ou abdômen. As mulheres foram divididas em três grupos: Grupo A (realizaram somente lipoaspiração), Grupo B (realizou lipoaspiração e carboxiterapia) e Grupo C (somente carboxiterapia). Os resultados apontaram uma redução na circunferência das partes submetidas à injeção subcutânea do gás carbônico, havendo melhora na elasticidade da pele e melhora da microcirculação, evidenciando a eficácia da carboxiterapia.

No estudo de Corrêa *et al.* (2008), com mulheres que apresentavam variados graus de FEG, a carboxiterapia utilizada de forma isolada, evidenciou resultados positivos na região glútea. Outros autores afirmam que em paralelo com o tratamento, é recomendado realizar atividade física de no mínimo 3 (três) vezes por semana, manter dieta equilibrada e limitada à alimentos com baixa quantidade calórica e beber muita água para auxiliar na eliminação do gás, tudo isso com o objetivo de melhorar o resultado (CARVALHO; MEIJA, 2014).

4 CONCLUSÃO

De acordo com este estudo concluímos que uma alimentação equilibrada composta de todos os nutrientes necessários para o funcionamento do organismo é essencial para o bom desempenho do metabolismo, pois o consumo de alimentos industrializados, além de ser prejudicial à saúde, favorece o surgimento de disfunções estéticas como aumento de peso, fibro edema geloide e estrias.

A prática de atividade física tem sido associada como fator de proteção à saúde. Pois melhora a circulação sanguínea, estresse, concentração, qualidade do sono, redução de peso e é indicada para melhorar a flacidez, uma disfunção estética muito frequente.

Na literatura, foi evidenciado que vários procedimentos estéticos possuem efeitos positivos quando utilizados de forma isolada, porém, de acordo com os estudos, os pacientes/clientes que associaram a atividade física e controle alimentar obtiveram melhores resultados principalmente quando associados a procedimentos estéticos. Devido aos poucos estudos descritos na literatura concluímos que são necessárias novas pesquisas para melhor esclarecimento desta associação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Taila; KILIAN, Tatiane; MOREIRA, Juliana. Comparação entre a endermoterapia e o ultrassom no tratamento do fibro edema geloide. **Revista Científica da FHO Uniararas**, Araras, v. 3, n. 1, p. 74-83, 2015.
- AZEVEDO, A. L. G.; PUJOL, A. P. Inflamação crônica e distúrbios estéticos. *In*: PUJOL, A. P. P. **Nutrição aplicada à estética**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. p. 21-34.
- BASHO, Sirley Massako; BIN Márcia Crestani. **Propriedades dos alimentos funcionais e seu papel na prevenção e controle da hipertensão e diabetes**. 2010.
- BOTEZELLI, José Diego; LEME, José Alexandre Curiacos de Almeida; MELLO, Maria Alice Rostom. Uso da fosfatidilcolina no tratamento de depósitos localizados de gordura. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**. Araras, SP, v. 8. n. 1. p. 35-37. jan./mar. 2009.
- BRANDÃO, Daniele Silva Martins *et al.* Avaliação da técnica de drenagem linfática manual no tratamento do fibro edema geloide em mulheres. **ConScientiae Saúde**, Petrolina, v. 9, n. 4, p. 618-624, dez. 2010.
- BRANDI, Carlo D’Aniello *et al.* **Carbon Dioxide Therapy: effects on skin irregularity and its use as a complement to liposuction**. *Aesth Plast Sug*, 2004.
- CARVALHO, A.; MEJIA, D. **Efeito da Carboxiterapia no Tratamento do Fibroedema Geloide**. 2014. p. 1-12.
- CAVALERI, Tainah *et al.* Benefícios da radiofrequência na estética. **Revista Gestão em Foco**, p. 211-239, 2016.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CORRÊA, Michele Santos *et al.* Análise da eficácia da carboxiterapia na redução do fibro edema geloide: estudo piloto. **Fisioterapia Ser**, v. 3, n. 2, p. 79-82, maio 2008.
- COSTA, Célia Sampaio *et al.* Avaliação citométrica dos adipócitos localizados no tecido subcutâneo da parede anterior do abdome após infiltração percutânea de CO₂. **Rev. Col. Bras. Cir.**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, p. 15-23, fev. 2011.
- DUARTE, Andresa; MEJIA, Dayana. **Utilização da Radiofrequência como técnica de tratamento da flacidez corporal**. 2012.
- EVANGELISTA, Alexander Roberto *et al.* Estudo comparativo do uso da eletroestimulação na mulher associada com atividade física visando a melhora da performance muscular e redução do perímetro abdominal. **Fisioterapia Brasil**, v. 4, n. 1, p. 50-60, jan./fev. 2003.

- FELICE, Thais; SANTANA, Lidianni. Recursos Fisioterapêuticos (Crioterapia e Termoterapia) na espasticidade: revisão de literatura. **Revista Neurocienc.**, Dourados, v. 17, n. 1, p. 57-62, fev. 2009.
- FERREIRA, Lydia Masako *et al.* Carboxiterapia: buscando evidência para aplicação em cirurgia plástica e dermatologia. **Rev. Bras. Cir. Plást.**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 350-351, set. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-51752012000300002>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-51752012000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Jan. 2020.
- FONSECA, Floripes Machado *et al.* Estudo comparativo entre a drenagem linfática manual e atividade física em mulheres do terceiro trimestre de gestação. **Fisioterapia Ser**, Fortaleza, v. 4, n. 4, p. 225-233, mar. 2009.
- FRANÇA, Ilka Cavalcante *et al.* Eficácia da técnica de massagem modeladora para redução de adiposidades e do fibro edema gelóide. **Atas de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 23-30, abr./jun., 2016.
- GEREMIA, Karen; FONTANIVE, Tiago; MASCARENHAS Marcello. **O efeito do desoxicolato de sódio no tratamento da gordura localizada**: estudo de revisão, Santo Ângelo, v. 19, n. 38, 2017.
- GOETZ, Everley Rosane; CAMARGO, Brigido Vizeu. **Escala de Atitudes em Saúde e Estética**: Construção e validação, Santa Catarina, v. 26, n. 1, p. 199-222, 2014.
- KLEIN, Priscilla. **Nutrição na prevenção e no tratamento de celulite**. 2012.
- LIMA, Evelyne Patricia; RODRIGUES, Geruza. **A estimulação russa no fortalecimento da musculatura abdominal**. Fisioterapia Dermatofuncional da Faculdade Christus. Fortaleza, 2012.
- LIMA, Walquiria Fátima *et al.* **A eficácia da Drenagem Linfática Manual para o Tratamento do Fibro Edema Gelóide (celulite)**. São José dos Campos, 2006. p. 510-513.
- LOFEU, Gabriele. Atuação da Radiofrequência na gordura localizada no abdômen: revisão de literatura. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três corações, v. 13, n. 1, p. 571-581, jul. 2015.
- MACHADO, Aiana Tátima Oliveira Mota *et al.* Benefícios da Massagem Modeladora na Lipodistrofia Localizada. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 35, p. 542-553, maio. 2017.
- MACHADO, Rafaela Martins. Emprego da carboxiterapia no manejo do fibro edema gelóide, cicatrizes atróficas e flacidez de pele. **Journal of Applied Pharmaceutical Sciences**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 29-35, 2014.
- MANTOVANI, Efigênia Passarelli. O Importante Papel da Mídia na Adesão à Prática de Atividade Física no Envelhecimento. In: VILARTA, R. *et al.* **Qualidade de Vida e Novas Tecnologias**. Campinas: Ipês editorial, 2007. p.199-206.

MARANGON, Antonio Felipe Correa; WELKER, Alexis Fonseca. Otimizando a perda de gordura corporal durante os exercícios. **Universitas Ciências da Saúde**, v. 1, n. 2, p. 363-376, 2008.

MENDONÇA, Rosimeri da Silva Castanho; RODRIGUES, Geruza Baima de Oliveira. As principais alterações dermatológicas em pacientes obesos. **ABCD, arq. bras. cir. dig.**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 68-73, mar. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-67202011000100015>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-67202011000100015&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2019.

MONTEIRO, Rita de Cássia de Assunção; RIETHER, Priscila Trapp Abbes; BURINI, Roberto Carlos. Efeito de um programa misto de intervenção nutricional e exercício físico sobre a composição corporal e os hábitos alimentares de mulheres obesas em climatério. **Revista Nutrição**, v. 17, n. 4, p. 479-489, 2004.

PACHECO, Tuane Fernandes. **Efeitos da carboxiterapia sobre a fibro edema geloide na região posterior de coxa**. Criciúma, jun. 2011.

PEREIRA, Ana Paula *et al.* Drenagem linfática manual e endermologia no tratamento do fibro edema geloide. **Fisioterapia Ser**, Sorocaba, v. 10, n. 2, p. 99-102, mar. 2015.

POLISSENI, M. L. C.; RIBEIRO, L. C. Exercício físico como fator de proteção para a saúde em servidores públicos. **Revista Brasileira Medicina do esporte**, v. 20, n. 5, Juiz de fora, MG, 2014.

SANTORO, Vera; ALMA, Janete. Tratamentos estéticos e exercício separadamente e de forma combinada em mulheres com sobrepeso e obesidade grau 1. **Revista Brasileira de estética**, Água Branca, v. 1, n. 1, p. 12-16, set./out. 2013.

SCORZA, Flávia Acedo; BORGES, Fábio dos Santos. Carboxiterapia: uma revisão. **Revista Fisioterapia Ser**, São Paulo, ano 3, n. 4, out./nov./dez. 2008.

SEVERO, Vanessa Fuhr; VIERA, Emanuelle Kerber. Intradermoterapia no tratamento de gordura localizada. **Revista Saúde Integrada**, v. 11, n. 21, p. 27-39, 2018.

SILVA, Marcelo Fernandes. **Carboxiterapia no tratamento da hidrolipodistrofia ginóide**. Ariquemes-RO, 2013.

SILVA, Ana Claudia; UYEDA, Mari. **Hábitos alimentares e a prática de atividade física em relação com DCNT nos universitários da área de estética: um estudo qualitativo**. v. 8, 1, mar. 2016.

SILVA, Gabrielli Aparecida; COSTA, Larissa Lacerda; CARON, Cíntia Vieira. **Aplicação da radiofrequência na adiposidade localizada no abdômen**. Santa Catarina, 2017.

SOUZA, Polliana Mendonça. **A atuação do Biomédico em procedimentos estéticos não invasivos e invasivos não-cirúrgicos**. Brasília, 2012.

TAGIOTATTO, Sandra. **Radiofrequência**: método não invasivo para tratamento da flacidez cutânea e contorno corporal. São Paulo, v. 65, p. 11-16, ago. 2015.

TOSCAN, Nicole Fogaça; ZANOL, Franciele Maria. Avaliação comparativa da técnica de lipocavitação focalizada no tratamento de lipodistrofia localizada. **Fisioterapia Brasil**, Serra Gaúcha, 2017.

VOLPI, Adriana Aparecida Apolari; VASQUEZ, Alexia Cristina Bretanha; DELOROSO, Frederico Tadeu; GIUSTI, Helena Hanna Khalil. Análise da eficácia da vacuoterapia no tratamento do fibro edema geloide por meio da termografia e da biofotogrametria. **Fisioterapia Brasil**. v. 11, n. 1, p. 70-77, jan./fev., 2010.

WITT, Juliana da Silveira Gonçalves Zanini; SCHNEIDER, Aline Petter. Nutrição Estética: valorização do corpo e da beleza através do cuidado nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 9, p. 3909-3916, set. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001000027>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232011001000027&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2019.

ANGÚSTIA: crítica e autocrítica do personagem-escritor

Michele Giacomet¹

Este estudo analisa o romance *Angústia*, de Graciliano Ramos, sob a perspectiva do personagem-escritor Luís da Silva e da possível escritura de um romance em seu interior. Acreditamos ter sido a utilização do referido procedimento – o romance no romance –, presente na obra em análise, o que desencadeou novas articulações no espaço textual e, entre elas, a exposição do processo construtivo da obra.

Angústia é o terceiro romance de Graciliano Ramos e foi publicado em 1936. Esta obra contém um personagem-escritor que apresenta um narrador protagonista, que é também um personagem-escritor e que narra na primeira pessoa do discurso. Trata-se, pois, na terminologia de Genette, de um narrador autodiegético.

O personagem-escritor, em *Angústia*, é Luís da Silva, um funcionário público, com veia literária, que se apaixona por Marina, sua vizinha, e fica noivo dela. Porém, outro pretendente de Marina, Julião Tavares, rouba a atenção da moça, engravida-a e a abandona. Luís da Silva, corroído pelo ciúme, planeja a morte do opositor, o mata, e espera pela punição, em meio a um intenso movimento interno: devaneios, pânico, obsessão e delírio, expressos por vários recursos, entre eles, o monólogo interior. Nesse momento – a partir do planejamento do assassinato de Julião Tavares –, surge-lhe a ideia de escrever um livro.

O personagem-escritor trabalha como escriturário em uma repartição pública e ainda escreve para um semanário, além de vender seus poemas e de criticar e corrigir obras de outros autores. Esta última função de Luis da Silva o diferencia dos demais personagens-escritores de Graciliano Ramos. Escritor profissional, o personagem de *Angústia* faz da venda de seus escritos uma fonte de renda. Embora tenha algumas semelhanças com o personagem-escritor de *Caetés*, de Graciliano Ramos, João Valério, – como o trabalho exercido em um semanário e a escrita de artigos sob encomenda –, este último é apenas um colaborador do semanário, enquanto Luís da Silva exerce sua função de jornalista como funcionário. Como ele próprio afirma²:

¹ Doutora em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (2010). Atualmente, é professora no Centro Universitário Alfredo Nasser; assessora da Pró-Reitoria de Relações Institucionais; e, editora-chefe da Editora Alfredo Nasser. E-mail: michele@unifan.edu.br.

² No presente estudo será utilizada a seguinte edição do romance: RAMOS, Graciliano. **Angústia**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994. Para evitar remissões às notas, os números das páginas das citações serão colocados entre parênteses, logo após as mesmas.

Trabalho num jornal. À noite dou um salto por lá, escrevo umas linhas. Os chefes políticos do interior brigam demais. Procuram-me, explicam os acontecimentos locais, e faço diatribes medonhas que, assinadas por eles, vão para a matéria paga. Ganho pela redação e ganho uns tantos por cento pela publicação (RAMOS, 1994, p. 45).

Luís da Silva é também o único personagem-escritor, dos romances de Graciliano, que exerce a função de revisor e de crítico literário. Na verdade, não temos noção do teor das críticas por ele feitas, embora alguns de seus comentários nos levem a pensar que sejam resenhas críticas: “[...] recebo de casas editoras de segunda ordem traduções feitas à pressa, livros idiotas, desses que Marina aprecia. Passo uma vista nisso, alinhavo notas ligeiras e vendo os volumes no sebo” (p. 45).

Seus comentários sobre essas críticas restringem-se ao mero juízo de valor. Ele apenas diz se o texto por ele apreciado é bom ou ruim, mas, na maioria das vezes, suas críticas são depreciativas, como se pode ver na seguinte afirmação: “– Ora, muito bem. Isto é tão ruim que eu, com trabalho, poderia fazer coisa igual” (p. 32). Além de depreciativas, as suas críticas são inconsequentes, já que ele tece comentários negativos sobre autores que ele nem mesmo conhece:

Alguns rapazes vêm consultar-me:
 – Fulano é bom escritor, Luís?
 Quando não conheço Fulano, respondo sempre:
 – É uma besta e os rapazes acreditam (p. 45-46).

Luís da Silva apresenta uma natureza contraditória. Há contrassensos com relação a sua atividade enquanto leitor/crítico/escritor. Verificamos alguns paradoxos referentes a estas atividades: o personagem-escritor considera seu trabalho sem qualidade e, mesmo assim, quer publicá-los; como pode um escritor não gostar de ler e considerar esta ocupação cacete?; critica os escritores que se vendem (seus livros) e se vende também. Podemos afirmar que estas contradições o definem, pois ele as reafirma por toda a narrativa. Aliás, em outros exemplos, veremos este espírito contraditório do personagem-escritor.

Esforçava-me por me dedicar às minhas ocupações cacetes: escrever elogios ao governo, ler romances e arranjar uma opinião sobre eles. Não há maçada pior. A princípio a gente lê por gosto. Mas quando aquilo se torna uma obrigação e é preciso o sujeito dizer se a coisa é boa ou não é e porque, não há livro que não seja um estrupício (p. 88; grifos nossos).

No exemplo acima, podemos confirmar este espírito contraditório do personagem-escritor. Para Luís da Silva, sua profissão exige “esforços”, não é uma atividade prazerosa,

chega a considerar suas ocupações “cacetes”. Para ele, a leitura de romances, algo inerente à profissão de escritor, é uma “maçada” e este lê por “obrigação”, não por gosto, e a atividade de crítico, deste modo, é considerada um “estrupício”.

Outro alvo de suas críticas são personagens que o cercam, no romance, e que também se arriscam a escrever artigos e poemas, como por exemplo, Julião Tavares, seu antagonista; os amigos Moisés e Pimentel; e, o Dr. Gouveia. Sobre este último, ele tece o seguinte comentário:

Dr. Gouveia é um monstro. Compôs no quinto ano, duas colunas que publicou por dinheiro na secção livre de um jornal ordinário. Meteu esse trabalhinho num caixilho dourado e pregou-o na parede, por cima do *bureau*. Está cheio de erros e pastéis. Mas dr. Gouveia não os sente. O espírito dele não tem ambições. Dr. Gouveia só se ocupa com o temporal: a renda das propriedades e o cobre que o tesouro lhe pinga (p. 8).

O narrador, além de criticar o que outros escrevem, exerce também a autocrítica, no que se refere a sua produção como escritor. No entanto, ele não deixa claro o quê e nem tampouco porque seus poemas, seus artigos e seus outros escritos não são bons. Ele apenas afirma a péssima qualidade deles, chegando quase a ser obsessivo em reconhecer isso. Aponto nesta atitude o espírito contraditório do personagem-escritor: se o que ele escreve é tão ruim assim, e ele demonstra ter consciência deste fato, como pode ter intenção de publicar o que escreve? O exemplo que se segue evidencia a atitude crítica que o personagem-escritor tem para com os seus escritos.

Habituei-me a escrever como já disse. Nunca estudei, sou um ignorante, e julgo que os meus escritos não prestam. Mas adquiri cedo o vício de ler romances e posso, com facilidade, arranjar um artigo, talvez um conto. Compus, no tempo da métrica e da rima, um livro de versos. Eram duzentos sonetos, aproximadamente. Não me foi possível publicá-los, e com a idade compreendi que não valiam nada. [...] Um dia, na pensão de d. Aurora, o meu vizinho Macedo começou a elogiar um desses sonetos, que por sinal era dos piores, e acabou oferecendo-me por ele cinquenta mil-réis. (p. 45; grifos nossos)

Ao mesmo tempo em que Luís da Silva tem uma consciência negativa daquilo que escreve, deixa clara a sua facilidade para escrever: “[...] e posso com facilidade, arranjar um artigo, talvez um conto”. Deixa clara ainda a sua intenção de publicar seus escritos, tal como os personagens-escritores de *São Bernardo* e *Caetés*, embora reconheça que seus “sonetos não valiam nada”. Apesar disto, vende rotineiramente seus produtos (poemas e artigos sob encomenda), evidenciando, assim, mais um aspecto de sua natureza contraditória. Aliás, em

vários momentos da narrativa, ele afirma seu ofício de escritor de encomenda e faz diferentes considerações sobre este fato:

Que miséria! Escrevendo constantemente, o espinhaço doído, as ventas em cima do papel, lá se foram toda força e todo ânimo. De que me servia aquela verbiagem? “– Escreva assim, seu Luís”. Seu Luís obedecia. “– Escreva assado, seu Luís”. Seu Luís arrumava no papel as ideias e os interesses dos outros. Que miséria! (p. 142).

Outro exemplo em que o personagem-escritor deixa clara a sua condição de escritor de aluguel é a seguinte passagem: “As vezes eu estava espremendo o miolo para obter uma coluna de amabilidades ou descomposturas. É o que sei fazer, alinhar adjetivos, doces ou amargos, em conformidade com a encomenda” (p. 46).

Não raro, o narrador nos informa sobre o numerário adquirido com a venda de seus escritos – o que o ajudava a suprir suas necessidades –, bem como sobre o tipo de clientela que recorria a seus serviços: “Moisés e Pimentel apareciam-me às vezes, e alguns rapazes acanhados vinham pedir-me em segredo artigos e composições poéticas, que eu vendia a dez, a quinze mil-réis. Isto chegava para o aluguel da casa – e Dr. Gouveia não me importunava” (p. 32).

Luís da Silva, ao passar diante de uma livraria – ambiente que outrora lhe fora agradável –, tem uma reação negativa ao ver os livros na vitrine e associa esta exposição à prostituição:

Passo diante de uma livraria, olho com desgosto as vitrinas, tenho a impressão de que se acham ali pessoas exibindo títulos de preços nos rostos, vendendo-se. É uma espécie de prostituição. Um sujeito chega, atenta, encolhendo os ombros e estirando o beíço, naqueles desconhecidos que se amontoam por detrás do vidro. Outro larga uma opinião à toa. Basbaques escutam, saem. E os autores, resignados, mostram as letras e os algarismos, oferecendo-se como as mulheres da Rua da Lama (p. 07).

Se a impressão que ele tem é esta, por que gostaria de ter seu nome ali também exposto na capa de seus escritos? Caso isto acontecesse, não se assemelharia ele aos escritores sobre os quais tece comentários reprobatórios? Não estaria ele expondo-se e vendendo-se também? Da mesma forma, não está ele se vendendo quando aceita escrever sob encomenda? Do ponto de vista do próprio Luís da Silva, aparentemente, não, pois ele – ao enfatizar que executa a tarefa de escrever por encomenda, para satisfazer o desejo do comprador e que assim age por “necessidade” – parece estar tentando justificar sua condição de escritor de aluguel. Com isso, pretende estabelecer uma diferença entre a sua conduta e a dos demais escritores que ele critica, por se “prostituírem” vendendo seus escritos.

Ao longo da narrativa, Luís da Silva comenta frequentemente sua diversificada atividade como escritor. Além de escrever artigos sob encomenda, e de ter escrito um livro de contos, duzentos poemas – que não tendo conseguido publicar, vendeu por necessidade – e da atividade de crítico literário, ele, a partir de um determinado momento da narrativa, é tomado por um súbito desejo de escrever um livro. À medida que a narrativa evolui para o assassinato de Julião Tavares, essa ideia começa a adquirir novas proporções; o desejo e a ideia do livro tornam-se quase que uma obsessão para ele.

Embora Luís da Silva reitere insistentemente seu desejo de escrever um livro, ele praticamente não nos revela o conteúdo desse livro. Por outro lado, ele vai adiando uma informação mais precisa sobre o tipo de livro que pretende escrever: “Enquanto estou fumando, nu, as pernas estiradas, dão-se grandes revoluções na minha vida. Faço um livro, livro notável, um romance” (p. 132). Nesta passagem, o personagem-escritor elabora, em sua imaginação, o livro que deseja escrever e que será, como ele mesmo diz, “notável”.

A ideia do livro que persegue Luís da Silva, repetida em diversos momentos da narrativa, funciona como uma espécie de *leitmotif*. O personagem-escritor almeja, com o livro idealizado, os louros da fama e a crítica favorável, o que o aproxima dos outros personagens-escritores de Graciliano Ramos. A vaidade parece ser um ponto comum entre eles, embora o objetivo vislumbrado por cada um seja diferente: João Valério deseja, antes de tudo, impressionar a sociedade provinciana da qual faz parte e não está preocupado em escrever uma obra que fique para a posteridade; Paulo Honório, embora tencione contar sua história com Madalena para entendê-la, reconhece que gostaria também de ter sua obra publicada e, como empresário pouco honesto que era, já imaginava o “milheiro vendido” graças a elogios comprados que ele faria publicar na imprensa local; Luís da Silva quer, por sua vez, conseguir a notoriedade de um escritor famoso, reconhecido não só em Maceió, mas até mesmo internacionalmente.

Em sua casa, enquanto está “fumando, nu e com as pernas estiradas”, Luís da Silva, além de imaginar escrever seu livro, sonha com as consequências benéficas e os privilégios que este livro lhe traria. Para ele, esse romance seria motivo de ascensão social, pois a opinião pública se manifestaria, positivamente ou negativamente, sobre ele. Não importa: falariam nele, seu nome seria lembrado e a publicação de seu livro provocaria sentimentos como inveja, raiva e ciúmes. Ele tinha a convicção de que iria “crescer muito”: teria prestígio, seu nome conquistaria as “cidades grandes” e ele seria parabenizado pela obra que escreveu:

Os jornais gritam, uns me atacam, outros me defendem. O diretor olha-me com raiva, mas sei perfeitamente que aquilo é ciúme e não me incomoda. Vou crescer muito. Quando o homem me repreender por causa da informação errada, compreenderei que se zanga porque o meu livro é comentado nas cidades grandes. E ouvirei as censuras resignado. Um sujeito me dirá:

– Meus parabéns, seu Silva. O senhor escreveu uma obra excelente. Está aqui a opinião dos críticos (p. 132).

Nos seus devaneios, ele se via reconhecido não só em Maceió, mas também nas “cidades grandes” e, até mesmo, internacionalmente: “[...] faria um grande livro, *que seria traduzido e circularia em muitos países*” (p. 24; grifo nosso).

Mesmo diante da possibilidade de ser preso pelo assassinato de Julião Tavares, Luís da Silva imagina que o simples fato de estar escrevendo um livro na prisão já seria uma fonte de regalias e privilégios.

Faria um livro na prisão. Amarelo, [...]. Escrevê-lo-ia a lápis, em papel de embrulho, nas margens de jornais velhos. O carcereiro me pediria umas explicações. Eu responderia: – Isto é assim e assado. Teriam consideração, deixar-me-iam escrever o livro. Dormiria numa rede e viveria afastado dos outros presos (p. 211).

Uma leitura pouco atenta de *Angústia* leva o leitor a pensar que o livro de Luís da Silva é apenas uma ideia fixa, uma obsessão, um projeto que não se concretiza. No entanto, uma leitura mais atenta induz o leitor a se questionar se o livro que acabou de ler não seria o livro escrito por Luís da Silva, um texto autobiográfico, como o de Paulo Honório. Alguns indícios levam-me a formular esta hipótese. Em primeiro lugar, o fato de *Angústia* ser narrado em primeira pessoa e de o narrador contar a história de sua vida. Em segundo lugar, a recorrência de alguns dêiticos ao longo da narrativa:

Afinal, para a **minha** história, o quintal vale mais que a casa. (p. 38);
 [...] e se os menciono, é que, escrevendo **estas notas**, revejo-os **daqui**. (p. 39);
 [...] Procurando reproduzir **os nossos diálogos**, compreendo que não dizíamos nada (p. 39);
 [...] **história que narro**. (p. 28; grifo nosso).

Além destes exemplos, outro indício semelhante, que merece ser ressaltado, é a frequência com que o narrador interpela o leitor. A aprovação do leitor quanto aos fatos narrados parece necessária aos personagens-escritores de Graciliano. Nesta obra, repete-se o pacto narrativo, fenômeno evidenciado também em *São Bernardo*.

Como vêem, eu tinha boa vontade, (p. 67);
 Que é que me podia acontecer? (p. 155);

Foi por aquele tempo que Julião Tavares deu para aparecer aqui em casa. Lembra-se dele. (p. 43).

Considero, porém, que o aspecto de maior relevância no sentido de nos levar a pensar que o livro que estamos lendo é o livro de Luís da Silva, é a estrutura circular que se percebe em *Angústia*. Percebe-se claramente uma continuidade temporal entre o final do último capítulo e o início do primeiro. O livro termina com o paroxismo da crise de delírio de Luís da Silva, crise em que estivera mergulhado por várias semanas, após o assassinato de Julião Tavares: “[...] fazia semanas em que eu me estirava no colchão duro, longe de tudo”. (p. 218) E o primeiro capítulo inicia-se com a afirmação: “Levantei-me há cerca de trinta dias, mas julgo que ainda não me restabeleci completamente. Das visões que me perseguiram naquelas noites compridas, umas sombras permanecem, sombras que se misturam à realidade e me produzem calafrios” (p. 7).

Não há como não pensar que a afirmação “levantei-me” não se refira à saída da crise por ele vivida e apresentada através do longo monólogo interior do capítulo final. Dá-se o mesmo com referência à permanência das “visões que [o] perseguiram naquelas noites compridas”.

Outro fato a ser salientado para ilustrar minha hipótese é a oposição entre o passado dos fatos ocorridos, narrados no passado “Levantei-me” e “perseguiam”, e o presente da enunciação: “[...] me produzem calafrios”. Essa oposição se repete ao longo da narrativa.

Apesar de todas essas evidências, outros indícios, como a afirmação: “Felizmente a ideia do livro que me persegue dias e dias desapareceu” (p. 13), levam-nos a pensar que o protagonista não é o autor da narrativa que estamos lendo – o que configuraria o romance no romance –, mas apenas o narrador da história instituído por Graciliano Ramos. Outra possibilidade que me vem ao espírito seria considerar indícios como este último uma estratégia de Graciliano Ramos para confundir seus leitores. Na impossibilidade de chegar a uma posição conclusiva sobre esta questão, deixo-a em aberto para que outros estudiosos da obra de Graciliano Ramos reflitam sobre ela.

Outro fato recorrente em *Angústia* é a presença de personagens-leitores. Há, nesta obra uma peculiaridade que é bem mais marcante do que nas outras obras examinadas neste estudo: grande parte dos personagens está frequentemente às voltas com algum tipo de leitura, a começar pelo personagem-escritor. Ele está constantemente com um livro nas mãos. Marina, também, é vista com romances nas mãos, quase sempre desaprovados por Luís da Silva, que os considera fúteis. Personagens periféricos também são personagens-leitores: o avô, que nos tempos de glória era considerado homem instruído, de quem Luís da Silva herdou o gosto

pela leitura; o pai do narrador, que vivia lendo *Os doze pares de França*, de Carlos Magno; a empregada Vitória, que estava sempre lendo jornais, tinha como único objeto de leitura notícias relativas a chegadas e partidas de navios; há ainda, Moisés e Pimentel, que mantêm uma relação profissional com o protagonista e que também estão sempre lendo notícias de cunho social e político nos jornais.

Embora cada um dos personagens se interesse por um tipo particular de leitura, a fuga da realidade parece ser o ponto comum que orienta a escolha da leitura de quase todos eles. Cada um deles parece encontrar na leitura uma forma de evasão. Para Marina, por exemplo, a leitura dos livros da Biblioteca das moças indica a busca, por ela, de uma realidade idealizada, diferente do mundo sórdido em que ela vivia. A fixação do pai do protagonista, na leitura de *Os doze pares de França*, também denuncia o desejo que esse personagem tem de se refugiar num passado remoto e viver as aventuras de grandes heróis. Quanto a Vitória, seu profundo desejo de evasão pode ser percebido por seu interesse constante pelas notícias referentes ao movimento portuário e ao embarque e desembarque de passageiros ilustres. A fixação dela nesse tipo de leitura leva Luís da Silva a dizer que “ela tem o espírito cheio de barcos” (p. 29).

Assim, para Luís da Silva, como para os demais personagens de *Angústia*, a leitura representa a possibilidade de escapar da realidade que, às vezes, torna-se pesada demais: “O que eu precisava era ler um romance fantástico, um romance besta, em que os homens e as mulheres fossem criações absurdas, não andassem magoando-se. Traindo-se. Histórias fáceis, sem almas complicadas. Infelizmente essas leituras já não me comovem” (p. 90).

Porém, não é só esta função – a de evasão – que pode ser atribuída às leituras dos personagens. No caso de Marina, na verdade, a leitura servia, sobretudo, como um pretexto para entabular conversa com Luís da Silva. Quanto a este, por sua vez, às vezes, fingia também ler no quintal para observar Marina. Esta simulação de leitura serve como um atrativo para a moça e pretexto para o início de conversas.

Além destas razões, para o personagem-escritor, a leitura vai desempenhar uma função fundamental, que é a de estimulá-lo a escrever, pois, segundo ele, “Os livros idiotas animam a gente. Se não fossem eles, nem sei quem se atreveria a começar” (p. 32).

A leitura, seja como busca do prazer ou busca da evasão, ou seja, como objeto de críticas, aparece em *Angústia* como uma ideia obsessiva, o que torna Luís Silva diferente dos outros personagens-escritores de Graciliano apresentados nas obras que compõem a presente tríade. Talvez, por ser este o único personagem-escritor que faz do ofício de escritor uma profissão remunerada e esteja ou se ache capacitado para tal. A leitura, neste caso, seria um instrumento auxiliar de sua profissão.

No entanto, Luís da Silva é o único personagem-escritor que não informa ao leitor nem o tema, nem as preocupações formais que o cercam na escrita em potencial de seu livro. O livro de Luís da Silva torna-se uma angústia não só para o personagem-protagonista, mas também para o leitor que o vê muito mais como um crítico da obra alheia, não exercendo a crítica literária, mas a crítica atroz, negativa e, como já disse, reprobatória dos escritos de outros.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Nara Maria. A literatura voltada sobre si mesma. *In: Jogo de espelhos: Borges e a teoria da literatura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. p. 54-72.
- ARRIGUCCI, Davi. Convergências, divergências: o círculo e a espiral. *In: O escorpião encalacrado: A poética da destruição em Julio Cortazar*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 167-209.
- CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão**: ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- CARPAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. *In: RAMOS, Graciliano. Angústia*. São Paulo: Record, 1994.
- CARVALHO, Lúcia Helena. **A ponta do novelo**: uma interpretação de *Angústia* de Graciliano Ramos. São Paulo: Ática, 1983.
- DÄLLENBACH, Lucien. *Le récit spéculaire*. Paris: Seuil, 1977.
- FARIA, Zênia de. A ficção como crítica. *Signótica*, Goiânia, n. 3, p. 145-160, jan./dez. 1991.
- GENETTE, Gerard. **Discurso da narrativa**. Lisboa: Vega, 1995.
- HUTCHEON, Linda. *Narcissistic narrative: the metafictional paradox*. New York: Methuen, 1984.
- RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 63. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- RAMOS, Graciliano. **Angústia**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- RAMOS, Graciliano. **Caetés**. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.
- RICOEUR, Paul. *Monde du texte et monde du lecteur*. *In: Temps et récit 3*. Paris: Seuil, 1998. p. 284-328.

TELES, Gilberto Mendonça. A escrituração da escrita. Uma leitura dos romances de Graciliano Ramos. *In*: TELES, Gilberto Mendonça. **A escrituração da escrita**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p. 397-420.